

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUÍS GUSTAVO DE ARAÚJO ZIMMER

**A RELIGIÃO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO:
PENTECOSTALISMO E ISRAEL**

Florianópolis

2021

Luís Gustavo de Araújo Zimmer

**A RELIGIÃO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO:
PENTECOSTALISMO E ISRAEL**

Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientadora: Profa. Dra. Mónica Salomón González.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zimmer, Luís Gustavo

A religião na política externa do governo Bolsonaro :
pentecostalismo e Israel / Luís Gustavo Zimmer ;
orientadora, Mónica Salomón, 2021.

114 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Pentecostalismo. 3.
Política externa. 4. Bolsonaro. 5. Israel. I. Salomón,
Mónica. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Luís Gustavo de Araújo Zimmer

A religião na política externa do governo Bolsonaro: pentecostalismo e Israel

Florianópolis, 07 de Maio de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Feliciano de Sá Guimarães
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Profa. Dra. Mónica Salomón González.
Orientadora

Florianópolis, 2021

“Ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e, se ao cabo desse desenvolvimento monstro não de surgir profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascer de velhas ideias e antigos ideais” (WEBER, 1983, p. 166)

Resumo

Este estudo analisa a relação entre a religião pentecostal e a política no Brasil. Na trilha de muitos trabalhos que compreendem que essa participação se traduz majoritariamente em propostas políticas conservadoras, pautas pró-família, pró-vida, anti-gênero e anti-feminista. Busca-se aqui analisar uma ramificação da presença política pentecostal que não ganha muita atenção no debate das Relações Internacionais no Brasil: o sionismo vigente em muitos grupos pentecostais e sua influência na formulação da política externa brasileira. Com este objetivo, o presente estudo visa, em primeiro lugar, pontuar as características principais do pentecostalismo, com foco no seu relacionamento especial com a esfera política. Em seguida, serão analisados discursos de deputados e pastores pentecostais que fazem menção ao Estado de Israel, o intuito é compreender a lógica por trás dos discursos, as representações aí contidas e sua estrutura interna. Por fim, investiga-se a influência da religião na política externa de Jair Bolsonaro a partir da teoria dos *roles*. Na construção de uma identidade brasileira lastreada pela religião, bem como no uso dessa identidade no relacionamento com o Estado de Israel.

Palavras chave: Pentecostalismo. Política Externa. Israel. Sionismo. Bolsonaro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PENTECOSTALISMO	16
1.1 AS TRÊS ONDAS	16
1.2 DUALISMO	22
1.3 TEOLOGIA DA PROSPERIDADE	26
1.4 TEOLOGIA DO DOMÍNIO	31
1.5 RELAÇÃO COM O ESTADO E A POLÍTICA: A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA	39
3 PENTECOSTALISMO E ISRAEL	46
3.1 O RELACIONAMENTO DO CRISTIANISMO COM O JUDAÍSMO	46
3.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS	51
3.2.1 O papel de Oswaldo Aranha	53
3.2.2 A centralidade da bíblia nos discursos dos pastores e deputados	56
3.2.3 Israel como povo escolhido e a terra prometida por Deus	60
2.2.4 O suporte a Israel e a defesa do Sionismo como interesse nacional do Brasil	64
2.2.5 A defesa da civilização judaico-cristã como identidade comum	67
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO PENTECOSTAL NO CONGRESSO	71
4. A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO E ISRAEL	75
4.1 UM PRESIDENTE CRISTÃO	75
4.2 POPULISMO	77
4.3 TEORIA DOS ROLES	79
4.4 BOLSONARO, ISRAEL E A RELIGIÃO	84
4.5 A QUESTÃO DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM ISRAEL	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

O homem se prepara lentamente para sua fala, seu rosto não assinala nenhuma tensão, apesar da importância do momento. Dá boa noite a todos e agradece, humildemente, pela presença no culto desta noite, como se tivesse, no seu íntimo, receio de que ninguém viria. Em sua face, a longa barba branca aproxima o orador dos grandes patriarcas do Antigo Testamento. Sobre a cabeça um *quipá*, indumentária que assinala a superioridade divina sobre o ser humano. Por cima do paletó, um manto de algodão nas cores azul e branco, o judaísmo afirma que todos os homens devem portá-lo na sinagoga, a simplicidade da roupa de uns e o luxo de outros se torna imperceptível com a peça, todos são iguais no encontro com o sagrado. Nas paredes, inúmeros candelabros de 7 braços iluminam o local. O púlpito, por sua vez, é decorado com duas réplicas em pedra dos Dez Mandamentos, ditados por Deus a Moisés, ambas em hebraico. O homem ora pela paz em Jerusalém e em Israel (COSTA, 2017).

Mas o culto não se passa em Jerusalém ou em Tel-Aviv, nem em qualquer parte de Israel. Estamos na cidade de São Paulo, no bairro do Brás. Em seguida, dez mil pessoas se levantam das cadeiras, atendendo ao pedido do orador. Mas esse não é um culto qualquer, na primeira fileira da multidão estão a presidente da República Dilma Rousseff e o Vice Michel Temer, ao seu lado o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello e o cônsul-geral de Israel Yoel Barnea. Além deles, inúmeros deputados e governadores estão presentes (VEJA, 2014).

O hino de Israel foi tocado e diversos judeus podem ser vistos em meio ao público, o *quipá* na cabeça os torna inconfundíveis, mas eles não estão em Sinagoga alguma. Estão no culto de inauguração oficial do Templo de Salomão pela igreja Universal do Reino de Deus, uma igreja pentecostal fundada em 1977 no Rio de Janeiro. O orador não é nenhum rabino, apesar do apelo estético. É, na verdade, o bispo Edir Macedo, fundador da igreja Universal e seu líder máximo. O templo inaugurado é réplica do segundo Templo de Jerusalém citado na Bíblia, e destruído

pelos Romanos por volta de 70 D.C. Sua inauguração é um marco do poder, real e simbólico da Igreja Universal do Reino de Deus (COSTA, 2017).

O presente trabalho busca analisar a relação entre o pentecostalismo e a política no Brasil com o judaísmo e o Estado de Israel, ao examinar o papel de influência que grupos pentecostais exercem na política externa brasileira. Na trilha de muitos estudos que compreendem que essa participação se traduz majoritariamente em propostas políticas conservadoras, pautas pró-família, pró-vida, anti-gênero e anti-feminista. Busca-se aqui analisar uma ramificação da presença política pentecostal que extrapola as fronteiras do Estado Brasileiro.

Destarte, a motivação para esta pesquisa reside no livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” de Max Weber (1983), pelo enfoque original no papel da religião na origem da modernidade, da influência dos “interesses ideais” na ação humana, enfim, no estudo dos efeitos da religião no mundo. A conexão, à primeira vista, estranha entre a reforma protestante e a constituição do capitalismo abre oportunidades de análise para as mais variadas áreas de influência que a religião possa exercer no mundo. Por sua vez, o recorte específico pela religião pentecostal foi adotado pela relativa novidade desse movimento no campo religioso brasileiro, bem como pelo interesse na participação política direta de representantes oriundos dessas denominações.

A principal justificativa para a pesquisa está na incipiência dos estudos sobre a influência da Religião nas Relações Internacionais do Brasil. (DE JESUS 2018; SANTOS 2015 e FERREIRA, 2018) daí o enfoque na construção de um quadro específico — a relação entre pentecostalismo e o Estado Israel — que nos permita preencher uma lacuna importante, bem como nos ajude a compreender melhor a influência da Religião nas Relações Internacionais.

A pouca atenção à religião na área está ligada ao predomínio da “tese da secularização” que afirma a separação da Religião e da Política na modernidade (HUNTINGTON, 1997). A partir desta fase a religião estaria relegada à esfera privada enquanto o domínio público seria secularizado, sem qualquer influência entre as duas esferas (DE JESUS, 2018). Com o intuito de exemplificar o tratamento geral da ciência em relação à religião, traremos um sucinto exame das visões de três grandes pensadores da modernidade sobre o tema: *Freud, Marx e Weber*.

Em sua análise psicanalítica sobre o tema no livro “O futuro de uma ilusão” (2010), Sigmund Freud explica a existência da religião no mundo por meio das estruturas psíquicas presentes nas crianças, o autor desenha um paralelo entre a infância do indivíduo e o desenvolvimento civilizacional. Para esta visão, a religião representa a projeção da necessidade de proteção da criança em relação ao pai. Assim, a construção, no percurso da vida, de um pai poderoso e benevolente representado na providência divina seria o substituto dessa relação primordial. A civilização repleta de religião é então comparada a criança que nunca superou o desamparo da ausência dos pais para a realização dos próprios desejos. A religião seria a infância da civilização, uma ilusão a ser superada no futuro

A religião seria a neurose obsessiva universal da humanidade; tal como a neurose obsessiva das crianças, ela surgiu do complexo de Édipo, do relacionamento com o pai. A ser correta essa conceituação, o afastamento da religião está fadado a ocorrer com a fatal inevitabilidade de um processo de crescimento, e nos encontramos exatamente nessa junção, no meio dessa fase de desenvolvimento.” (FREUD, 2010, p. 67)

Por sua vez, Karl Marx tem um tratamento materialista e crítico da religião, tendo por premissa a necessidade da libertação do homem. No pequeno, mas conciso, texto sobre o tema o autor analisa a religião tanto como paliativo para suas dores, bem como uma auto-enganação do homem diante das injustiças da situação terrena. O que acaba tendo por consequência a ausência da tomada de consciência sobre a situação real. Marx, por vias diferentes, converge com Freud no uso do termo “ilusão”, a crítica da religião é então pressuposto da libertação humana, a religião é ideologia

A luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidas. Ela é o ópio do povo. A supressão da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião (MARX, 2015, p. 145-146).

Weber talvez seja a principal referência tratando-se do tema da secularização. O autor delega ao seu declínio no mundo um papel fundamental no desenvolvimento da modernidade. Por sua vez, esta última seria caracterizada pelo estabelecimento de uma racionalização sistemática das diferentes esferas de vida, os escritos de Weber sobre os mais variados temas coincidem na análise do esmorecimento do sagrado na nossa época. De agora em diante, o homem estaria destinado a viver neste tempo sem ajuda das influências mágicas. “Ninguém poderia ajudá-lo(...) Nenhum pregador(...) Nenhum sacramento (...) Nenhuma igreja(...) Nenhum Deus(...)”(WEBER, 1983, p. 95). Aqui, Modernidade pressupõe a proscricção da magia, fim da influência dos deuses no cotidiano

O destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo “desencantamento do mundo” levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes. Tais valores encontraram refúgio na transcendência da vida mística ou na fraternidade das relações diretas e recíprocas entre indivíduos isolados (WEBER, 2011, p. 51).

A posterior volta ao debate sobre modernidade, religião e secularismo se deu com o advento de fenômenos políticos que pareciam contradizer a pretensa divisão entre política e religião, bem como o desaparecimento da última na modernidade. Desse modo, a revolução Iraniana em 1979 e o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos voltaram os olhos dos pesquisadores para a influência da religião nas RI (SANTOS, 2011). Por sua vez, a presente pesquisa realizou tal análise não em um contexto externo, mas trazendo-a para dentro da sociedade brasileira.

Além disso, o estado atual do debate público parece focar principalmente numa discussão normativa, sobre como a religião “não deveria” participar da política, o tratamento excessivamente crítico-normativo da mídia e da academia sobre a relação entre fé e política convida à retomada das análises sobre o tema. Freston (1993) oferece inúmeras reportagens jornalísticas e estudos científicos que ligam o pentecostalismo a termos como: “fanático”, “agressivo”, “excêntrico”, “ilegítimo”, “sinistro”, “seita”, “falsos profetas”, “alienação política”, “fisiologismo”, “hipocrisia”, “fundamentalismo” e “conservadorismo”. Em geral, ao serem analisadas em conjunto, os estudos no tema afirmam: 1) modernidade e religião seriam dois

projetos diametralmente opostos e 2) A persistência da religião representaria um perigo à modernidade. Entende-se pois que caminhamos entre a negação do fenômeno e a crítica secularista (OLIVEIRA, 2012).

Assim, nosso objetivo aqui foi oferecer uma análise que nos ajude a compreender o mundo, etapa que precede, necessariamente, ao julgamento efetivo sobre o que é “justo” ou não. Percebe-se como a recusa da academia brasileira de dialogar com a fé não ajuda na formulação de uma solução para problemas políticos atuais enfrentados por nossa democracia (MORI, 2020), assim entende-se que

Para “compreender” um cálculo matemático errado ou uma formulação lógica “falsa” e para poder estabelecer e explicar sua influência sobre as consequências fatídicas, evidentemente será necessário não somente comprovar aquilo através de um cálculo “correto” ou repensar aquilo logicamente, mas sobretudo indicar expressamente por meio da lógica e do cálculo “correto”, aquele ponto em que o cálculo ou a formulação lógica investigados se afastam daquilo que o pesquisador considera como normativamente “correto” (WEBER 1995, p.393).

Assim, nosso propósito foi analisar um pequeno *locus* da atuação religiosa na política e jogar luz sobre as ideias por trás destes agentes. Seguir, desde o início, o raciocínio lógico que os move, buscando, ao máximo, se abster do juízo normativo individual sobre o tema. Para prosseguir com o estudo da inter-relação entre o campo pentecostal e a política externa utilizou-se literatura de diferentes áreas. O primeiro referencial é o da Sociologia da Religião, largamente influenciada pelos escritos de Max Weber como uma “ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 1994, p.2).

Buscou-se aqui então compreender as nuances sutis desta religião com o mundo ou, em outros termos, a “relação entre a conversão e o impacto nas condutas dos agentes envolvidos” (JÚNIOR, 2006, p. 81). As sanções, os limites, as proibições, os prêmios, neste mundo ou no próximo, que moldam a ação dos religiosos no mundo, e acabam por moldar este último. “Os postulados religiosos podem entrar em conflito com o “mundo” de diferentes pontos de vista(...) a necessidade de salvação, resultou na tentativa de uma racionalização sistemática e prática das realidades da vida.” (WEBER, 1994, p. 246).

Ademais, por meio de um referencial teórico das RI buscamos enfatizar a influência entre religião e relações internacionais. Relação esta que é negada na base mesma do ato fundador da disciplina, o tratado de Westphalia e a exclusão da religião nos assuntos de política após as guerras religiosas (PHILPOTT, 2000). O ponto de partida da investigação nos afirma que a religião, por vezes, pode definir “o sentido, a natureza e o resultado da guerra e outros eventos internacionais” (DE JESUS, 2018), bem como “influenciar as identidades e as motivações das pessoas em um conflito” (DE JESUS, 2018).

Como decorrência disso, a influência das teorias construtivistas de RI torna-se então evidente pois esta corrente parte do pressuposto de que “o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material (ADLER, 1999, p. 205). O conceito de ideias foi então empregado para possibilitar a formulação de efeitos de ordem causal na realidade, elas se tornam uma variável independente que estrutura a ação nesse caso específico (WENDT, 1999).

Para tanto, realizou-se uma análise dos discursos de diversos atores ligados ao tema, essa opção foi escolhida pela concepção da construção discursiva por detrás daquilo que se entende como realidade. Das “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p. 55), da ligação profunda entre a linguagem e os significados obtidos do mundo.

Como sustenta Berger (2011, p.199) a linguagem é o meio utilizado pela religião para a construção dos significados que lhe fundamentam. Assim sendo, se as verdades religiosas se estruturam a partir da linguagem, buscou-se o exame dos discursos político/religiosos como método para compreensão dos efeitos desta religião no mundo. Os discursos são aquilo que estrutura o esquema de pensamento dos atores envolvidos no jogo (FOUCAULT, 2008), induzindo-os à uma tomada de posição específica. Desse modo, a pesquisa procurou compreender o papel dos significados e representações construídas e disseminadas pelo pentecostalismo na influência da política externa brasileira (RESENDE, 2010).

Quanto à metodologia, este estudo parte de uma estratégia de pesquisa qualitativa de caráter hipotético-dedutivo. Com vistas a desenhar um quadro do nexos entre pentecostalismo e a política externa em relação à Israel foi realizado em

primeiro lugar um levantamento bibliográfico. A interdisciplinaridade do tema levou a escolha de leituras nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais. Para a busca, foram utilizadas as bases de dados Google Scholar, Scielo e Scopus com palavras-chave como “pentecostalismo”, “Israel”, “política externa”, “governo Bolsonaro”, “sociologia da religião”, “secularismo”, “sionismo” dentre outras. Foram lidos artigos, livros e teses de mestrado e doutorado.

Compreendeu-se no decorrer do levantamento de dados que a atuação pentecostal em relação à Israel se estrutura em três níveis diferentes. Na base, estão os pastores e sua prédica de salvação em direção aos fiéis. No segundo nível, os políticos ligados a tais igrejas e suas declarações em direção ao Estado de Israel no congresso nacional. E, por fim, no poder executivo nacional, instância que detém o poder decisório sobre a política externa brasileira. Assim sendo, buscou-se realizar uma pesquisa empírica nos três âmbitos, de tal modo que se construiu um quadro da influência das ideias do grupo pentecostal em direção à política externa brasileira. O foco da pesquisa foi o exame dos discursos de pastores, políticos ligados a tais denominações e do governo Jair Bolsonaro, na maneira pela qual a religião é instrumentalizada politicamente, bem como o fundo mesmo desta mensagem. Foi apresentada assim a forma e o conteúdo da atuação pentecostal neste tema.

Para os dados qualitativos foram selecionados discursos proferidos por pastores e lideranças ligadas à igrejas pentecostais, como Edir Macedo, Silas Malafaia, RR Soares, Sonia Hernandez, dentre outros, disponíveis online; discursos e entrevistas jornalísticas de representantes políticos do legislativo ligados a igrejas pentecostais, acessados por meio da Tv Câmara, pelas redes sociais dos próprios políticos ou via site da câmara dos deputados, com destaque para o DETAQ (Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação) que transcreve os pronunciamentos de deputados na câmara. E, por fim, discursos do presidente Jair Bolsonaro e do então ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, disponíveis no site do Ministério das Relações Exteriores e no youtube. A pesquisa começa desde a criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 e se estende até o ano de 2021.

Para tanto, a pergunta de pesquisa é “Qual a influência de grupos pentecostais na recente aproximação do Estado brasileiro com Israel?” Com vistas a

responder tal questão foram traçados três objetivos específicos: 1) Entender o estado atual da relação entre pentecostalismo e política no Brasil; 2) Compreender a lógica dos discursos de pastores e políticos pentecostais em direção ao Estado de Israel; e 3) Analisar a relação entre religião e a identidade internacional fomentada pelo Governo Bolsonaro. Cada um dos objetivos específicos citados tornou-se, posteriormente, um capítulo da monografia.

Deste modo, o primeiro capítulo, largamente baseado no debate da sociologia da religião, buscou traçar um quadro dessa religião no Brasil, a expansão demográfica das denominações pentecostais, suas características gerais, e, principalmente, tratar sobre o relacionamento especial dessa religião com a política. O segundo capítulo examina o sionismo presente nos discursos de pastores e políticos pentecostais e, também, da ação política que surge desta visão de mundo religiosa. O intuito é analisar a lógica por trás dos discursos, as representações aí contidas e sua estrutura interna. O terceiro capítulo procura compreender, a partir da teoria dos *roles*, a influência do cristianismo na política externa de Jair Bolsonaro. Para tanto o foco ali é na identidade internacional lastreada pela religião, bem como o uso dessa identidade no relacionamento com Israel. Por fim, a conclusão sintetiza os resultados e traz considerações sobre os rumos da participação pentecostal na política nacional no longo prazo.

2 PENTECOSTALISMO

Este capítulo trata da religião pentecostal e, especificamente, dos motivos que a levam ao envolvimento tão ativo e direto nos assuntos políticos. Para tanto, a primeira seção começa com a definição básica de Pentecostalismo e com dados relativos a esta religião disponibilizados pelo censo. As seções seguintes tratam de características importantes para a plena apreensão do fenômeno. A segunda seção examina o conceito de Dualismo espiritualista. Em seguida, a análise foca na Teologia da Prosperidade e no relacionamento desta religião com o enriquecimento. A quarta seção, por sua vez, lida com a Teologia do Domínio e a visão da política pertinente a esta religião. Por fim, a última seção examina uma das consequências do crescimento e inovação pentecostal no Brasil: a relação direta com o Estado e a Política materializada na Frente Parlamentar Evangélica.

1.1 AS TRÊS ONDAS

Começamos nossa análise especificando, tanto quanto possível, a religião de que tratamos. Em linhas gerais, o pentecostalismo é um movimento religioso evangélico dissidente das demais denominações surgidas da reforma protestante. Em meio a eterna renovação, reinvenção, redescobrimto do sentido da mensagem cristã pelos mais diferentes movimentos, a dificuldade na classificação das igrejas estabeleceu-se como regra. Isto é, como ordenar e estabelecer uma classificação precisa entre Católicos, Luteranos, Puritanos, Mórmons, batistas pentecostais e muitos outros? Comumente, na América Latina o termo “evangélico” é utilizado para caracterizar todas as igrejas nascidas do cisma do século XVI (MARIANO, 2014), embora esconda, por detrás da aparente unidade, infinitas diferenças internas entre os grupos. A tal ponto que Bourdieu chega a afirmar “as crenças e práticas comumente denominadas cristãs (sendo este nome a única coisa que tem em comum) devem sua sobrevivência no curso do tempo à sua capacidade de transformação” (BOURDIEU, 1974, p. 52). Daí a escolha pelo termo “pentecostais”, e não “evangélicos” nesta pesquisa. Pela especificidade do primeiro que nos permita ser mais inequívoco em seu exame.

Mesmo resguardando muitas semelhanças com as chamadas igrejas protestantes históricas como Presbiteriana, Anglicana, Luterana, Metodista e Batista, o pentecostalismo se diferencia delas pela sua crença na chamada contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, baseado em Atos 2

E, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar; E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (BÍBLIA, Atos, 2:1-4).

Na prática isso significa que os pentecostais creem que Deus, ainda nos dias de hoje, age como nos atos descritos no Novo Testamento com cristãos primitivos. Aqui destacam-se o dom de falar em línguas desconhecidas, cura de doenças, expulsão de demônios, distribuição de bênçãos e dons espirituais, milagres e a possibilidade de um diálogo direto entre Deus e crente (MARIANO, 2014). Em resumo, para os pentecostais a transcendência “desce” do plano espiritual para atuar direta e ativamente no mundo material.

Com vistas a compreender o tamanho do fenômeno analisado, bem como o perfil do agente convertido, uma pequena análise quantitativa se faz necessária. Os dados relativos aos censos do IBGE demonstram a tendência de crescimento dessas denominações em um país historicamente católico. O censo de 1980, o primeiro a discriminar os pentecostais dos evangélicos, concluiu que 6,6% dos brasileiros seriam evangélicos. Destes, uma ligeira maioria, 51%, pertenciam às igrejas protestantes históricas. No censo seguinte, de 1990, houve pequeno avanço no crescimento evangélico, agora com 9% da população brasileira. O destaque cabe para o dinamismo de algumas igrejas dentro do campo: 66,1% dos evangélicos agora se declaram pentecostais. Nota-se aqui um arrefecimento das denominações protestantes históricas frente ao vertiginoso crescimento pentecostal. O censo seguinte, de 2000, verifica a continuação da tendência: os evangélicos passam a 15,4% da população. Em números totais apenas os autodeclarados pentecostais chegam a mais de 17 milhões de pessoas. Em 2010, no último censo disponível, o número percentual chega a 22,2% da população brasileira se declarando

evangélica. Em números absolutos, 25 milhões de brasileiros se autodeclararam pentecostais. Observa-se também uma tendência de estabilização da maioria pentecostal no campo, na casa dos 66% (IBGE, 2010).

Em síntese, comprova-se uma verdadeira explosão evangélica no país, passando de 6,6% em 1980 para 22,2% em 2010. De tal modo que estudiosos projetam - e lideranças evangélicas anseiam - que, mantidas as tendências atuais, o Brasil passe a ser um país de maioria evangélica em 2032 (BALLOUSSIER, 2020). Ora, se a dinâmica de pertencimento religioso é um jogo de soma zero, surge então a questão de quais religiões estariam em declínio no país (PIERUCCI, 2004)

A grande perdedora, confirmada a hipótese, seria então a tradicional Igreja Católica Apostólica Romana. Seus cinco séculos de dominação no campo religioso parecem se aproximar do fim. Se em 1980, 89,2% dos brasileiros se declararam católicos, em 2010 esse número decresce para 64,6% (IBGE, 2010). A mensagem católica parece encontrar cada vez menos ressonância na população brasileira a partir da segunda metade do século XX (MARIANO, 2013).

Quanto ao perfil socioeconômico dos convertidos a esta religião, vale destacar como os pentecostais estão abaixo da média de renda e escolaridade nacional

A comparação da distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por rendimento mensal domiciliar per capita revelou que (...) evangélicos pentecostais formavam o grupo religioso com a maior proporção de pessoas pertencentes a classes de rendimento até 1 salário mínimo (63,7%). (IBGE, 2010, p. 105).

Em geral pobres e habitantes das periferias urbanas, o fenômeno de irrupção pentecostal pode ser observado em diversos territórios ao redor do planeta. Ásia, África e América Latina observam crescimento, absoluto e percentual, destas religiosidades “aparecendo ao redor do mundo em áreas urbanas e rurais, entre as classes médias emergentes e, mais espetacularmente, entre os pobres”¹ (ROBBINS, 2004, tradução nossa). Quanto à capilaridade com as camadas mais baixas Mariano oferece a seguinte explicação:

¹ Appearing throughout the world in urban and rural areas, among emerging middle classes and, most spectacularly, among the poor

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento, e esperança diante de situação tão desesperadora, os extratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados - distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos -, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material (MARIANO, 2014, p.12).

Por sua vez, o fenômeno mais amplo do pentecostalismo conta com intenso dinamismo e muitas diferenças internas entre as diferentes denominações. Concordamos com Freston (1993) na sua tipologia das formações pentecostais em três ondas, nomeadas por Mariano (2014) como: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo. Cabe destacar que o uso do termo “pentecostalismo” na presente pesquisa faz menção às três diferentes ondas conjuntamente. Voltaremos a este ponto mais adiante.

A primeira onda vai de 1910 a 1950 e engloba a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, até hoje a maior denominação evangélica do país, (ORO e SEMÁN, 2000). Surgido nos Estados Unidos no início do século XX, o pentecostalismo chega ao Brasil com a vinda de missionários do norte global. Assim, Mariano (2014) destaca a grande influência americana no pentecostalismo brasileiro. Até os dias de hoje a maioria da literatura evangélica que circula no país provém do exterior. A isto adicionam-se a vinda frequente de missionários estrangeiros e a ida de brasileiros para participar de seminários e cursar faculdades teológicas nos EUA. Além disso, a grande maioria das inovações teológicas no campo, - a serem analisadas com mais profundidade nas próximas seções- têm sua origem em solo norte americano e foram posteriormente “exportadas” para o Brasil. É interessante notar a “globalização” do religioso no pentecostalismo, bem como a centralidade dos Estados Unidos para sua propagação (ROBBINS, 2004).

Do ponto de vista sociológico, a primeira onda destaca-se pelo seu intenso ascetismo de negação do mundo. Aos convertidos era necessária a abstenção do álcool, do rádio e dos meios de comunicação - influência maligna na vida santificada no crente -, sexo apenas para procriação, uso de lenços para as mulheres e separação entre sexos nos cultos (FRESTON, 1993). Enfim, pela criação de uma comunidade separada do resto da cultura mundana repleta de materialismo e de

hedonismo. Buscava-se por estes meios “controlar e superar a malignidade da criatura na própria natureza do agente.” (WEBER, 1982, p. 374). Assim, a ênfase no celeste a porvir, na escatologia e no fim dos tempos, a auto exclusão da participação social e o apoliticismo são característicos dessa fase (FILHO, 2015). Além disso, sua teologia destaca o dom de falar em línguas estranhas como elemento central no recebimento do Espírito Santo. Sobre a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, Mariano (2014) ressalta que

No início, compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela igreja católica, ambas caracterizam-se por um ferrenho anti catolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior (MARIANO, 2014, p.29).

Por sua vez, o deuteropentecostalismo, onda surgida entre os anos 1950-1970 inicia uma sutil mudança teológica no movimento. Dentre as igrejas fundadas nesta fase destaca-se, sem dúvida, a Igreja do Evangelho Quadrangular. A ênfase anterior no dom de falar em línguas é agora deslocada para a cura divina. O Crente poderia testemunhar no dia a dia da igreja a cura de doenças e enfermidades, bem como a realização de milagres pelo Espírito Santo (FREESTON, 1993). Além disso, a negação do uso dos meios de comunicação de massa como a rádio foi revista quando a igreja percebe o potencial proselitista da sua utilização. Tal iniciativa teve duas consequências principais. Em primeiro lugar, seduzidos pelas modernas estratégias de difusão, há um grande incremento quantitativo na base de fiéis, que cresce fazendo um “apelo às necessidades sentidas de cura física e psicológica” (FREESTON, 1993, p. 84). Em seguida, graças ao relativo sucesso da empreitada, o pentecostalismo chama pela primeira vez a atenção da mídia e da academia, iniciando uma dinâmica, até hoje presente, de crítica ao charlatanismo, irracionalismo e as curas falsas (MARIANO, 2014).

A terceira onda, também chamada de neopentecostalismo, é a mais recente inovação no campo. Seu surgimento se deu nos anos 70, com a aceleração da expansão a partir da década de 80. Aqui se inserem igrejas como Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, dentre outras. Sem dúvida, uma das

maiores diferenças para com as demais ondas é a diminuição da ética ascética anterior de negação “deste mundo” e dessectarização geral, com sua subsequente liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade

Crianças e adolescentes crentes disputam a batalha de Jericó em video-games. Com Cristo circulando nas veias, roqueiros cabeludos, munidos de guitarra, contrabaixos, baterias e vasta parafernália eletrônica, promovem concertos de rock nos templos da música gospel, em estádios, bares e casas noturnas. “Careca” convertido, tatuado de versículos bíblicos, evangeliza sua ex-tribo. Blocos evangélicos desfilam no carnaval. Funkeiros convertidos pregam nos bailes funk do subúrbio carioca. Embora ainda minoritárias no pentecostalismo, todas estas surpreendentes acomodações à sociedade inclusiva, indicam que esse movimento religioso caminha, de forma irreversível, sobretudo quando penetra nos estratos mais privilegiados para a dessectarização e liberalização em distintas esferas da vida social. (MARIANO, 2014, p. 222).

Entretanto, algumas observações têm de ser feitas quanto à classificação do pentecostalismo em três ondas. Primeiramente, vale ressaltar que embora contenham inúmeras diferenças internas, as diferentes ondas compartilham muitas características: o antiecumenismo, líderes fortes, uso de meios de comunicação de massa, estímulo à expressividade emocional, pregação da cura divina, e, o principal para presente pesquisa, a participação na política partidária. De fato, observa-se que as fronteiras internas entre as três ondas não são de todo estáticas (FREESTON, 1993). Daí a escolha pelo uso do termo “pentecostal”, como referência para as três ondas nesta pesquisa. É que apesar das diferenças internas entre os diversos grupos, há relativa consonância no relacionamento das diferentes igrejas pentecostais com a política.

Em segundo lugar, cabe mencionar o espraiamento da renovação e dinamismo presentes no campo pentecostal. As inovações - teológicas, publicitárias, oratórias, estéticas, dentre outras (FREESTON, 1993) - que obtêm sucesso para o crescimento de determinadas igrejas vão chegando ao conhecimento das concorrentes, e acabam por moldar sua atuação. Pesquisadores indicam como o sucesso no uso dos programas de TV, bem como na pregação das igrejas neopentecostais vai influenciar as demais religiões.

É por meio dessa dinâmica de luta pela aderência de fiéis que se consegue compreender a adoção dos meios de comunicação de massa por grupos que originalmente eram contrários ao seu uso, como a Assembleia de Deus da primeira

onda e o Catolicismo, hoje presentes na rádio, na televisão e na internet. Ademais, com vistas a retomar a participação perdida pelo crescimento pentecostal nas últimas décadas, grupos internos em igrejas católicas, protestantes históricas e pentecostais de primeira e segunda ondas vão aderindo às novidades teológicas exitosas (FREESTON, 1993). O movimento de renovação carismática católica e as igrejas históricas renovadas, acolhedoras da Teologia da Prosperidade e da contemporaneidade dos dons do Espírito Santo são dois exemplos de uma verdadeira “neopentecostalização” (MARIANO, 2014) do campo religioso brasileiro para além das fronteiras originais.

Quanto às consequências do crescimento pentecostal para a sociedade brasileira muitas questões ainda se fazem presentes. O relacionamento com os diversos cultos concorrentes - com destaque para as religiões de matriz africana e a maioria católica (ORO, 2007) -, a influência na formulação do *ethos* de ação no mundo (WEBER, 2015) do agente convertido são sempre lembrados.

(...) por um lado há um acordo quanto ao papel do pentecostalismo como protetor contra a anomia, por outro há uma discordância quanto ao potencial transformador do pentecostalismo. Há uma concordância que esta é uma religião do pobre e do oprimido em geral, mas discorda-se se ela ajuda a transformar a vida do oprimido ou se reforça esta sua opressão. (MARIZ, 1995, p. 39).

Após estabelecer uma definição básica do fenômeno resta adentrar nas características essenciais da religião pentecostal de que se trata. Para tanto, as próximas seções lidam com traços particulares do pentecostalismo que, como veremos mais adiante, fundamentam seu relacionamento com a política Brasileira.

1.2 DUALISMO

Nesta seção será abordada uma das características centrais presentes no pentecostalismo: A teodiceia dualista que estrutura a “visão de mundo” pentecostal e seus corolários.

Toda religião ética de um Deus universal e supramundano teve, necessariamente, de enfrentar os problemas da Teodiceia. Isto é, da explicação da persistência do mal no mundo paralelamente à pureza e a bondade divina (WEBER,

1982). Ora, porque o piedoso Deus da salvação não elimina a miséria, a fome, a doença, a guerra, a morte para os que nele creem? Como aliar a infinitude do seu poder à imperfeição do mundo? Ao fato, corriqueiramente observado, de que o mal triunfa e premia aqueles que dele se utilizam?

Em seu estudo Weber (2015) oferece uma tipologia dos três tipos puros de sistemas de ideias que respondem ao persistente problema da teodiceia: a doutrina indiana do Carma, o dualismo zoroastriano e o decreto de predestinação do Deus incognoscível. Analisaremos aqui em mais detalhes a solução encontrada pelo pentecostalismo: o dualismo de tipo espiritualista.

Esta vertente, originada na Pérsia antiga, afirma a existência não de uma, mas duas forças transcendentais em constante intercâmbio no universo. De um lado, “os poderes da luz e verdade, pureza e bondade” (WEBER, 1982, p.409), do outro, “os poderes das trevas e da falsidade, impureza e mal” (WEBER, 1982, p.409). Deste modo fica resolvida a questão da coexistência do mal com esse Deus onisciente, onipresente e onipotente. Se o mal existe é em razão desse antagonista cruel, e não do próprio Deus a quem se dirigem as preces. Essa solução, entretanto, resulta numa certa delimitação do poder divino, aqui

Deus não é todo-poderoso, e o mundo não é sua criação a partir do nada. Injustiça, maus feitos, pecado, tudo, portanto, que faz surgir o problema da teodiceia é consequência da turvação da radiante pureza dos deuses grandes e bons pelo contato com o poder - independente deles - das trevas, e com a matéria impura, considerada idêntica a este, poder que permite a uma força satânica dominar o mundo (WEBER, 2015, p. 354).

Por sua vez, o neopentecostalismo, a mais recente tendência pentecostal, destaca-se pela exacerbação dessa visão de mundo para as mais diversas frentes. Os cultos da igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, fazem menção constante às maléficas influências demoníacas, e se propõe a oferecer ajuda a seus fiéis para livrar-se do mal. Tudo a partir da lógica de que as coisas naturais provêm das sobrenaturais, as visíveis das invisíveis (TEIXEIRA, 2016). Daí compreende-se o sentido específico de alguns ritos que logo de cara são acusados pela sua “irracionalidade” aos olhos dos observadores externos: objetos benzidos que protegem o fiel do mal, o êxtase orgasmático da música e da dança, o falar em línguas - que é símbolo do batismo no espírito santo ““Lingua divina”

incompreensível para os simples mortais” (KEPEL, 1991, p.113) -, o uso corriqueiro dos exorcismos, com vistas a libertar-se do mal causado pelo demônio etc. Para R. R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus

[...] não existe nada que esteja fora da ação demoníaca. No futebol, na política, nas artes e na religião, nada escapa ao cerco do Diabo [...]. Satanás tem milhares de agências no mundo [...]. Por trás da religião, do intelectualismo, da poesia, da arte, da música, da Psicologia, do entendimento humano e de tudo com o que temos contato, Satanás se esconde. Entre os “centros” de perdição estão as adegas, os prostíbulos, as casas de jogos de azar, os bares onde as pessoas se embriagam e tantas outras coisas que transformam a vida dos homens são também agências do diabo (SOARES apud MARIANO, 2014, p. 114).

A extensão da explicação dualista para os fenômenos é, contudo, incomparável. Para o agente neopentecostal convertido, todo o “mundo material” está repleto da influência dos espíritos bons e maus, até mesmo naquilo que há de mais cotidiano e regular. A realidade então é explicada não em função de qualquer lógica imanente e impessoal, mas sim por meio da intervenção transcendental no mundo material. Em vista disso, muito muitos pesquisadores buscam analisar as consequências do surgimento dessa religião dualista com a lógica científico-secularizada na qual o projeto da modernidade fundamenta-se

A tensão entre a religião e o conhecimento intelectual destaca-se com clareza sempre que o conhecimento racional, empírico, funcionou coerentemente através do desencantamento do mundo e sua transformação num mecanismo causal. A ciência encontra, então, as pretensões do postulado ético de que o mundo é um cosmo ordenado por Deus e, portanto, significativo e eticamente orientado. Em princípio, a visão do mundo, tanto empírica quanto matematicamente orientada, apresenta refutações a qualquer abordagem intelectual que, de alguma forma, exija um “significado” para as ocorrências do mundo interior. Todo aumento do racionalismo na ciência empírica leva a religião, cada vez mais, do reino racional para o irracional; (WEBER, 1982, p.401).

Sem dúvida, uma das mais patentes associações, pelo menos do ponto de vista sociológico, é a afirmação de que o pentecostalismo opera uma “volta” à tradição pré-moderna, sacralizada, posteriormente substituída pelo iluminismo. Um processo de “reencantamento do mundo”. Exemplificado no relacionamento de Deus com o pescador descrito por Hemingway no relato de “O Velho e o Mar” que afirma: “Não sou religioso. Mas vou dizer dez Pais-Nossos e dez Ave-Marias, para que

apanhe este peixe, e prometo ir em peregrinação à Virgem de Cobre, se o apanhar. Isto é promessa” (HEMINGWAY, 1962, p. 25). Uma visão de um mundo não autônomo, no qual nada se basta por si mesmo. A aleatoriedade do movimento das marés, a perspicácia do pescador etc são aqui relegadas a segundo plano. A própria história não seria “um porvir ocasional de simples fenômenos” (DA SILVA LIMA, 2019), mas a vontade consciente de algo maior, que a minúscula inteligência humana não nos permite enxergar. Assim, a lógica encantada afirma que “o acaso é somente o labéu da ignorância” (DA SILVA LIMA, 2019). O reencantamento do mundo significa uma enfatização da mágica no mundo, novamente repleto de forças superiores a influenciar-lo, ou, também, de volta à lógica daquele indivíduo “primitivo” como descrito por Durkheim

Para ele, não há nada de estranho em poder-se, com a voz ou o gesto, comandar os elementos, deter ou precipitar o curso dos astros, provocar a chuva ou pará-la, etc. Os ritos que emprega para assegurar a fertilidade do solo ou a fecundidade das espécies animais de que se alimenta não são, a seus olhos, mais irracionais do que o são, aos nossos, os procedimentos técnicos que os agrônomos utilizam para a mesma finalidade. As potências que ele põe em jogo por esses diversos meios nada lhe parecem ter de especialmente misterioso. São forças que diferem, certamente, daquelas que o conhecedor moderno concebe e cujo uso nos ensina (DURKHEIM, 1989, p.6).

Quanto às explicações para tal ressurgimento, muito se poderia dizer. O trabalho de Assunção (2012) expõe, minuciosamente, diferentes interpretações para este renovado relacionamento entre religião, ciência e modernidade. Estamos de acordo com a visão oferecida por Mariz (1995), para quem o recente reencantamento do mundo reflete “a incapacidade da razão para julgar quem tem razão e o que é justo. A crise da razão reabre guerras santas, a humanidade se confronta com a situação na qual apenas a fé parece ser capaz de definir a verdade” (MARIZ, 1995 p. 44). A “volta” da religião torna-se aqui um reflexo dos limites da modernidade de oferecer solução para seus próprios dilemas. A ciência secular visa desvendar as leis que governam o mundo, “entretanto, é só isto. Pode-se procurar, mas o mundo oferecerá somente a relação causal empiricamente observável e nada mais” (ASSUNÇÃO, 2012, p. 35). Processo que resulta numa “inevitável perda de sentido, perda de significado. Até mesmo a razão não pode conferir sentido à vida”. (ASSUNÇÃO, 2012, p. 35). A volta à religião seria então resultado de um processo

endógeno à própria modernidade em crise. De tal modo que o agente convertido pode se questionar se o “conhecimento sobre o mundo é possível sem referência a Deus como o criador”² (GOLDBERG, 2006, p. 81, tradução nossa). Os próprios critérios de validação da verdade são desafiados pela irrupção do pentecostalismo e sua lógica dualista.

1.3 TEOLOGIA DA PROSPERIDADE

“Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância”

João 10:10

Esta seção trata do relacionamento do pentecostalismo com a riqueza e da estrutura específica da salvação oferecida aos fiéis, bem como de algumas das causas e efeitos desta inovação teológica para a ação do crente no mundo.

A velha tensão, sempre presente, entre qualquer religião e a “esfera econômica”, entre a ética da salvação e o dinheiro - o “elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana” (WEBER, 1982, p. 379) - é notável desde a origem das religiões éticas. E isto não poderia dar-se de outra forma. Afinal, na visão religiosa o dinheiro impossibilita ao homem enxergar aos demais como irmãos. Eles são vistos como números, vantagens, lucros etc.

É claro também como as mais diversas religiões foram oferecendo soluções únicas para o problema da riqueza. Num extremo, podemos encontrar a solução oferecida pelos monges católicos medievais: a desistência completa de toda e qualquer propriedade, usufruindo “apenas o que a natureza e os homens lhes oferecessem voluntariamente: frutas, raízes e esmolas espontâneas” (WEBER, 1982, p. 381). Entretanto, diversos compromissos foram se tornando necessários para as religiões, haja vista o desejo sempre constante nas massas pela fruição das benesses que a riqueza possibilita.

Por sua vez, em seus primórdios, o movimento pentecostal também caracterizava-se pelo intenso sectarismo e ascetismo. Indubitavelmente, uma das consequências dessa “fuga do mundo” promovida pela primeira onda pentecostal é a desvalorização da riqueza material e da caracterização da busca do lucro como

² “knowledge of the world is possible without reference to God as the creator”

uma fonte de egoísmo, de orgulho e de paixões (FERREIRA, 2014). Em síntese, uma heresia, baseando-se em versículos como “é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus” (BÍBLIA, Marcos 10:25). Tal situação, entretanto, começa a mudar a partir dos anos 60, com o advento de uma solução nova para a velha questão da riqueza.

Durante a primeira onda pentecostal, ou pentecostalismo clássico, era normal a prédica de uma moral de negação dos prazeres deste mundo, que desvalorizava - isto quando não proibia explicitamente -, o sexo, a música, a prática de esportes, o álcool, o uso dos meios de comunicação, a riqueza, enfim, tudo aquilo que poderia ser caracterizado como uma “atividade mundana” (FERREIRA, 2014). Por outro lado, a Teologia da Prosperidade, surgida nos Estados Unidos nos anos 60, passou a promover uma completa reversão da tendência ascética anteriormente predominante no pentecostalismo, com uma reinterpretação dos ensinamentos do evangelho. Aqui, baseado num novo entendimento de versículos, como “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (BÍBLIA, João 10:10) que transforma a questão.

É que esta inovação teológica abre mão da antiga condenação do dinheiro e do lucro para, ao invés disso, louvar a riqueza e a prosperidade como o desejo de Deus para seus servos. Passamos da antiga proibição dos prazeres terrenos para a afirmação do direito do crente de gozar de tudo aquilo que o consumo oferece (GARRARD-BURNETT, 2011). Do homem rico que não é mais um herege, e sim alguém que foi abençoado por Deus. Dessa maneira, os cultos da igreja Universal do Reino de Deus fazem amíúde referência a situação financeira de seus fiéis, um mundo no qual “o sucesso é medido quase que exclusivamente pela abundância e pelo consumo, onde pecado e graça são definidos, respectivamente, por pobreza e riqueza” (GARRARD-BURNETT, 2011). A Teologia da Prosperidade

Promete prosperidade material, poder terreno, redenção da pobreza nesta vida. Ademais, segundo ela, a pobreza significa falta de fé, algo que desqualifica qualquer postulante à salvação. Seus defensores dizem que Jesus veio ao mundo pregar o evangelho aos pobres justamente para que eles deixassem de ser pobres. Da mesma forma, ele veio pregar aos doentes porque desejava curá-los. Deus não é sádico, tem grande prazer no bem-estar físico e na prosperidade material de seus servos. O contrário não tem respaldo nem sentido bíblico. Os reais servos de Deus não são nem nunca serão párias sociais. Durante muito tempo o Diabo obscureceu a

visão dos crentes a respeito dessas verdades, mas agora, conscientes da ardileza satânica, eles começam a tomar posse das promessas divinas (MARIANO, 2014 p.159).

Vale a pena enfatizar também a diminuição da ênfase no apocalipse, na segunda vinda de Cristo e no porvir do paraíso pós-vida que era corolário necessário do ascetismo de “fuga do mundo” anteriormente presente nesse movimento religioso (MARIANO, 2014). Focados na utopia mágica do aqui e do agora, os convertidos parecem estar mais interessados nos planos de Deus para este mundo ao invés do próximo, o que tem efeitos políticos enormes. Voltaremos a este ponto mais tarde.

Mas o que explica essa adesão em massa dos extratos mais pobres da população a uma teologia que encara o dinheiro e a miséria de uma maneira diametralmente oposta das tradições católica e protestante? Que os promete riqueza e prosperidade? Estamos de acordo com a análise realizada por Bourdieu (1979) quanto à relação entre as esperanças mágicas e a modernidade periférica.

Em seu estudo etnográfico sobre os trabalhadores da Argélia nos anos 60 o autor analisa as consequências subjetivas da importação do modelo de mercado, da modernização forçada para uma sociedade não habituada com tal estrutura econômica. O interessante no seu trabalho, e que pode ser transportado para a situação brasileira, é a análise das disposições desses sujeitos, agora desarraigados do trabalho do campo, recém chegados as grandes cidades, - situação que é inclusive correlata ao intenso êxodo rural vivido no Brasil na segunda metade do século XX. Estes trabalhadores são “subproletários, desempregados e diaristas ocasionais, pequenos mercadores, empregados das pequenas empresas e dos pequenos comércios, serventes” (BOURDIEU, 1979 p. 97). Eles se encontram presos às necessidades imediatas, na dúvida quanto ao salário do próximo mês, do alimento para a família, na inquietação crônica do amanhã. A tragédia de sua situação se aparenta com aquela do pescador descrito por Hemingway que não sabe se encontrará o peixe que necessita para comer, e assim apela para que Deus ajude-o. Aqui, também, a vida parece um arbítrio de forças impessoais que os homens pouco controlam, o futuro assim se torna, necessariamente, “um jogo de azar” (BOURDIEU, 1979 p. 56)

Difundida nos anos 70 e 80 em um contexto de caótica modernização no país, a Teologia da Prosperidade se capilariza intensamente nos extratos mais

pobres da população. Sempre ansiosos pela solução dos problemas enfrentados em seu dia-a-dia, estes habitantes dos bolsões de pobreza do território brasileiro são, assim como os subproletários argelinos, esmagados por um sistema econômico que os promete tudo, mas não os dá nada (BOURDIEU, 1979). Somente tendo em mente tais inquietações é que pode-se compreender a adesão a uma religião altamente encantada, prometedora da riqueza neste mundo.

Encerrados na impossibilidade do cálculo e da previsão do amanhã, resta a estas populações a esperança da utopia mágica para a solução de seus problemas, afinal, estes não podem ser resolvidos de nenhuma outra forma. A criação da Teologia da Prosperidade era então tudo o que restava a ser feito, a promessa mágica do fim da tragédia é “a única mira do futuro que se oferece a uma classe desprovida de futuro objetivo” (BOURDIEU, 1979 p. 102).

Para o pleno cumprimento da promessa da prosperidade nesta vida, o rito estrutura-se a partir do lema “dar para receber”. O acordo é simples: para desfrutar da benevolência do Deus todo poderoso o crente deve, ele também, conceder sua parte no contrato firmado (GARRARD-BURNETT, 2011), tal como na tradição do catolicismo popular que pede e paga por milagres. As diferenças da Teologia da Prosperidade são duas: 1) o pagamento da promessa aqui é anterior à obtenção do pedido, e não posteriormente e 2) a centralidade do dinheiro como forma de pagamento nesta troca, estrutura que demanda um valor monetário para o recebimento da graça.

Assim, a tradicional imagem presente no imaginário coletivo, do católico que sobe as escadarias de Aparecida após ter sido curado de uma grave enfermidade torna-se, nas igrejas pentecostais, o chamado do Pastor para que os fiéis venham ao púlpito oferecer o dízimo. Eles visam, dessa maneira, atendimento divino a seus anseios: a cura de doenças, uma promoção no emprego, um carro novo, o encontro com a pessoa amada, a felicidade familiar, a riqueza material etc (GARRARD-BURNETT, 2011). Deus se torna aqui um negociante com quem se firma um acordo, tal qual a relação de oferta e demanda presente no mercado.

Por outro lado, a crítica dirigida por meios seculares à Teologia da Prosperidade acusa as igrejas e os pastores de fraude e de charlatanismo com a fé do povo ignorante e inocente em suas mãos. Afinal, “é chocante ver gente tão pobre,

magra, desdentada e mal vestida, dar tanto dinheiro para pastores jovens bem vestidos, com saúde, com carro e com aparência de uma classe mais elevada” (MARIZ, 1995, p.46). O caso de Edir Macedo talvez seja o mais característico da crítica ao relacionamento das igrejas pentecostais com o dinheiro. O bispo tem patrimônio pessoal estimado em mais de 1 bilhão de dólares, contando com apartamentos de luxo em São Paulo, Nova York e Rio de Janeiro, diversos carros e até mesmo um avião. Em 1989 Macedo chegou a ser preso por 12 dias acusado por crimes de colarinho branco por supostamente usar a igreja universal como instituição financeira clandestina (MARIANO, 2014)

Tal crítica, entretanto, fornece uma visão completamente idealizada dos fiéis presentes nesses cultos como simples marionetes no jogo dos ardilosos pastores. Acreditamos que, no lugar desta descrição ingênua, os crentes, em seu interior, buscam o que é melhor para si, dada uma visão de mundo encantada. Afinal, quem melhor que o próprio Deus para ajudar nas dificuldades vividas cotidianamente? “É através da doação, selar um acordo com o divino. Dar é se assenhorar, é se tornar credor. Ser credor de Deus é ter bastante poder” (MARIZ, 1995, p.46). No lugar de vítimas, eles são muito mais cúmplices neste jogo de trocas desenrolado pela Teologia da Prosperidade. A riqueza e a felicidade obtidas aqui e agora são tudo o que querem e tudo o que lhes é prometido.

Por outro lado, ao compreender a prosperidade material como “algo legítimo e mesmo desejável ao cristão” (MARIANO 2014, p. 185) a Teologia da Prosperidade acaba também por inibir críticas ao sistema capitalista por parte dos fiéis. Imbuídos da visão de que o consumo e os bens materiais lhe trarão a felicidade de que não dispõem, a Teologia da Prosperidade não tece “uma única crítica sequer ao capitalismo, nem a injustiça e desigualdade sociais, nem aos desequilíbrios econômicos do mundo globalizado” (MARIANO 2014, p. 185). Daí a crítica ao pretensão hedonismo e ímpeto materialista desta teologia, que acaba por estruturar

uma visão arrivista de mercado, complementar à ideologia individualista e atomizante do capitalismo contemporâneo. Uma peculiar versão do self-made man a partir de liturgias que desafiam os fiéis a alcançarem prosperidade material por meio de sucessivas emulações espirituais e ofertas constantes e cada vez mais robustas de dízimo (ANTONIO, 2014).

O contraste com os mais diversos movimentos cristãos é também explícito. Essa tomada de posição diante da ordem capitalista é diametralmente oposta das conclusões da Teologia da Libertação, por exemplo. Pregada em toda América Latina somente algumas décadas antes, com uma junção do discurso cristão com o Marxismo. Esta corrente conta com uma interpretação bíblica diametralmente oposta

(...) os teólogos da libertação recorrem diretamente aos textos sagrados, onde encontram as parábolas que justificam seu compromisso socialista. Assim, o êxodo dos hebreus do Egito faraônico simboliza a necessária emancipação das classes oprimidas e a luta contra a burguesia exploradora e o imperialismo (KEPEL, 1991 p.58).

Com efeito, os padres católicos seguidores da Teologia da Libertação denunciam a injustiça da ordem social estabelecida e propõem, na sua prédica, a criação de uma nova ordem econômica, mais justa, igualitária e, também, cristã. Numa verdadeira militância político-teológica. Nada mais distante do discurso pentecostal e sua promessa de salvação por meio da prosperidade material do crente sem nenhuma mudança transformadora neste mundo.

1.4 TEOLOGIA DO DOMÍNIO

“e Deus lhes disse: Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra.”

Gênesis 1:28

Esta seção se destina a analisar o relacionamento do pentecostalismo com a esfera política, bem como a tomada de posição específica desta religião em relação ao Estado.

Tal qual a economia, a relação entre religião e a “esfera política” (WEBER, 1982) é também tensa e nunca completamente resolvida. Por essa razão, diferentes soluções para tal questão foram construídas nos mais diversos lugares pelas religiões. A razão própria do Estado, sua impessoalidade, seu naturalizado uso da força, seu interesse na preservação do poder, sua ética pragmática entram por toda parte em oposição com a ética religiosa de salvação. Se “o Sermão da Montanha

diz: “Não resistas ao mal”, em resposta, o Estado declara: “Deves ajudar o direito a triunfar pelo uso da força, pois se assim não for também serás responsável pela injustiça” (WEBER, 1982 p. 383) A crítica religiosa à política parte da

(...) experiência universal de que da violência nasce sempre outra violência, de que por toda parte interesses de dominação sociais ou econômicos se enlaçam com os movimentos mais idealistas por reforma e revolução, de que a violência contra a injustiça, em última instância, conduz à vitória não da justiça maior mas do poder ou da esperteza maior, não passa despercebida, pelo menos, à camada dos desinteressados intelectuais e produz continuamente o postulado mais radical da ética fraternal – o de não se opor o mal com a violência -, postulado comum ao budismo e à pregação de Jesus. (...) A atividade política autêntica, que lida com qualidades humanas médias, compromissos, astúcia e emprego de outros meios, e sobretudo de pessoas, eticamente reprováveis, e além disso com a relatividade de todos os fins, obriga à renúncia a exigências éticas rigoristas (WEBER, 2015, p.394).

Essa tensão chega ao limite no caso da guerra, situação que leva à morte dos homens em nome do Estado. Ora, o soldado não dá sua vida a troco de nada? Do vil jogo da dominação do homem sobre o homem? Assim, o teatro da guerra se apresenta vazio de qualquer valor para a religião da salvação, que julga a vida “correta” como aquela vivida segundo os mandamentos do Deus. O conflito que necessariamente surge entre ambos não poderia ocorrer de outra maneira: o amor ao Estado, à Pátria, concorre diretamente com a busca do monopólio da fidelidade dos homens buscada pela religião. A guerra soa para esta apenas como brutalidade tecnicamente requintada da luta, uma glorificação do fratricídio (WEBER, 1982 p.385). A exceção, contudo, claramente dá-se quando a guerra é travada em nome do próprio Deus, como mandamento inserido dentro da religião para sua propagação, sua defesa, como revelação divina etc.

Quanto ao cristianismo ao longo de seus mais de dois milênios de história, o fato é que as circunstâncias sempre moldaram sua resposta ao problema do Estado e da política. Weber (2015, p.396) oferece uma tipologia das diferentes soluções encontradas pelo cristianismo à questão do relacionamento com a esfera política, elas são quatro ao todo: 1) repúdio ao Estado existente, que desemboca numa postura antipolítica de negação absoluta da ordem vigente e ausência de conformismo para com o Estado; 2) indiferença total e tolerância passiva da violência ilegítima presente na ordem política, expressa na frase “a César o que é de

César”, afinal, qual a importância das coisas deste mundo face a eternidade da salvação prometida por Deus?; 3) distância em relação à comunidade política, já que as regras de funcionamento do Estado são pecaminosas, e por fim; 4) uma visão positiva da autoridade como mandamento de Deus, seja ela cristã ou não, como “meio de supressão – inevitável no estado de pecado – dos pecados condenáveis até para os pagãos religiosamente não-iluminados, em virtude da compreensão natural que Deus lhes deu” (WEBER, 2015, p. 397).

Compreende-se, em seguida, aquilo que todas as visões expostas têm em comum, isto é, uma visão do Estado e da política como a dominação do homem pelo homem, e não do homem por Deus, um infortúnio presente neste mundo. É claro, a tomada de posição diante desta premissa varia, indo desde o anti-politicismo – presente em toda esperança escatológica de estabelecimento do reino de Deus na terra – até a aceitação tímida, fruto da resignação pessimista para com a realidade da vida terrena, exemplificada em João 18:36 “Meu reino não é deste mundo” (BÍBLIA, João 18:36).

O movimento pentecostal brasileiro, por sua vez, historicamente esteve mais proximamente associado com o segundo tipo ideal descrito por Weber. Por décadas seu intenso sectarismo na busca pelo estreito caminho da salvação, e todas as renúncias que disto decorrem, impeliu a este grupo a recusa ativa à participação política. A consequência necessária era uma apatia que levava ao apoliticismo geral, o lema repetidamente manifestado por pastores pentecostais era “crente não se mete em política” (ORO, 2003b)

Recentemente, entretanto, uma alteração se processou no interior do movimento pentecostal. Outrora encerrados em suas comunidades de fé, os crentes agora buscam participar ativamente na sociedade, sem receio ou vergonha nenhuma. Os pastores passam a questionar: “onde é que nós vamos colocar nossas crenças e valores? Onde é que vamos expor o reino, no meio de formiga? Em Saturno?” (MALAFAIA, 2019a).

O essencial, do ponto de vista da pesquisa aqui realizada, é a alteração do velho lema religioso “crente não se mete em política” para a nova “irmão vota em irmão” realizada pelos pentecostais. Sua visão de mundo encantada, seu intenso

dualismo e a ênfase no gozo da vida aqui e agora moldam uma visão peculiar do relacionamento pentecostal com o “mundo”. E, mais especificamente, com a política

O modo como os neopentecostais combatem o mundo é bem diferente daquele do pentecostalismo que o precedeu. Pois tanto a observância, pelo fiel, dos preceitos de santidade quanto sua luta contra o mundo não se processam via fuga, afastamento (MARIANO, 2014 p. 228).

Do ponto de vista teológico, a inovação reside na chamada “Teologia do Domínio”, surgida da interpretação de versículos como “e Deus lhes disse: “Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra”. Gênesis 1:28’ (BÍBLIA, Gênesis 1:28). A alteração interpretativa pentecostal entende que “Encham e subjuguem a terra” não se restringe apenas ao reino dos animais, mas sobre tudo neste mundo, incluídas aí as instituições. Daí o mandamento para que os cristãos dominem a terra (COX, 2009).

Se, para este crente pentecostal, a realidade está dividida entre uma esfera do “bem” e outra do “mal” cabe, ao verdadeiro cristão, o engajamento na luta para que o primeiro ganhe sua batalha contra o segundo neste mundo. No lugar da fuga anterior, enfrentamento. Da espera resignada, a participação direta para “tomar posse para Deus, por meio da guerra espiritual e da ação concreta, das coisas de que o diabo se apoderou e por muito tempo governou” (MARIANO, 2014 p. 228). No lugar do Cristo misericordioso que oferece a outra face, um Cristo que veio não para trazer a paz, mas a espada (PIERUCCI, 2006). Na constituição de guerreiros pela cultura cristã (GOLDBERG, 2006).

Isso permite compreender o uso, por parte dos pentecostais, dos mais variados meios para angariar companheiros nesta batalha espiritual. A Teologia do Domínio conclama a necessidade da participação pentecostal em todos os setores da sociedade. Na mídia sua participação conta com jornais religiosos, canais televisivos, e mais ultimamente, a internet – onde criam canais no youtube e perfis no instagram com linguagem jovem para atrair uma nova geração. Na arte, com grupos de música gospel para os mais variados estilos, samba, sertanejo, pop, funk e até mesmo heavy metal (MARIANO, 2014). Na educação, com a criação de universidades pentecostais no mesmo modelo das igrejas protestantes históricas e a

militância pelo ensino religioso nas escolas básicas (GOLDBERG, 2006). E, o que é mais relevante para a presente pesquisa, a participação política, não uma causa, mas um efeito desta visão de mundo particular, mais uma das “frentes de batalha” promovidas pela Teologia do Domínio, um epifenômeno (KEPEL, 1991) tendo por objetivo “religiogizar o político” (ORO, 2003a). Tal visão afirma que

(...) o que se passa no “mundo material” decorre da guerra travada entre as forças divinas e demoníacas no “mundo espiritual”. Essa guerra, porém, não está circunscrita apenas a Deus/anjos x diabo/demônios. Os seres humanos, conscientes disso ou não, participam ativamente de uma ou de outra frente de batalha. Agem, cada qual, segundo seu livre-arbítrio. Voluntariamente engajados no lado divino, creem deter poder e autoridade, concedidos a eles por Deus, para, em nome de Cristo, reverter as obras do mal. Isto é, acreditam ser capazes de alterar realidades do “mundo material”. Por meio do seu vínculo de fé com as forças divinas. (MARIANO, 2014, p. 113).

Mas o que possibilita a inserção da religião “dentro” da política? O que motiva e convence grupos pentecostais ao engajamento na vida pública do país? Ao fim das fronteiras, há 50 anos tão claras, entre aquilo que compete ao Estado e aquilo que compete às igrejas? A obra “Plano de Poder: Deus, os Cristãos e a Política”, de Edir Macedo (2008) constitui-se como exemplo ideal da visão religiosa para a questão. Seu ponto de partida afirma que há um projeto de nação mais justa, próspera e igualitária contido na bíblia e elaborado por Deus, como expresso em versículos como “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança.” (BIBLÍIA, Salmo 33:12) O livro sagrado cristão não se restringe aqui apenas para a orientação da fé individual, mas também sugere uma estrutura específica de governo e determinada forma de poder político. Tal qual a narrativa do Antigo Testamento do relacionamento de Deus com Moisés para o estabelecimento de Israel

Lá em cima do Monte do Sinai, Moisés ponderou com Deus sobre como convenceria o povo Hebreu de que o Senhor havia aparecido para ele e de que existia um plano de nação, que reverteria toda a situação daquela gente e reescreveria sua história (MACEDO, 2008. p. 67).

É que para a Teologia do Domínio a ausência de religião na esfera pública é ela própria, uma forma de crença. Claro, não uma crença da mesma forma da

religião, mas uma crença distorcida no homem, nas promessas do humanismo secular. Signo da arrogância humana que se coloca no centro de tudo, sem nenhum padrão absoluto, no qual tudo se torna moralmente relativo (GOLDBERG, 2006). As únicas consequências possíveis deste distanciamento com os planos de Deus são, necessariamente, fracasso, injustiça e caos que assolam as ordens políticas dessacralizadas, “o não-engajamento e o não-comprometimento por parte dos cristãos, naturalmente, vinham contribuindo de forma negativa com o grande projeto de nação pretendido por Deus” (MACEDO, 2008 p.52). Daí que toda a crise moderna em relação a representatividade democrática, a qualidade dos governos, a decadência moral do ocidente parece aqui transfigurar-se como sinal claro da punição divina “Um Deus irado começou a retirar seu favor. O crime e a discórdia aumentaram. Os filhos se voltaram contra os pais e as esposas contra os maridos. Hedonismo e licenciosidade reinaram”³ (GOLDBERG, 2006, p.7). O problema reside na impossibilidade da política em promover uma ordem mais justa sem referência a Deus. Nos entraves que surgem da própria natureza do mesquinho jogo pelo poder que o cotidiano da política brasileira parece confirmar

Esses entraves são vários, e os mais perceptíveis são o preconceito entre classes sociais, a falta de políticas mais eficazes, as oposições quando feitas de maneira irresponsável e pessoal, conotando o ciúme e a inveja por parte de adversários políticos ou de desafetos declarados e inescrupulosos.(...) Toda nação séria, que deseja alcançar o status de Primeiro Mundo, deve entender que estará sempre excluída desta classificação se houver, entre seus filhos, um grande número de excluídos sociais. Quando a ânsia do poder pelo poder cega os que o disputam, os interesses pessoais de poucos passam a imperar e impedir que as necessidades de muitos sejam supridas (MACEDO, 2008 p.108-109).

Tudo faz sentido se se considera que, aos olhos da Teologia do Domínio, o mundo já vive uma guerra entre o bem e o mal. O renovado engajamento político é, portanto, apenas uma resposta face a este mal que se propõe a pôr fim ao cristianismo, à justiça e seus corolários (BAGGE LAUSTSEN, 2000) Daí toda a atmosfera de perseguição em torno do crente que o faz sentir a religião como um sinônimo de retidão e de ordem (FOUCAULT, 1997, p.113). Uma ofensiva do inimigo a ser respondida com um contra-ataque.

³ “An angry God began to withdraw his favor. Crime and discord increased. Children turned against their parents and wives against their husbands. Hedonism and licentiousness ruled”

Por isso mesmo surge a interpretação do ingresso da religião na esfera política como condição essencial para a resolução dos problemas vigentes. Uma resposta religiosa face ao completo descrédito no sistema político e nos representantes eleitos pelo povo. Opera-se uma mudança em relação a tipologia de Weber (2015). Não mais uma postura antipolítica, mas sim, antipolíticos, afinal, não seriam eles os culpados pelas mazelas do povo? De fato, a crise de corrupção e a eterna confusão do público e do privado vigentes no Brasil promovem o descontentamento com o sistema político atual, é esta a condição essencial para o estabelecimento da Teologia do Domínio: um eterno sentimento de crise.

(...) a corrupção é a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de “reserva moral” da sociedade (ORO, 2003, p.57).

É assim que o pertencimento religioso pode transformar-se em selo de boas práticas para os políticos pentecostais. Com o apoio divino por trás das decisões individuais e com a moralidade religiosa que os impedirá de sucumbir à corrupção e à mesquinhez, o bem-geral da nação será alcançado. Na base, reside a crença de que todo povo consciente do real significado dos mandamentos divinos obterá a vida agradável prometida pelo próprio Deus. “Imagine todos os cristãos do Brasil, e do mundo, conscientizados. Certamente estariam engajados nesse propósito divino: o povo de Deus, com sua dignidade e respeitabilidade, governando com justiça social pelo temor que lhes é peculiar” (MACEDO, 2008 p.72).

Por fim, este novo crente agora influenciado pela Teologia do Domínio crê que o Cristianismo detém a resposta para as grandes questões políticas de nosso tempo. Ora, a própria história não estaria repleta de exemplos que confirmam o resultado positivo da participação religiosa na política? “Moisés, José, Daniel, Davi e Martin Luther King, em seus desempenhos, posturas e frases imortalizadas, representam bem os anseios de justiça social e de honra” (MACEDO , 2008 p.72). O tamanho da carga tributária, a taxa de juros correta, a questão da educação pública, o limite da liberdade de expressão na mídia e nas artes etc são passíveis de resolução via engajamento cristão na esfera pública

As pessoas que vivem dentro dessa realidade costumam chamá-la de "cosmovisão cristã". A frase é baseada na convicção de que o verdadeiro Cristianismo deve governar todos os aspectos da vida pública e privada, e que tudo - governo, ciência, história, cultura e relacionamentos - deve ser entendido de acordo com os ditames das Escrituras. Existem posições bíblicamente corretas sobre cada questão, desde o casamento gay até as taxas de imposto de renda, e apenas aqueles com a cosmovisão correta podem discerni-las⁴ (GOLDBERG, 2006, p. 5, tradução nossa).

Em síntese, o dualismo pentecostal que separa tudo o que existe como pertencente entre as forças do bem ou do mal e seu foco na salvação, não no pós-vida, mas aqui e agora neste mundo, levam esta religião a uma abordagem única com relação à política. É que o foco no aqui e agora operado pelo pentecostalismo é condição essencial para o fim do ascetismo de fuga do mundo. Somente a partir desta mudança o apoliticismo anterior pode ser substituído pela ideia de que Deus tem um plano de Nação justa e ordenada disponível para o Crente neste mundo, e não no além. É também claro como a política está no jugo das forças maléficas que impedem a consecução da prosperidade geral, mas os pentecostais não reagem a esta impureza com fuga, e sim enfrentamento. Ela pode estar a serviço do mal, mas nada garante sua fixidez em tal situação. Em lugar do juízo negativo que levava os crentes à apatia política, a teologia do domínio estrutura uma visão positiva do Estado e da política - mas não dos políticos tradicionais -, como meios para a plena concretização de seus objetivos. Por sua vez, a prédica pentecostal de engajamento político embasa-se em quatro eixos centrais: 1) Deus tem um projeto de nação justa e igualitária; 2) a não-participação pentecostal não contribui para a conclusão desse projeto; 3) o pertencimento religioso significa para um político uma "reserva moral" frente a toda a corrupção e mesquinhez do processo político e 4) Tal participação promoverá paz, justiça, prosperidade e bem-estar geral para toda a nação – incluídos os não pentecostais – como prometido no projeto de Deus. "Os 40 milhões ou mais de evangélicos no Brasil, ainda não em sua totalidade, trazem consigo essa identidade de

⁴ "The people who live inside this reality often call it the "Christian worldview." The phrase is based on the conviction that true Christianity must govern every aspect of public and private life, and that all—government, science, history, culture, and relationships—must be understood according to the dictates of scripture. There are biblically correct positions on every issue, from gay marriage to income tax rates, and only those with the right worldview can discern them" no original.

compromisso com o coletivo e a consolidação da democracia” (MACEDO, 2008 p.104)

1.5 RELAÇÃO COM O ESTADO E A POLÍTICA: A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

“A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”

Provérbios 14:11

Esta seção analisa o processo de eleição no congresso Nacional de candidatos oriundos de igrejas pentecostais, bem como a atuação destas nesse âmbito.

Mas como se processa, para dentro das igrejas, a eleição de candidatos denominacionais? Como o crente é exortado a vincular seu voto à sua identidade religiosa? Em relação às estratégias políticas, a Igreja Universal do Reino de Deus, doravante IURD, destaca-se neste campo pelas inovações empregadas - e posteriormente difundidas ao longo do movimento pentecostal - para a eleição de candidatos ao congresso federal. A igreja adota o sistema de “candidaturas oficiais”, no qual são analisados a quantidade de votos potenciais com determinada membresia da igreja na região. Além disso, já a partir dos 16 anos, os jovens são estimulados a obter seu título de eleitor (ORO, 2003a). Dessa maneira, a igreja consegue se organizar para saber quantos candidatos lançar em cada município ou Estado dado o quociente eleitoral da região. Definidas as candidaturas, inicia-se a propaganda dos nomes escolhidos nos meios religiosos, através dos programas de rádio, TV, jornal vinculados e das missas.

Em 2002, em Porto Alegre, um mês antes das eleições, uma grande faixa foi fixada no fundo da “catedral da fé” contendo os dizeres: “vamos orar pelos nossos representantes” (seguiram os seus nomes), após o que aparecia a passagem de Provérbios 29:2: “Quando se multiplicam os justos o povo se alegra; quando porém domina o perverso o povo geme”. E ainda, em alguns domingos um banner de uma urna eletrônica foi levado ao altar. Com ele o bispo ou o pastor que presidia a reunião ensinava, de forma bastante didática, seus fiéis a votarem em seus candidatos (ORO, 2003).

É claro, entretanto, que tal estratégia só pode ser empregada a partir do grande potencial de influência que os pastores e as instituições detêm sobre os fiéis,

no exercício de “um domínio sobre os homens, seja predominantemente externo ou interno, a que os governados se submetem. (WEBER, 1982, p.207). O carisma do líder, essa “qualidade extraordinária de uma pessoa, quer seja tal qualidade real, pretensa ou presumida“ (WEBER, 1982, p.207), que garante, aos olhos daquele que atende aos cultos, a veracidade do discurso do pastor.

Em conjunto, as teologias políticas pentecostais e suas estratégias eleitorais promovem a existência de políticos ligados a tais igrejas. Assim, no Brasil, os porta-vozes do discurso religioso no congresso constituem-se na Frente Parlamentar Evangélica - doravante FPE -, materialização do plano de poder eclesiástico na política nacional. Cabe destacar um detalhe quanto a sua organização. No congresso nacional, frentes parlamentares são grupos de congressistas de diferentes partidos interessados no debate de temas específicos. Desse modo, o site do congresso nacional registra a existência de dezenas de frentes parlamentares na legislatura 2019-2023, como por exemplo: “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social”, “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em Segunda Instância”, “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Produção Cultural e Entretenimento”, “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021a).

Por sua vez, a FPE é um grupo político oficialmente formado no ano de 2003, contendo, em sua composição, detentores de cargos em instituições religiosas, cantores de música gospel, parlamentares que professam a fé evangélica ou que se alinham ao grupo em votações de temas específicos (DIAP, 2018). Ou seja, a FPE não se restringe apenas às três ondas pentecostais que a pesquisa trata, mas engloba, também, protestantes históricos e demais denominações vinculadas à reforma protestante. Além disso, devido às diferenças no campo pentecostal, não há concentração de políticos ligados às diferentes igrejas em um único partido. Em linhas gerais pode-se dizer que o Republicanos - antigo PRB - está mais associado à Universal, enquanto o PSC tem ligação mais próxima com a Assembleia de Deus (VALLE, 2018). Mas o fato é que pode-se encontrar políticos confessionais associados a todos os lados do espectro ideológico, na legislatura 2007-2011, por exemplo, haviam deputados evangélicos nas bancadas partidárias de, PT, PSDB, PMDB, DEM, PTB, PP, PV dentre outros (DANTAS, 2011 p.54)

Quanto a essa estruturação específica, como frente parlamentar, e não como partido político, Dantas (2011) destaca que a difusão de deputados evangélicos nas mais diversas legendas é fruto da fragilidade da estrutura partidária brasileira, carente de compromisso ideológico por parte dos congressistas eleitos. Por sua vez, Fonseca (2004) nega a existência de um grupo político religioso em Brasília, já que os evangélicos só se unem em torno de questões morais. De fato, a ausência de coesão por parte da Frente garante que os congressistas sigam seus respectivos partidos em votações relacionadas a outros temas. Por outro lado, ao analisar a IURD, Oro (2003a) destaca a sofisticação de sua atuação política. É que ao difundir políticos associado à Igreja nas mais diversas legendas ela se permite “alcançar melhor poder de barganha política, o que não impede que em determinadas situações os interesses da Igreja se sobreponham aos dos partidos” (ORO, 2003a, p.54)

É também notório que a eleição de políticos ligados a igrejas pentecostais dá-se anteriormente à criação da Frente. Com efeito, desde a redemocratização do país, ocorrida no final dos anos 80, já nota-se a existência de uma participação política religiosa. A entrada de pentecostais nesta esfera deu-se à época da assembleia constituinte. Naquele momento dos 559 constituintes eleitos 37 eram ligados a igrejas evangélicas, e destes mais de 50% eram pentecostais (DANTAS, 2011). É inclusive devido a sua participação na constituinte que o grupo recebe o nome “bancada evangélica”, pelo qual é ainda hoje conhecido e atrai a atenção da mídia e da academia graças ao uso sem precedentes do discurso religioso na esfera política (PIERUCCI, 1996).

Desde então a influência evangélica nunca cessou no congresso nacional. Na eleição de 1990 houve um pequeno decréscimo: os evangélicos alcançaram 23 das 503 vagas disponíveis. Nas quatro legislaturas seguintes, entretanto, seus números só cresceram: em 1994 foram eleitos 30 representantes. Em 1998, 56. Na eleição de 2002, 66. Foi só neste período, aliás, que se deu a formação da frente, 16 anos após seu ingresso ativo na política partidária. Na eleição seguinte, para a legislatura 2007-2011, os evangélicos sofreram diversos reveses devido às acusações de corrupção no esquema do mensalão e na CPI das Sanguessugas associadas a nomes do grupo. Em virtude disso eles obtiveram 61 representantes

eleitos (DANTAS, 2011). A partir de 2010 a frente recupera seu momento, o número de parlamentares passa a 73. Em 2015 à 75. E em 2018, na última eleição disponível, a FPE conta com 84 membros (DIAP, 2018). Em síntese, denota-se uma enorme tendência de crescimento deste grupo na política nacional, sem nenhum indício de arrefecimento. Passamos de 23 deputados evangélicos em 1990 para 84 na eleição de 2018.

Por conter em sua composição membros de praticamente todos os partidos políticos, a Frente não costuma ser muito ativa em votações relacionadas às reformas políticas e econômicas. Assim, a maioria de suas pautas articula-se em torno de temas relacionados à moral e aos costumes no qual o consenso é mais cristalino

o combate à descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a transexualidade, à realização de cirurgias para mudança de sexo, a criminalização da homofobia, a legalização da prostituição, a pedofilia, ao abuso sexual, ao incesto, a pornografia, a prostituição infantil, ao infanticídio, a liberalização das drogas, a dependência química, a lei de biossegurança, a utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, a eutanásia e ao divórcio. Luta-se pela moralização das condutas, pela preservação da "santidade" e pelo retorno às tradições morais, fazendo forte oposição à liberalização sexual e a flexibilização das regras sociais (DANTAS, 2011, p.197).

Além de toda a trama sociológica exposta na seção anterior pelo domínio cristão das mais diferentes esferas da vida cabe salientar, também, que a participação política pentecostal fundamenta-se na premissa muito mais simples do fisiologismo político. Seu apoliticismo foi substituído por uma visão do Estado como meio para conclusão de seus objetivos corporativos em temas como: isenção de impostos para igrejas, perdão de dívidas, concessão dos meios de comunicação para propagação da mensagem religiosa, defesa da liberdade religiosa, manutenção dos cultos mesmo em meio a pandemia de COVID-19 (SCHREIBER, 2021), dentre outros. Um usufruto - aliás em nada diferente da pressão exercida pelos demais grupos de interesse - das benesses do Estado providência moderno, que desemboca na "salvação dos próprios interesses de poder sacerdotais, também crescentemente objetivados no sentido de uma "razão de Igreja", com os mesmos ou parecidos meios atuais de que se servem as pretensões de poder mundanas." (WEBER, 2015, p. 399).

Por sua vez, a criação da Frente, apenas no ano de 2003, responde a necessidade de organização conjunta dos diversos congressistas evangélicos espalhados pelos diversos partidos da câmara. Assim, o regime informal até então vigente foi substituído pela criação de uma estrutura mais coesa, com “cargos administrativos, a composição de uma diretoria e a definição de funções e atribuições para cada um de seus componentes” (DANTAS, 2011 p.166) que permita aos parlamentares analisar os projetos de lei relacionados a temática da FPE e, subsequentemente, agir de forma mais articulada. Sobre a criação da Frente, a então assessora jurídica - e futura ministra dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro - Damares Alves afirma:

Nos últimos anos, a Frente começou a atuar de forma mais efetiva nas questões legislativas. De 2003 pra cá, ela foi mais organizada, porque até então ela era muito informal. Eu acompanho a Frente desde 1998. Desde 1998, eu acompanho as demandas, mas atuava de um modo muito mais solto, a gente ficava ali meio que apagando incêndio. De 2003 pra cá, com a formalização da Frente como instituição, houve a divisão de assuntos por parlamentares. Por exemplo, quem é o parlamentar que entende de questão indígena? Então tudo que diz respeito à questão indígena, acabou ficando mais concentrado naquele parlamentar e no grupo dele. Qual é o parlamentar que entende de direito, que entende de direito penal? Aí, a gente canalizava naquele (parlamentar). Então, a gente tinha o referencial de temas e a gente começou a dividir esses temas entre os parlamentares e a discutir com eles. E nós montamos em 2003 um grupo chamado GAPE, grupo de assessoria parlamentar evangélica, onde cada parlamentar evangélico liberava um assessor e esse assessor acompanhava as demandas e a gente discutia. Por exemplo, violência contra a mulher. Qual é a posição que nós temos desse projeto? A gente se reunia semanalmente, quinzenalmente, para discutir a nossa posição e como nós iríamos ajudar os nossos deputados na elaboração de votos, pareceres, acompanhamento de proposições etc (DANTAS, 2011, p. 165).

Quanto à corrupção, a legislatura 2003-2007 foi, sem dúvida, a mais conturbada para a FPE. Em 2006 vieram à tona diversas acusações direcionadas a seus membros. O discurso empregado sobre a ética elevada dos congressistas da Frente em relação a seus pares não-religiosos no congresso foi duramente desacreditado. Seu comportamento na câmara aparentava contradizer seu discurso moralizador, como presente na sempre repetida passagem “a casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá” (BÍBLIA, Provérbios, 14:11), ainda mais quando entende-se que a eleição destes candidatos esteve relacionada largamente a uma espécie de purificação da política nacional (ORO, 2003). Por isso mesmo, a

imensa maioria dos deputados não conseguiu a reeleição para a legislatura seguinte, e os números absolutos na Frente diminuíram. Apesar de tais acusações, as denominações obtiveram uma recuperação do crescimento perdido nas eleições seguintes, haja vista a renovação das candidaturas e o surgimento de denúncias atreladas a seus concorrentes políticos (DANTAS, 2011).

De fato, a crescente relevância da PFE no congresso nacional implica o diálogo e o compromisso dos demais grupos políticos em relação aos congressistas evangélicos. Por sua parte, as igrejas pentecostais parecem estar cientes das artimanhas do jogo político e mudaram seu posicionamento ao longo do tempo. Se o apelo às pautas morais e de costumes são uma constante ao longo das décadas, o mesmo não pode ser dito em relação a seus aliados políticos. A Assembleia de Deus e a IURD decidiram apoiar Collor na eleição presidencial de 1989, denunciando o comunismo de Lula e alarmaram a mensagem de que a vitória do PT “colocaria em xeque a liberdade religiosa no país, perseguiria os evangélicos e privilegiaria a Igreja Católica.” (TREVISAN, 2013). Já nas duas eleições seguintes os pentecostais apoiaram novamente o candidato vencedor, Fernando Henrique Cardoso.

A grande virada deu-se com a disputa presidencial de 2002, na qual as igrejas abandonaram o discurso demonizador da esquerda e apoiaram a candidatura vitoriosa do PT no segundo turno contra o PSDB. A decisão demonstra a disposição das igrejas à apoiar os candidatos que têm mais chances de vitória em determinada situação, pouco importando os posicionamentos passados. Assim, o bispo Rodrigues, um dos líderes da bancada da IURD na câmara afirma

[...] todos estão cansados de ideologia. A população quer saber como serão resolvidos problemas do transporte, educação, saúde, como será reduzida a miséria. Por isso vamos adotar uma nova forma de fazer política. Trata-se do socialismo de resultados (Jornal do Brasil, 13/10/2002).

A aliança se manteve nas três eleições seguintes vencidas pelo Partido dos Trabalhadores, mas deve ser sopesada. É que o apoio formal à chapa PT e PMDB não se traduziu automaticamente em adesão à base governista no congresso. Repetidamente, a bancada evangélica uniu-se em oposição a propostas de cunho progressista do governo, como a descriminalização do aborto, legalização do

casamento homoafetivo etc. De fato, o apoio religioso à chapa petista só foi obtido às custas do comprometimento em “assegurar a legislação sobre o aborto e a liberdade evangélica de pregar contra a homossexualidade em caso de aprovação do projeto de criminalização da homofobia.” (MARIANO, 2019, p.70). Assim, ao mesmo tempo em que contava com ministros no executivo - como a nomeação de Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo para o Ministério da Pesca em 2012 (FGV, 2021) - os pentecostais atuavam em torno da pauta de costumes contra este mesmo governo. Tal situação só pode ser compreendida pela inexistência de motivos para oposições ferrenhas naquele momento por parte das igrejas (MARIANO, 2019).

Tal situação, entretanto, começou a mudar com a queda da aprovação do governo Dilma em seu segundo mandato, ali as Igrejas passaram à oposição e apoiaram formalmente o impeachment. Símbolo deste processo é a ligação de Dilma Rousseff a Edir Macedo para pedir apoio do Republicanos contra o impeachment. O bispo teria recusado essa solicitação, mas prometido “orar por ela e pelo país” (MATOSO, 2016). Em seguida, a bancada apoiou o governo Temer, de quem também obtiveram ministérios, como a nomeação de Marcos Pereira, bispo licenciado da IURD para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (GLOBO, 2016).

Paramos nossa investigação aqui para não nos adiantarmos em direção ao objetivo, cabe no terceiro capítulo analisar mais a fundo o relacionamento de Jair Bolsonaro com a religião e a Frente Parlamentar Evangélica em seu governo. Antes, contudo, busca-se analisar um *locus* específico da influência pentecostal na política Brasileira.

3 PENTECOSTALISMO E ISRAEL

“Sr. Presidente, pela unidade do PRB, pela família e para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel, por São Gonçalo, pelo leste fluminense, pelo Rio de Janeiro, voto sim.”⁵

Voto pelo Impeachment de Dilma Rousseff de Roberto Sales, Deputado pelo PRB e Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus⁶

Este capítulo trata do sionismo (entendido como o apoio ao estabelecimento dos judeus no Estado de Israel) vigente em grupos pentecostais e, conseqüentemente, da ação política que surge desta visão de mundo religiosa. Para tanto, a primeira seção é uma introdução que apresenta a discussão teológica em torno dos judeus no cristianismo. A segunda seção analisa os discursos de deputados e pastores pentecostais em relação a Israel, o intuito aqui é compreender a lógica por trás dos discursos, as representações aí contidas e sua estrutura interna. Por fim, se elencam os resultados e implicações da pesquisa.

3.1 O RELACIONAMENTO DO CRISTIANISMO COM O JUDAÍSMO

Esta seção introdutória lida, a partir de leituras teológicas e históricas, com a questão do relacionamento do cristianismo com o judaísmo, o intuito é explicar as bases teológicas do Sionismo presente no meio pentecostal. Na parte final é proposta uma tipologia das três teologias que buscam solucionar o dilema do judaísmo para o cristianismo: a Teologia da Substituição, a Teologia Dispensacionalista e a Teologia da Aliança.

⁵ Discurso transcrito pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=213&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=21:04&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=17/04/2016&txApelido=MIRO%20TEIXEIRA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em 15 mar. 2021

⁶ Informação coletada em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2014/os-dez-deputados-federais-mais-votados-n-o-rio/8o-roberto-sales-prb-20938.html?mobi=1>. Acesso em 15 mar. 2021

A ligação entre cristianismo e judaísmo é, sem dúvida, ímpar na história das relações entre comunidades religiosas (ARIEL, 2002). Em sua origem, o cristianismo era um movimento interno ao Judaísmo, só posteriormente estruturando-se como uma nova religião. Cabe dizer que ambas as crenças compartilham parte de seus livros sagrados, no judaísmo os textos recebem o nome de Torá, enquanto no cristianismo estes inserem-se no Antigo Testamento. Assim, o relacionamento do cristianismo com a religião da qual ele se originou foi, desde o início, ponto crucial para o seu desenvolvimento. Grosso modo, pode-se dizer que o conjunto de histórias inscritas no Antigo Testamento narra a relação de Deus com o povo de Israel através dos séculos (BRUEGGEMANN, 2002). Como exemplificado discurso de Moisés aos judeus

O Senhor Deus os amou e escolheu, não porque vocês são mais numerosos do que outros povos; de fato, vocês são menos numerosos do que qualquer outro povo. Mas o Senhor os amou e com a sua força os livrou do poder de Faraó, o rei do Egito, onde vocês eram escravos. Ele fez isso para cumprir o juramento que tinha feito aos nossos antepassados. Lembrem que o Senhor, nosso Deus, é o único Deus. Ele é fiel e mantém a sua aliança. Ele continua a amar, por mil gerações, aqueles que o amam e obedecem aos seus mandamentos, porém castiga de uma vez os que o rejeitam. Ele não demora em castigá-los e destruí-los. Obedeçam, pois, às leis e aos mandamentos que hoje eu estou dando a vocês e façam tudo o que eu mando. — Se vocês derem atenção a essas leis e as cumprirem fielmente, o Senhor, nosso Deus, manterá a sua aliança e continuará a amá-los, conforme prometeu aos nossos antepassados. Ele os amará, e abençoará, e fará com que se tornem mais e mais numerosos. Ele lhes dará muitos filhos, boas colheitas de cereais, uvas e azeitonas e muitas crias de gado e de ovelhas. Deus lhes dará todas essas bênçãos na terra que ele vai lhes dar, conforme o juramento que fez aos nossos antepassados. Vocês serão o povo mais abençoado do mundo (...) (BÍBLIA, Deuteronômio 7:7-14).

Pertinente para a pesquisa aqui realizada é a afirmação teológica da aliança entre Deus e os judeus, que entende os últimos como sendo abençoados pela divindade com vida longa em sua terra, fertilidade e prosperidade, desde que permaneçam fiéis aos ensinamentos de Deus (LAFHEY, 2007 p.337). Ou, em outras palavras, na visão, presente do Judaísmo até os dias de hoje, dos judeus como “o povo escolhido de Deus”.

Além disso, há grande destaque para a promessa, presente de maneira unívoca até mesmo na bíblia Cristã, pela volta do povo Judeu ao território de Israel,

como em “Assim diz o Senhor Deus: Hei de ajuntar-vos do meio dos povos, e vos recolherei das terras para onde fostes lançados, e vos darei a terra de Israel.” (BÍBLIA, Ezequiel 11:17). Tal condição implica no compromisso permanente de fidelidade entre ambas as partes do acordo (BRUEGGEMANN, 2002, p. 37), o Deus do Antigo Testamento é o Deus de um povo, sua salvação está ali circunscrita.

O dilema, surgido a partir da renovação realizada por Jesus, é relativo à conciliação entre as mensagens presentes no Novo e no Antigo Testamento. É que, embora Judeu, Jesus de Nazaré deu início a uma alteração profunda aquela religiosidade: o Deus do Novo Testamento se destina ao mundo inteiro, em sobreposição a qualquer tribo, nação e, principalmente, ao particularismo do Deus Judaico (WEBER, 1982). Assim, os ensinamentos de Jesus dão início, na visão cristã, a um novo pacto entre Deus e os homens.

Por sua vez, a controvérsia interna ao cristianismo busca então responder inúmeras questões: Qual a validade da antiga aliança entre Deus e os judeus? Para onde vão as promessas de um a outrem nesta nova fé? Teria a palavra do próprio Deus se expirado com a vinda de Cristo? Ou seria ela válida concomitantemente a salvação cristã? Qual a importância do antigo pacto para a nova conjuntura? E, o que é mais importante do ponto de vista político, seria a soberania judaica sobre Israel baseada em uma irremediável reivindicação divina?

Em conjunto, o cristianismo desenvolveu três abordagens teológicas diferentes com vistas a responder às questões postas: a Teologia da Substituição, a Teologia Dispensacionalista e a Teologia da Aliança (AMSTUTZ, 2013). Cada uma delas advém de interpretações divergentes dos livros sagrados cristãos, e geraram, por isso mesmo, relacionamentos distintos do cristianismo em direção ao judaísmo e à Israel. Cabe analisar uma a uma.

A Teologia da Substituição é, sem dúvida, a mais amplamente aceita solução para a questão, sendo, inclusive, o posicionamento adotado por grande parte da igreja católica. Ela afirma que com a chegada de Jesus Cristo, o tratamento especial de Deus para os judeus chega ao fim. A “Velha Aliança” é aqui substituída por um renovado acordo entre Deus e os homens, na crença em Jesus Cristo como uma divindade e no pertencimento à Igreja cristã como sua “Nova Israel” (AMSTUTZ, 2013). Nesse sentido, tal abordagem acaba por desvalorizar o território

de Israel e de Jerusalém para o cristianismo. Como contido na visão de Santo Agostinho, para quem os judeus perderam o direito à salvação e a terra prometida ao não aceitar a mensagem de Jesus Cristo e participarem de sua crucificação (FREDRIKSEN, 1995). Em síntese, para a Teologia da Substituição a promessa antiga perdeu sua validade com a chegada da Igreja cristã, a “Nova Jerusalém”, substituta, a partir da vinda de Cristo, como local de adoração a Deus na vida do cristão. Assim, a prédica do Pastor presbiteriano Augustus Nicodemus pode afirmar

O Antigo Testamento era sombra, era Cristo chegando, então coisas como sacrifícios, os sacerdotes, os altares, a casa do senhor, Jerusalém, o tabernáculo, o templo eram sombra. Era sombra que Deus estava projetando porque Cristo estava chegando, eles eram a sombra de Cristo. Quando Cristo veio eu não preciso mais da sombra, eu olho pro Antigo Testamento como sombra das realidades que já aconteceram(...) Jerusalém não é mais, pra nós, Terra Santa, não é mais o centro religioso do mundo (...) Nós adoramos a Deus em qualquer lugar (NICODEMUS, 2016).

A segunda solução para a questão do relacionamento do cristianismo com o judaísmo é a Teologia Dispensacionalista, ela se destaca pelo seu foco na escatologia e no apocalipse. A leitura literal da bíblia traz aqui indicações sobre eventos que vão ocorrer logo antes da segunda vinda de Cristo à terra (TOPEL, 2015). Sua ligação com o judaísmo se dá pelo papel dos judeus para o cumprimento dos planos de Deus. Para a visão dispensacionalista, dois eventos antecedem o dia do juízo final: a restauração de Israel e o controle judaico sobre Jerusalém (COSTA, 2017). Assim

(...)os desenvolvimentos políticos no Oriente Médio - especialmente a emergência de Israel como um Estado em 1948 e sua aquisição de Jerusalém na Guerra Árabe-Israelense de 1967 (Guerra dos Seis Dias) - foram interpretados como o cumprimento de uma profecia bíblica⁷ (AMSTUTZ, 2013 p. 124 tradução nossa).

Por fim, a Teologia da Aliança considera tanto a relação de Deus com os judeus, presente no Antigo Testamento, como o pacto de Deus com os cristãos, inaugurado no Novo Testamento, como válidos a um só tempo. Aqui, os judeus são

⁷ “political developments in the Middle East—especially Israel’s emergence as a state in 1948 and its acquisition of Jerusalem in the 1967 Arab-Israeli War (Six-Day War)—were interpreted as the fulfillment of biblical prophecy”

considerados como o povo escolhido de Deus, tal como os cristãos. Esse processo resulta numa resposta positiva ao dilema do relacionamento cristão com a religião de que surgiu. As promessas de Deus no Antigo Testamento continuam válidas, concomitantemente à salvação oferecida pela igreja cristã, “a lei e a graça, a velha aliança de Israel e a nova aliança da igreja, funcionam como partes integrantes do plano redentor de Deus.”⁸ (AMSTUTZ, 2013 tradução nossa p. 123).

Dessa análise, se observa como o curso de “ação no mundo” (WEBER, 1982), ou, de tomada de posição política por determinado grupo religioso, depende diretamente da teologia adotada. Destarte cabe dizer, conforme a análise realizada anteriormente, que a Teologia da Substituição nega o relacionamento especial de Deus com os judeus. Em virtude de sua desvalorização do pacto presente no Antigo Testamento, essa abordagem não dá vazão a nenhuma aproximação política entre cristianismo e o Estado de Israel.

Por outro lado, as teologias Dispensacionalista e da Aliança destacam, cada uma a seu modo, a importância das promessas de Deus aos judeus presentes no Antigo Testamento. A Teologia Dispensacionalista enxerga papel central na participação dos judeus nas profecias escatológicas, como um meio para a segunda vinda de Jesus Cristo. Já a Teologia da Aliança não tem nenhum foco no apocalipse, centrando-se, ao invés disso, na validade da mensagem do Antigo Testamento como um “elemento distinto, mas interdependente dos planos Divinos de redenção”⁹. (AMSTUTZ, 2013 tradução nossa p. 123). Com efeito, a segunda e a terceira teologias apresentadas estruturam um apoio por parte dos cristãos às pretensões Judaicas no Oriente Médio, naquilo que se nomeia como um “sionismo cristão” por parte destes grupos. A seção seguinte busca, por meio da análise dos discursos de pastores e deputados, examinar qual das três teologias é preponderante no movimento pentecostal brasileiro, antes, porém há que se explicar o termo.

O sionismo é um movimento político que tem por objetivo o retorno do povo Judeu para o território histórico de Israel, como já idealizado no Velho Testamento. Historicamente, até a segunda guerra mundial a imensa maioria dos judeus vivia fora de Israel, e sua condição, sempre presente, como um “povo pária” (WEBER,

⁸ Law and grace, the old covenant of Israel and the new covenant of the church, function as integral parts of God’s redemptive plan

⁹ “distinct but interdependent element of God’s plan of redemption”

1982) impeliu-os à formação de um nacionalismo Judaico. Assim, a percepção de identidade Judaica estava atrelada, desde a narrativa bíblica sobre o exílio, à vida em um território que não era seu, sempre isolado nos guetos e na constância da perseguição religiosa. O sionismo surge então como um movimento político que propõe a criação de um Estado como solução para a questão judaica (MARX, 2010).

Tendo sido

(...) exilados em várias ocasiões, primeiramente no século VI a.C., quando os babilônios expulsaram os judeus de Israel, e novamente em 132–35 D.C., quando o Império Romano os expulsou da Judéia. O sionismo é o desejo de retornar a Sião, o Monte do Templo em Jerusalém onde os Templos Judaicos foram construídos¹⁰ (AMSTUTZ, 2013 p. 126, tradução nossa)

Por sua vez, o Sionismo cristão é a crença, afirmada em círculos cristãos, de que judeus deveriam ser capazes de retornar ao seu território de origem. (HAIJA, 2006) Nesse sentido, a consequência necessária das teologias Dispensacionista e da aliança é a pressão exercida por estes cristãos para que o Estado adote uma política externa pró-Israel. Cabe mencionar, também, que tal situação não é particular ao Brasil. O apoio de círculos evangélicos a Israel é conhecido há décadas nos Estados Unidos (AMSTUTZ, 2013). Após o exame das ideias que embasam o relacionamento cristão com o judaísmo, cabe então analisar, em detalhes, a participação política pentecostal no tema.

3.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS

A presente seção analisa o discurso de pastores e políticos pentecostais para identificar os fundamentos do posicionamento em relação ao estado de Israel. Os discursos foram organizados em torno de cinco categorias analíticas, cada uma das subseções seguintes analisa uma delas. A primeira foca no uso da figura de Oswaldo Aranha pelos deputados pentecostais. Em seguida, examinam-se os dois

¹⁰ “exiled on numerous occasions, first in the sixth century b.c. , when Babylonians forced Jews from Israel, and again in a.d. 132–35, when the Roman Empire expelled them from Judea. Zionism is the longing to return to Zion, the Temple Mount in Jerusalem on which the Jewish Temples had been built.”

versículos bíblicos que estruturam o sionismo cristão. A terceira subseção, por sua vez, lida com o relacionamento especial de Deus com os Judeus e a promessa da Terra Prometida. A quarta subseção lida com a noção de interesse nacional subjacente à aproximação com Israel estruturada por grupos pentecostais. A quinta subseção discorre sobre a identidade judaico-cristã fomentada nos discursos.

Com o intuito de analisar a influência pentecostal em torno da política externa brasileira para Israel foram selecionados discursos proferidos por pastores e lideranças ligadas a igrejas pentecostais, como Edir Macedo, Silas Malafaia, Sonia Hernandez, dentre outros. Também reuniram-se pronunciamentos de representantes políticos do legislativo estritamente ligados às igrejas pentecostais, notas foram incluídas para indicar a filiação religiosa do parlamentar. Deste modo, os discursos de alguém como o deputado Eduardo Bolsonaro não estão presentes, mesmo tendo declarado apoio às causas sionistas¹¹, porque o mesmo não tem ligação nenhuma com as Igrejas pentecostais¹².

Esse conjunto de dados foi acessado de diversas maneiras, junto às redes sociais das igrejas, dos pastores e dos próprios políticos; por meio da TV Câmara ou de canais associados a denominações pentecostais e via site do congresso nacional, na seção destinada aos discursos e debates. O recorte temporal da pesquisa vai da fundação da Frente Parlamentar Evangélica, no ano de 2003, até 2021, no terceiro ano da 56ª Legislatura (2019-2023).

Da leitura dos discursos dos pastores se observa que se dão em três contextos: 1) Nos cultos, diretamente para os fiéis; 2) em vídeos nos quais pastores comentam aspectos da doutrina e acontecimentos políticos. Com títulos como, *“Bolsonaro está certo ou errado em relação a Israel?”* ou, *“Evangélicos e judeus são aliados na defesa de Israel”*; e 3) Em reportagens jornalísticas, com títulos como *“Conheça a exposição “Jerusalém – A Cidade da Fé”*. O intuito aqui é claro, os pastores pentecostais buscam inculcar nos crentes apoio aos judeus e ao Estado de Israel, de acordo com os mandamentos divinos.

¹¹ Como em “Israel não lança bomba pra cima da Palestina, na guerra dos seis dias Israel foi atacada e dominou quase que a região inteira(...)graças a Deus são misericordiosos. (...)Israel é um país que respeita às mulheres, um país que presta solidariedade também aos árabes, que está aberto também ao diálogo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019)

¹² Eduardo Bolsonaro é Batista, uma denominação Evangélica Histórica. (TAVARES, 2018)

Por sua vez, os discursos dos políticos ligados a igrejas pentecostais foram coletados em três esferas: 1) A discussão de propostas e votação na comissão de relações exteriores na câmara sobre o acordo de cooperação internacional na área de defesa com Israel; 2) Na II Conferência para Agentes Públicos e Políticos Cristãos; e 3) Nas sessões solenes em homenagem a criação do Estado de Israel, realizadas com frequência quase anual desde 2003 no mês de Maio, data de fundação de Israel. Tais estratégias têm por intuito exercer influência no Estado brasileiro, promovendo uma aproximação à Israel com base em preceitos religiosos.

Uma ressalva tem de ser feita, antes da análise que aqui se segue. O estudo aqui realizado nos discursos pentecostais busca, tanto quanto possível, abster-se do juízo individual relativo ao valor dessas mesmas ideias. Nosso intuito não é, por meio da análise dos discursos, demonstrar aquilo que eles teriam de “falso”, os seus “erros”, mas sim analisar, do início ao fim, a lógica da prática pentecostal. Sua construção interna, seu relacionamento com outros discursos, seus desdobramentos nas relações internacionais, independentemente do interesse pessoal em favor de qualquer projeto político. Em outras palavras, compreender a lógica por trás dos discursos, e não afirmar se eles são ou não válidos, “não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo” (FOUCAULT, 2008, p. 12).

Por fim, os discursos foram organizados em torno de cinco categorias analíticas, com influência da classificação anterior de Gonçalves (2005). Cada uma delas corresponde a uma estratégia discursiva elencada repetidamente nos discursos pentecostais. Umas fazem menção direta a versículos bíblicos, outras não tem nada de religioso. Sua semelhança reside no fato de que são enunciados que “os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem” (FOUCAULT, 2008 p.118) para a formação de objetos aptos a serem apropriados. Os significados e representações aí construídas se inserem no debate sobre a definição da política externa Brasileira. Deste modo, cada uma das subseções seguintes analisa uma destas categorias analíticas.

3.2.1 O papel de Oswaldo Aranha

Do ponto de vista histórico, Oswaldo Aranha foi um político brasileiro notório pela participação, como presidente da Assembleia Geral da ONU, no plano de partilha da Palestina. Sua atuação em prol da aprovação da resolução que deu origem ao Estado de Israel em 1948 tornou-se símbolo da excelência da diplomacia brasileira. Por isso mesmo, “a ocasião é reiteradamente lembrada como exemplo do brilhantismo do Itamaraty e como símbolo do bom relacionamento entre Brasil e Israel “ (DOS SANTOS, 2000 p. 68).

Trabalhos como o de Vigevani (2000) analisam, passo a passo, os interesses e dilemas da política externa brasileira no pós-guerra em direção à Israel, bem como a atuação de Aranha nas reuniões da ONU. O nosso interesse aqui, contudo, não é esse. Para além das discussões sobre os determinantes da política externa brasileira no período e da real importância de Aranha para o estabelecimento de Israel, buscamos compreender o uso de sua figura pelos deputados pentecostais.

A primeira particularidade deste discurso está ligada ao status do indivíduo que fala (FOUCAULT, 2008). A procura realizada não encontrou nenhuma menção à Aranha nas pregações pastorais. Todos os discursos aqui analisados partem da arena política, e direcionam-se ao Estado e às relações internacionais brasileiras. Na base, são discursos políticos utilizados por deputados pentecostais

A história também nos une, desde a Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou em 1947 a resolução que propiciou a criação do estado israelense. Naquela ocasião foi o brasileiro Oswaldo Aranha que presidiu a assembleia, numa atuação ainda hoje lembrada por ambos os países. Mais de 7 Décadas atrás o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o estado de Israel, um estado que é símbolo da resistência do povo judeu Dep. Roberto de Lucena¹³ PODEMOS - SP (DETAQ, 2019)

Oswaldo Aranha não só presidiu aquela sessão, mas foi, na verdade, um grande articulador daquele processo. E por várias ocasiões ele percebeu a dificuldade que seria a aprovação, até porque havia muitos países com poder de influência muito grande na ONU e que eram contrários, naquele momento, à criação tanto do Estado de Israel quanto, como se vislumbrava, do Estado palestino. Havia oposição, havia lutas, e Oswaldo Aranha, por muitas vezes, teve que adiar, usar de mecanismos, que nós entendemos, na política, que são extremamente importantes para a concretização de um acordo. Oswaldo Aranha não sabia que, naquele momento, ele não agia apenas na condição de diplomata e de Deputado, mas como um instrumento divino para a concretização de algo que seria bom não só para

¹³ Conferencista, Escritor e Pastor Evangélico ligado à Igreja pentecostal O Brasil para Cristo (TAVARES, 2018)

o povo de Israel, mas para o mundo inteiro. Dep. George Hilton¹⁴ PP - MG (DETAQ, 2009)

Dentre esses líderes, cabe destacar o papel do brasileiro Oswaldo Aranha, eleito para participar da Assembleia Geral da ONU de 1948, que tratou da partilha territorial que oficializaria a criação de Israel. Aranha foi um grande político e diplomata, por isso foi escolhido. Ele presidiu a sessão de 29 de novembro de 1948, que criou o novo Estado, e sua contribuição não pode deixar de ser ressaltada em um dia tão importante. É inegável o vínculo do Brasil com Israel desde sua formação. Oswaldo Aranha, respeitando a história do povo judeu, advogou em favor da criação do Estado. Assim, Brasil e Israel iniciavam suas relações em favor da preservação e do respeito ao judaísmo e, conseqüentemente, ao cristianismo. Dep. Alan Rick¹⁵ REPUBLICANOS - AC (DETAQ, 2017)

Os trechos destacados evidenciam o uso da figura de Oswaldo Aranha como parte de uma estratégia de convencimento político. Ela insere-se na busca em destacar essa ligação, antiga e natural, entre Brasil e Israel. Isto é, o povo judeu não lutara, por milênios, pelo estabelecimento de um Estado para chamar de seu? E, não estaria um brasileiro presente no momento derradeiro, conduzindo a história ao seu desfecho? Aí compreende-se o uso da figura de Oswaldo Aranha, um símbolo da ligação histórica entre as duas nações, demonstrando a lógica de atuação pentecostal. Tais discursos determinam o objeto de que tratam, validando assim sua análise (FOUCAULT, 2008). Desse modo “o sujeito enunciante, neste caso o parlamentar evangélico, faz com que exista fora de si, um objeto que pertence a um domínio já definido” (GONÇALVES, 2015)

Por outro lado, o uso da figura de Aranha não é particular aos deputados pentecostais. De fato, a menção à Oswaldo Aranha é historicamente usada como símbolo das boas relações entre Brasil e Israel pelos mais variados grupos políticos (DOS SANTOS, 2002). Destacamos, a título de exemplo, o discurso de Lula da Silva no parlamento de Israel

Falo na condição de dirigente de um país que acompanhou o nascimento de Israel, como esquecer que a sessão da assembleia geral das nações unidas que aprovou a criação do Estado em 1948 foi presidida por um brasileiro, Oswaldo Aranha. Falo finalmente na condição de um amigo de Israel (Presidência da República..., 2010)

¹⁴ É pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (FGV, 2021)

¹⁵ É apresentador de TV e pastor licenciado da Assembleia de Deus (TAVARES, 2018).

Assim, entende-se como a menção à Aranha, não implica, por si só, no uso de argumentos de cunho religioso. Essa estratégia discursiva pode ser usada, simplesmente, na construção de um vínculo entre as duas nações. O uso da figura de Oswaldo Aranha pelos deputados pentecostais indica uma maneira particular de fazer política. Uma vez inseridos no jogo eles não se limitam, apenas, ao uso de argumentos religiosos (DANTAS, 2011, p. 186), suas falas contêm uma mescla de lógicas religiosas e seculares. Os discursos evidenciam a complexidade de sua atuação. Se, como diz Weber, a política é uma “perfuração lenta de tábuas duras” (WEBER, 2011, p. 123), cabe ao político habilidoso o emprego dos mais variados meios discursivos para a consecução de seus objetivos. Os deputados pentecostais misturam em suas declarações versículos bíblicos e referências ao brasileiro presidente da assembleia geral da ONU, com vistas a angariar apoio que necessitam para atender às suas demandas político-religiosas.

3.2.2 A centralidade da bíblia nos discursos dos pastores e deputados

Grande parte da argumentação utilizada pelos pastores e políticos faz menção, direta ou indiretamente, a duas passagens bíblicas. A primeira é o Salmo 122, “Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam. Haja paz dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios. (BÍBLIA, Salmos 122:6-7). A segunda está contida na promessa de Deus à Abraão, um dos patriarcas judaicos. “E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem, e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra”. (BÍBLIA, Gênesis 12:1-3)

A interpretação dessas passagens estrutura, nos grupos pentecostais, o apoio às causas judaicas. A frase "Orai pela paz de Jerusalém" é aqui entendida como mandamento divino destinado aos cristãos para que apoiem o retorno dos Judeus à Terra Santa. Além disso, as frases “prosperarão aqueles que te amam”, “abençoarei os que te abençoarem” são interpretadas como promessas de bênção do próprio Deus para aquele que contribuir com as causas judaicas. Os pastores reiteradamente mencionam às duas passagens bíblicas em sua atuação

Nós quando torcemos por Israel, quando nós oramos por Israel, nós estamos orando para o povo escolhido por Deus, do qual nós também estamos inseridos. Quem ora pela paz de Jerusalém tem a garantia de Deus, prosperarão. Você quer prosperar? Então tá na hora agora, levante a sua mão pro céu, em nome de Jesus, meu pai, nós estendemos as mãos e te pedimos por Jerusalém. Jerusalém, a capital eterna de Israel. Aleluia, ó soberano de Israel, em nome do senhor Jesus, nós te pedimos por este povo. Bispo Edir Macedo¹⁶ (TEMPLO DE SALOMÃO, 2018).

A gente aprende desde novo a amar Israel, por um princípio bíblico. Porque há uma bênção sobre Abraão, que Deus deu sobre Abraão, dizendo: eu vou abençoar os que te abençoarem e vou amaldiçoar os que te amaldiçoarem. Essa bênção transcende Abraão, ela ultrapassa os limites de Abraão. Então nós aprendemos e ensinamos na nossa igreja a termos um amor por Israel como nação e pelo povo que tá vinculado a essa nação que é o povo judeu. Pr. Silas Malafaia¹⁷ (MALAFAIA, 2015a).

É bom que se espalhe o que um judeu falou para mim em certa ocasião. Quando ele era pequeno, o avô dele disse: 'Meu filho, só existem dois tipos de pessoas que você vai enfrentar neste mundo: aqueles que amam Israel e aqueles que odeiam'. E este Salmo 122 garante uma vida próspera e abençoada para aqueles que amam Israel". Bispo Edir Macedo (CRUZ, 2019)

Nós que cremos que a bíblia é a inerrante palavra de Deus, nós não temos nada a ver com a opinião pública, nem com lógica. Aqui, a fé ela não tem que ver com meu entendimento, com a minha lógica e com a opinião pública. Então deixa eu citar a bíblia pra vocês, quando Deus disse para Abraão, em Gênesis 12 sai da tua casa da tua parentela para uma Terra que eu te mostrarei, eu vou fazer de você uma grande nação, eu vou abençoar os que te abençoarem, eu vou amaldiçoar os que te amaldiçoarem, em ti serão benditas todas as famílias da Terra. Querido, agora eu vou fazer a análise da frase, eu tô vendo gente falar bobagem na internet. Quem te falou que essa promessa de Deus acaba em Abraão? Quem te falou que a promessa de Deus termina ali ou para a geração futura? Silas Malafaia (MALAFAIA, 2015b).

Já os políticos ligados às igrejas pentecostais utilizam argumentação semelhante para promover, agora no Estado Brasileiro, uma aproximação à Israel.

Na hora que abençoamos as lutas de Israel que cuidamos de ajudar de levar a conseqüências boas, o que que acontece? A gente recebe bênção. Israel é abençoado, Brasil também, e é por isso que estamos aqui, comemorando mais uma vez essa maravilhosa aliança que, afora ser aliança social, política, é uma aliança espiritual. Dep. Pedro Ribeiro¹⁸ PMDB- CE (FRENPAZBRIL, 2011).

¹⁶ Edir Macedo é fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, uma das maiores Igrejas pentecostais do Brasil. (MARIANO, 2014)

¹⁷ Malafaia é líder da ADVEC, Assembleia de Deus vitória em Cristo

¹⁸ Pedro Ribeiro é bispo licenciado da Assembleia de Deus (TAVARES, 2018).

A ex-presidente Dilma, se negou a receber no Brasil o embaixador de Israel Dani Dayan em 2015. A história, e eu quero falar aqui um pouquinho do que a gente conhece bíblicamente, a história diz que Deus abençoa quem abençoa Israel, mas aqueles que se levantam contra Israel também sofrem na pele quando se colocam contra a nação de Israel. Dep. Alan Rick REPUBLICANOS - AC (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Que possamos nos lembrar de orar pela paz de Jerusalém. Nós temos feito isso, e temos certeza de que aqueles que buscam essa paz prosperarão. Como disse o pastor, Deputado que nos antecedeu, a bênção de Abraão permanece sobre o Estado de Israel. Todos os que te abençoarem serão abençoados. Nós estamos hoje aqui, nesta sessão solene, abençoando a nação israelita, o Estado de Israel, os seus membros, o seu Parlamento e todos os que compõem essa grande nação. Dep. Jefferson Campos¹⁹ PTB - SP (DETAQ, 2009).

De fato, como visto no capítulo anterior, o pentecostalismo é, em sua maioria, uma religião voltada para o presente. As suas promessas prometem a prosperidade do crente neste mundo, sua salvação está voltada para o aqui e agora. Esse processo resulta, necessariamente, numa diminuição da ênfase no pós-vida e no apocalipse nesta religião. O sionismo destes grupos se insere também nesta lógica, a visão contida nos discursos analisados afirma que o apoio a Israel atenderá aos interesses dos crentes aqui e agora. As bênçãos divinas de prosperidade serão destinadas para aqueles que apoiarem Israel: bonança, felicidade, sucesso, enquanto as maldições recaem àqueles contrários ao país. Nada mais distante da explicação com referência à Teologia Dispensacionalista e sua ênfase escatológica. De fato, a análise dos discursos não encontrou nenhuma referência ao apocalipse nos discursos em relação a Israel. No lugar disso, os mesmos evidenciam a preponderância da solução presente na Teologia da Aliança no meio pentecostal e na validade da promessa de Deus aos Judeus concomitantemente à salvação na Igreja.

Por outro lado, as informações presentes nos discursos expostos divergem das descrições presentes em reportagens jornalísticas (BALLOUSSIER, 2018; BERCITO, 2019; DUCHIADE, 2019; SCHREIBER, 2019) e estudos acadêmicos (ARIEL 2002; GUIMARÃES, 2005; HAIJA, 2006; TOPEL, 2015). Estas análises mencionam, unicamente, a Teologia Dispensacionalista como fundamento para o fenômeno, ao explicar o sionismo cristão em função de crenças apocalípticas. Assim, ao analisar o pentecostalismo de terceira onda, Topel (2015) chega a afirmar

¹⁹ Tem ligação com a Igreja do Evangelho Quadrangular (FGV, 2021).

Quase todas as igrejas neopentecostais (...) defendem a visão escatológica brevemente explicada, que apoia a existência de um Estado judeu nas Terras de Israel por acreditar que o mesmo tem papel central no plano Divino, constituindo um pré-requisito para a volta de Jesus e o início de seu reinado messiânico (TOPEL, 2015, p 40).

No entanto, a realidade é bem diferente. Tal conjunto de textos dá destaque excessivo à Teologia Dispensacionista em grupos pentecostais. A análise dos discursos aqui realizada evidencia o exagero da atenção da mídia e da academia em relação às crenças apocalípticas (AMSTUTZ, 2013). Na verdade, o que se observa no movimento pentecostal é exatamente o oposto. A ênfase dos discursos reside na validade das promessas de Deus aos judeus no Antigo Testamento e na garantia de prosperidade terrena ao crente que apoia Israel. Assim, do ponto de vista estatístico, Amstutz (2013) afirma que apenas 10% do apoio do movimento evangélico a Israel se dá por razões escatológicas nos Estados Unidos. Já no Brasil tal desproporção é também presente, como exemplificado na visão do Pr. Silas Malafaia

Eu fico vendo jornalista falar bobagem, a maioria dos evangélicos apoia Israel, não tem nada ver com escatologia, porque Jesus vai voltar. tem a ver com a promessa feita à Abraão em Gênesis 12: abençoarei os que te abençoarem amaldiçoarei os que te amaldiçoarem (MALAFAIA, 2019b).

Por conseguinte, a descrição feita pela mídia e academia do sionismo presente no meio pentecostal indica, implicitamente, um desmedido tom de denúncia da “irracionalidade” e do “charlatanismo” da atuação político-religiosa pentecostal por estes meios, como descrito no trabalho de Freston (1993). Afinal, nada mais surreal aos olhos da lógica secular que atrelar a volta de Jesus Cristo a determinada política para o Oriente Médio. Assim a análise das descrições do sionismo pentecostal evidencia o interesse particular em criticar o envolvimento religioso em temas de Política Externa por grupos pentecostais.

Em síntese, os discursos destacados permitem afirmar a centralidade da bíblia nos discursos dos pastores e Deputados. Além disso, conclui-se que a argumentação pentecostal se baseia largamente na teologia da aliança. A partir da tipologia de Amstutz (2013) entende-se que a maioria dos pentecostais apoiadores

do estabelecimento do Estado de Israel o fazem por entenderem que: (1) As promessas de Deus aos judeus são irrevogáveis e eternas; (2) os cristãos devem cuidar dos judeus porque Deus o faz; e (3) os cristãos apoiadores de Israel serão abençoados por Deus neste mundo.

3.2.3 Israel como povo escolhido e a terra prometida por Deus

O terceiro eixo central partir do qual os discursos pentecostais se estruturam faz menção ao relacionamento especial de Deus com o povo Judeu e da promessa pelo estabelecimento de Israel. Tais crenças religiosas, como veremos, acabam por estruturar uma tomada de posição específica em meio ao conflito árabe-israelense. Nas Igrejas, a prédica pastoral, reiteradamente, busca inculcar nos crentes a “visão de mundo” de que os Judeus são o povo escolhido de Deus e de Jerusalém como sua terra prometida.

Então levante a sua mão daqui até lá atrás, e nós vamos abençoar esse Estado que nós sabemos que é um cumprimento de promessa. Amém, Senhor! Nós te louvamos aqui pelos representantes do estado de Israel, essa nação que o senhor prometeu e essa promessa que o senhor cumpriu pai. Que a paz que foi clamada aqui nesse altar alcance as terras, as famílias, as crianças e as gerações futuras. Bispa Sonia Hernandez²⁰ (ARAGÃO, 2018).

“Eu vos tenho amado” diz o senhor. Deus falou pra quem? Israel. (...) Eu queria que você soubesse que Israel foi o povo escolhido de deus, e não tem jeito. Deus não escolheu os muçulmanos, não escolheu os estrangeiros, ele escolheu Israel. E ele que escolhe, ele que manda, ele é o dono, ele é o deus senhor dos céus e da terra. Bispo Edir Macedo (UNIVERSAL, 2015).

Querer falar de Jerusalém a partir de 1948 por uma resolução da ONU é um atentado à inteligência da história. primeiro, quem fundou Jerusalém? O poderoso rei de Israel, o rei Davi. Agora preste atenção a isso: em mais de 3000 anos de história Jerusalém, nunca foi capital de Estado árabe. Sempre foi a capital do estado da nação de Israel. Quando houve a diáspora de 2000 anos que o povo de Israel foi expulso da sua Terra, espalhados pelo mundo, outras nações passaram a habitar ali. Aí tem dois mil anos de história, mas aquela Terra, aquela cidade sempre foi a capital da nação de Israel, Pr. Silas Malafaia (MALAFAIA, 2017)

²⁰ Líder da Igreja Renascer em Cristo (MARIANO, 2014)

Na arena política, também, os pentecostais utilizam-se de argumentação semelhante. Os discursos dos congressistas coincidem com aqueles dos pastores ao afirmar o relacionamento especial de Deus com os judeus, seu povo escolhido.

O cristianismo, doutrina e fé abraçada pela maioria dos brasileiros e da população de grande parte dos países ocidentais, ensina-nos que Deus fez uma aliança eterna com Israel. É, pois, nosso dever cristão honrar a aliança, na esperança de que Israel experimente a paz plena, Dep. Marcelo Aguiar²¹ DEM - SP (DETAQ, 2017).

A história do povo de Israel mostra que os impérios, os reis tentaram extirpar Israel da Terra. Foi assim no cativeiro do Egito, durante mais de 400 anos. Foi assim no Império Assírio, que comandou o mundo por quase 300 anos. Vieram depois os impérios que por 650 anos comandaram o mundo, como o Império da Babilônia, o Império Medo-Persa, o Império Grego e o Império Romano. Veio a Diáspora. Veio o holocausto. Contudo, não conseguiram e não conseguirão extirpar Israel. Não pela sua beleza, pelo engrandecimento dos israelitas, mas porque esse foi o povo escolhido por Deus, o único Deus, aquele cujo domínio é eterno e cujo reino é de geração em geração e nele está a paz. Dep. Raimundo Santos²² PL - PA (DETAQ, 2005).

Israel transformou-se em uma potência mundial e vem se destacando em setores como a indústria aeroespacial que ao longo dos anos desenvolveu e construiu satélites, aviões, tecnologia de ponta para caças, radares avançados e vários outros produtos. Mesmo localizado em território com 85% de terras desérticas e com escassos recursos naturais, Israel desenvolveu intensamente sua agricultura e indústria. Exportando tecnologia nestas áreas, inclusive para o Brasil. A indústria de software israelense tornou-se referência Internacional com inúmeras empresas listadas na Nasdaq, a bolsa de valores de tecnologia norte-americana, também, na medicina, Israel tornou-se uma potência mundial sempre a frente de pesquisas que são verdadeiras fontes de inspiração para os grandes cérebros do mundo, só pra dizer um pouco. Israel é hoje referência na área de fertilidade e ostenta recorde mundial em tratamentos de fertilização *in vitro*. Em outra notícia descobrimos que 2 dos 3 remédios contra esclerose múltipla foram descobertos em Israel no instituto Heisman. Todo esse destaque demonstra o inequívoco cuidado divino para com o povo que segundo a bíblia é escolhido de Deus. Dep. Aroldo Martins²³ REPUBLICANOS - PR (DETAQ, 2019).

O segundo e o terceiro fragmentos expostos destacam-se por aprofundar a afirmação bíblica da aliança entre Deus e judeus, sua argumentação está apoiada em formações discursivas não propriamente religiosas (FOUCAULT, 2008). Por meio de uma interpretação da história, o pronunciamento do deputado Raimundo Santos entende que a sobrevivência dos judeus, apesar das adversidades, torna-se prova

²¹ É cantor gospel e pastor também ligado à Igreja Renascer em Cristo (CATALDI, 2017)

²² É ligado à Assembleia de Deus (SANTOS, 2020)

²³ É pastor licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (TAVARES, 2018)

viva dos desígnios divinos. Isto é, como explicar a unidade do povo judeu, frente as dominações milenares, a diáspora e o holocausto, senão como referência à uma vontade superior?

Por sua vez, a fala do deputado Aroldo Martins contém o mesmo intuito, mas sua argumentação é diferente. No lugar da história, o desenvolvimento econômico é destacado. A riqueza do Estado de Israel em território tão árido no curso de apenas sete décadas, sua excelência nas áreas de ciência e medicina, tornam-se aqui demonstração inequívoca da escolha divina em direção aos judeus. Para ambos discursos, a própria realidade suplanta a afirmação da aliança entre Deus e Israel, bastaria procurá-la.

Sem dúvida, a principal decorrência do relacionamento especial de Deus com os judeus nos discursos analisados é o estabelecimento de Israel como sua terra prometida. Os deputados pentecostais fazem coro a tal afirmação em seus discursos. O moderno Estado de Israel torna-se aqui sucessor lógico da Israel bíblica e seu surgimento em 1948 comprova a inerrante palavra de Deus

O aniversariante é um Estado, mas Israel significa, antes e principalmente, um povo e sua saga milenar. Grande parte dessa história está na Bíblia Sagrada; a outra, os registros da História mostram: um povo perseguido, subjugado, obrigado a dispersar-se pelo mundo, mas perseverante, aguerrido, determinado a se estabelecer na terra de seus patriarcas, Abraão, Isaac e Jacó. Mesmo exilado, disperso, o povo judeu não se rendeu. Manteve seus princípios, sua cultura e sua fé inabalável na possibilidade de retorno à Terra Prometida e de conquista definitiva da liberdade política. Dep. Jefferson Campos PTB - SP (DETAQ, 2009).

O Estado de Israel completa hoje 57 anos de fundação. Mas a saga do povo judeu, vivamente narrada no Antigo Testamento, emerge de tempos imemoriais, desde que o patriarca Abraão deixou Ur, em busca da Terra Prometida. É uma história de luta e, principalmente, de resistência. Gerações e gerações enfrentaram a escravidão no Egito, o cativeiro na Babilônia, o domínio romano, a diáspora, as ocupações árabe, turca e britânica, o bárbaro holocausto nazista, para garantir, com seu sacrifício, a continuidade do sonho de viver em Eretz Israel. Assim, onde quer que esteja, cada judeu é, antes de tudo, um habitante do Israel prometido. Mesmo durante os longos períodos de opressão, dispersão e exílio, os judeus jamais romperam os laços com a terra onde haveria de “jorrar leite e mel”. Dep. Vieira Reis²⁴ PMDB - RJ. (DETAQ, 2005).

Muitos não supunham que, por profundo desejo de liberdade e justiça, assim como por vontade atávica impressionante, enormes contingentes humanos se mobilizassem de pronto a caminho de Canaã, a Terra Prometida. Assim chamada, segundo a tradição, pela promessa de Deus

²⁴ É Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. (FGV, 2021)

aos descendentes dos patriarcas Abraão, Isaque e Jacó. Israel, contudo, muito rápido se consolidaria como sociedade moderna e pluralista, fruto do idealismo, da capacidade política, material e financeira e novamente dos desígnios da fé religiosa. Dep. João Campos²⁵ PSDB - GO (DETAQ, 2005).

A lógica mágica pentecostal permeia todos estes discursos, ao construir a narrativa de que “A razão para a criação de Israel não surge da História, mas de uma profecia. Desse modo, a história da existência de Israel é, por consequência, naturalizada e recebe um sentido teológico” (RESENDE, 2010). Sua mágica, contudo, não se encerra nisso.

Os discursos dos deputados afirmam que a promessa divina não garante apenas o estabelecimento de Israel como Estado em 1948. Esse Deus que promete uma nação não se torna ausente após o cumprimento da promessa. Ele está presente, invisível, como que por detrás de tudo que se passa desde então, ao defender Israel e os judeus de seus inimigos. Ele garante as vitórias judaicas nas guerras, impedindo os demais povos de tomar o que é seu

Percebo aqui que o nosso eterno criador, o Deus de Israel, o Deus de milhões de brasileiros apaixonados cuidou desta nação, (...) porventura poderia sobreviver uma nação que com menos de 1000000 de habitantes já enfrenta uma guerra um ano depois? poderia sobreviver uma nação onde países vizinhos e aliados fazem a famosa Guerra dos Seis Dias? Dep. Eli Borges²⁶ SOLIDARIEDADE - TO (DETAQ, 2019)

Os lançamentos de foguetes não estavam sendo precisos e não estavam atingindo os alvos para onde eles eram atirados. e no momento talvez de fraqueza, mas naquela verdade forçada, os palestinos disseram que eles não conseguiam entender por que que acontecia aquilo, porque eles miravam os foguetes para os lugares certos, mas os foguetes, no ar, eles mudavam de rota e caíam no mar. Então eles apontavam, o foguete ia pra lá e o foguete em pleno ar mudava de rota e caía no mar. E houve uma outra, para quem duvidar, eu posso mandar o link, em que os palestinos dizem assim em relação aos judeus: “o Deus deles desvia os nossos foguetes”. Porque eles não conseguiam explicar a razão pela qual os foguetes não chegavam para onde eles eram mirados, mas em pleno ar eles mudavam de rota e caíam no mar, onde, na verdade, caindo no mar ninguém iria ferir. Dep. Aroldo Martins REPUBLICANOS - PR (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Com efeito, o ator evangélico tende a reforçar uma visão de um mundo mágico na qual forças transcendentais participam ativamente dos acontecimentos mundanos. Nessa narrativa tudo pode se revestir de um caráter mágico: a doença, a

²⁵ Campos tem ligação com a Assembleia de Deus. (TAVARES, 2018)

²⁶ Também é pastor da Assembleia de Deus (TAVARES, 2018)

miséria, a fome, a guerra, os acontecimentos políticos (SMIDERLE, 2011). Nada do que aqui se passa poderia ser independente desta influência transcendental. Os discursos em torno do eixo “terra prometida e povo escolhido” se apoiam largamente nesta “visão de mundo” encantada (WEBER, 1982). No fundo, tudo comprova a ligação especial entre este Deus, esta terra e este povo, “Deus está em Jerusalém, portanto ela não pode ser abalada, ameaçada, porque lá é a cidade dele.” (CUNHA, 2014).

2.2.4 O suporte a Israel e a defesa do Sionismo como interesse nacional do Brasil

Mas o que o Brasil tem a ganhar envolvendo-se nesse conflito irresolúvel? Sim, Deus promete aquela Terra aos judeus, mas o Oriente Médio é tão distante e suas questões regionais não são de importância vital e imediata ao Brasil. Daí compreende-se a histórica posição de *low profile* em relação ao conflito árabe-Israelense (VIGEVANI, 2002). De fato, o envolvimento brasileiro sempre foi “retórico, simbólico e quase inteiramente circunscrito ao plano multilateral das Nações Unidas” (FÁVERO, 2016). Por que adotar tão automaticamente um lado? Sim eles são o povo escolhido de Deus, mas não estamos nos esquecendo de todos os custos que esta escolha implica ao Brasil?

Eu tive a felicidade de ir oito vezes a Israel. Na primeira vez, lembro-me de que comecei a fazer um paralelo: Israel tem 22 mil e 74 quilômetros quadrados; Sergipe, 27 mil e 400 quilômetros quadrados; o Brasil tem 8 milhões e 574 mil quilômetros quadrados. Numa terra tão pequena, (...) quantas invenções, quantas criações, quanta inteligência, quanta benção de Deus sobre a cabeça de cada um dos que amam Israel, lá vivem e são israelitas! Portanto, Embaixador, estamos felizes, e nossa felicidade se transforma em alegria ao podermos dizer que gostaríamos muito que Brasil e Israel fossem cada dia mais próximos. (...) É dentro desta relação, dentro desse intercâmbio, que temos a certeza de que o Brasil também será abençoado. Dep. Gilberto Nascimento²⁷ PSC - SP (DETAQ, 2019).

Fiquei muito surpreso ao saber que, mesmo ocupando um território menor do que o Estado de Sergipe, Israel representa um verdadeiro celeiro de tecnologia e inovação de ponta. O país é dono de um PIB superior a 400 bilhões de dólares. Estima-se que, a cada ano, 1,4 mil startups nasçam por lá — isso significa 1 a cada 6 horas. (...) Aliás, na minha visita como Ministro de Estado, pedi o apoio do Estado de Israel à minha contraparte, ao então

²⁷ É ligado à Assembleia de Deus (FGV, 2021)

Ministro da Indústria de Israel, para que Israel apoiasse a adesão do Brasil, a aceitação do Brasil, pela OCDE. Além disso, existem cerca de 150 fundos de venture capital em operação em Israel. Dep. Marcos Pereira²⁸ REPUBLICANOS - SP (DETAQ, 2019).

São motivo de admiração suas tecnologias, como a de irrigação, dessalinização da água e de criação de sementes resistentes à seca. Por meio dessas técnicas os cidadãos israelenses desfrutam de vida digna mesmo com recursos hídricos escassos. São inovações que devem servir de exemplo para o Brasil, felizmente os 2 países contam com uma série de acordos de cooperação firmados por meio dos quais podemos trocar conhecimento e aprender muito sobre a superação das barreiras que se colocam no caminho da dignidade, da justiça e da paz. Dep. Roberto de Lucena PODEMOS - SP (DETAQ, 2019).

Como visto nos excertos destacados, os deputados pentecostais reiteradamente fazem menção ao desenvolvimento econômico Israelense, seu elevado PIB, sua tecnologia de ponta, enfim, à sua pungência econômica em território tão pequeno. Sua intenção nestes pronunciamentos não é aqui, como visto na seção anterior, salientar a vontade divina por trás de tal excelência - embora seja sua condição de possibilidade -, mas sim demonstrar tudo o que o Brasil tem a ganhar com a aproximação dos dois Estados. Os problemas de escassez hídrica no Nordeste, a necessidade de inovações tecnológicas e de investimento externo no mundo moderno, o acesso do Brasil ao seletivo grupo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são aqui elencados como áreas que poderiam render frutos. Desse modo, as questões anteriormente elencadas obtêm suas respostas. Se afirma que o Brasil tem muito a ganhar tomando o lado Israelense. A aproximação a Israel é um interesse nacional Brasileiro.

De algum modo o discurso político pentecostal é utilitarista. Ele continua com a tradição histórica que entende a centralidade do desenvolvimento nacional na política externa brasileira (CERVO, 2002). A relação mais próxima com Israel aí se insere. Contudo, seu fundo é religioso. O versículo bíblico “Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam” é aplicado a um novo contexto. Não mais em direção aos fiéis para que rezem e apoiem Israel, mas em direção às nações. O Brasil receberá bênçãos divinas se apoiar Israel

Israel possui a maior tecnologia do mundo em irrigação e tratamento de água, eu já fui a Israel mais de vinte 20 vezes. Uma das coisas mais

²⁸ É advogado e tem ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus (TAVARES, 2018)

incríveis é o deserto do Neguev, é um deserto de pedra, que não chove. Israel importou terra, colocou sobre o Neguev, trouxe água do mediterrâneo, tratou e fez com que parte do Neguev virasse um pomar. Minha gente, o semiárido do Nordeste é pomar em relação ao deserto do Neguev, olhe o que o Brasil tem a ganhar. Pare pra pensar, o povo sofrido do nordeste enganado por político o tempo todo, inclusive pelo filho da terra que é Lula, que em 14 anos não fizeram transposição do São Francisco, imagina se Israel colocar sua tecnologia de irrigação e tratamento de água no Nordeste, minha gente o brasil que já é uma potência agrícola, o brasil que o agronegócio é gigante vai transformar em algo extraordinário. Aprenda os três produtos mais importantes do PIB de Israel, a lapidação de diamantes, o turismo e a agricultura. Israel exporta bilhões de dólares em agricultura, um país que não é nem o tamanho do Sergipe, vocês já imaginaram se transformar o Nordeste num pomar? Pr. Silas Malafaia (MALAFAIA, 2019b).

Com efeito, o discurso pentecostal transfigura as promessas do Salmo 122 do indivíduo para a nação. Segundo esta visão, o Brasil só tem a ganhar na aproximação com Israel e privilegiando este país em sua política externa. Seus discursos elencam as diferentes esferas em que os ganhos podem ser observados - tecnologia, investimentos, irrigação, turismo. Eles transformam a palavra bíblica em ação prática, a profecia em realidade observável.

Não há sentido em denunciar os discursos presentes nesta seção pelo seu cinismo, como se os agentes só estivessem inventando motivos para que o Estado Brasileiro se aproxime de Israel. Na verdade, o interesse religioso é aqui indissolúvel do interesse material, já que o próprio Deus promete bênçãos materiais pelo apoio à Israel. Dessa forma, o relativo distanciamento e a equidade no envolvimento com as questões políticas do Oriente Médio perdem seu sentido. O discurso do Sionismo cristão entende que com a aproximação à Israel “nós vamos ganhar muito mais do que vendendo carne pra (sic) país árabe. Não to aqui menosprezando isso, mas não vai ser nada. Nós temos muito mais a ganhar com Israel do que menosprezando” (MALAFAIA, 2019b)

Segundo Adler (1999) o interesse nacional não é um dado exógeno que existe fora do tempo e da ação humana. Aquilo que atende ao bem geral da nação não é passível de ser observado e descoberto objetivamente. É, na verdade, uma construção intersubjetiva que emerge e se estabelece socialmente pelos atores envolvidos na arena política (WELDES, 1996). O discurso pentecostal pela aproximação com Israel se insere nesta lógica. Ele fabrica, por meio de esquemas de percepção, o interesse nacional brasileiro. “Não se trata de um discurso de

crítica, de embate com os não evangélicos na Câmara” (GONÇALVES, 2015), mas sim um posicionamento inclusivo e conciliatório com os demais que também querem o que é o melhor para o Brasil. Não é o interesse mesquinho do grupo que só se importa com os próprios interesses, mas sim o interesse coletivo pelo bem da nação.

2.2.5 A defesa da civilização judaico-cristã como identidade comum

Ao fim, cada uma das formações discursivas (FOUCAULT, 2008) expostas nas seções anteriores faz parte de um projeto muito maior. Como veremos no próximo capítulo os grupos pentecostais mobilizam-se pela adoção de um *role* civilizacional do Estado em sua atuação externa. Os discursos dos deputados e pastores pentecostais fomentam uma identidade internacional que inclui Brasil e Israel no mesmo bloco,

Não preciso me prolongar, portanto, em dizer que devemos dar as mãos ao povo judeu, que hoje cuida do que é parte da história d’Aquele a quem somos devotos. Por razões que vão muito além das religiosas, o Estado de Israel é responsável pela preservação da nossa cultura enquanto cristãos, ocidentais e seres humanos, e merece todo nosso apoio e irmandade. Falo em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, (...) além de representar todos aqueles que tiverem qualquer respeito pela história e pela cultura construídos, ao longo de milênios, na cidade mais antiga do mundo. Dep. Alan Rick REPUBLICANOS - AC (DETAQ, 2017).

Eu não poderia deixar de comemorar a data e lembrar parte da história. Saliento ainda que Israel fez inúmeras contribuições, olhando sob aspecto das realizações, fez inúmeras contribuições para a humanidade em diversas áreas. Ali está o alicerce da civilização judaico-cristã. Dep. Takayama²⁹ PSC - PR (DETAQ, 2018).

O Brasil é um país predominantemente cristão. De acordo com levantamento do IBGE, mais de 85% da nossa população é cristã, e temos um vínculo de amizade inegável com a nação de Israel. Todos que se intitulam cristãos devem envidar esforços pela defesa de Israel. O legado do povo judaico é o berço do cristianismo, e, portanto, o berço da história da fé brasileira, e por isso devemos nos alegrar na data de hoje. Dep. Takayama PSC - PR (DETAQ, 2017)

Quando eu me refiro a cultura judaico-cristã eu to pegando a bíblia como um todo, porque se você pega só o Novo Testamento, sem o antigo testamento, você vai ser roubado de toda uma fundamentação que Deus estabeleceu. Na verdade, a igreja não veio para substituir Israel, (...) o Novo Testamento não é uma substituição do antigo, é pra ser uma continuidade, porque quando nós pensamos nos princípios que deus estabeleceu sobre sacerdócio, sobre como restaurar os alicerces de uma sociedade, você vai

²⁹ É pastor da Igreja Assembleia de Deus (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021b)

encontrar tudo isso no Antigo Testamento, então é muito importante a gente considerar a cultura judaico-cristã. Pr. Marcos Berger Coty³⁰ (COTY, 2019).

O fator mais importante para criação da Europa e das Américas, a influência cristã permeia toda a vida desses continentes. Se o modelo do Ocidente não fosse o modelo judaico-cristão o ocidente seria uma sociedade de bárbaros, o que é o Ocidente? Isso é o negócio mais maluco que eu fico vendo, vem do cristianismo: direitos humanos, direito à vida, valorização da mulher, da criança e do idoso, família e vida em família. Pr. Silas Malafaia (MALAFAIA, 2019a)

Como sustenta Wendt (1999), as identidades são entendimentos intersubjetivos a respeito de si que geram disposições motivacionais e comportamentais socialmente. Nesse sentido, as falas destacadas evidenciam a formação de uma identidade comum entre Brasil e Israel, ao redor da “Civilização judaico-cristã”. Israel torna-se o “alicerce da sociedade”, o “berço do cristianismo”. Assim, as identidades dos dois países fundem-se na construção de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), na reificação de estruturas humanas (WENDT, 2013), na naturalização do arbitrário (BOURDIEU, 2007), enfim, de um “Nós coletivo” que abrange Brasil e Israel.

O fundamento de tal arranjo reside, sem dúvida, na religião. O Deus dos pentecostais é o Deus dos judeus “não há absolutíssima diferença” (MALAFAIA, 2015a), por consequência, Brasil e Israel têm o mesmo Deus, seu alicerce comum. Aí entende-se todo o empenho pentecostal na defesa do Sionismo. A identificação coletiva “tende a gerar certa forma de altruísmo, pois o bem-estar alheio passa a ser visto como indissociável do bem-estar próprio.” (RICHE, 2012). Se o Deus cristão é, também, o Deus de Israel, defender os judeus e seus interesses torna-se, neste jogo de representações, defender o Brasil e o próprio cristianismo.

Nesse contexto, cabe destacar também a profunda difusão de interpretações acerca da identidade internacional brasileira. Efetivamente, as identidades são sempre elaboradas de forma interdiscursiva, elas nascem, morrem e se atualizam a partir da prática dos atores envolvidos (MESQUITA, 2016). Essa chave nos permite superar o modo de pensar substancialista (BOURDIEU, 1996) que determina uma essência cultural ao país. No lugar disto, a identidade baseada na religião fomentada por grupos pentecostais é mais um paradigma que surge para responder ao antigo dilema “quem são os brasileiros? o que é o Brasil?”. Ao qual já se respondeu de

³⁰ É pastor e um dos proprietários da editora gospel Jocum (COTY, 2019)

inúmeras maneiras, “país latino-americano”, “país de terceiro mundo”, “civilização *sui generis*”, “potência emergente”, dentre outros (MESQUITA, 2016). A solução judaico-cristã, por sua vez, é mais um sistema de representações que se inclui nesta luta simbólica (BOURDIEU, 1996). Analiticamente, ela indica, uma inserção de Israel e Brasil em um “bloco ocidental” junto a demais países influenciados culturalmente pelo cristianismo.

Há, contudo, uma decorrência não esperada no fenômeno. Por um lado, a construção de uma identidade comum na civilização judaico-cristã junta individualidades anteriormente divididas. Por outro, ela estabelece um novo corte, uma nova lógica de divisão externa. Ela vê surgir um “Outro” nos esquemas de percepção

O meu sonho é que cada país árabe, sem querer aqui me interferir nas decisões que são de cunho pessoal de cada nação e de cada povo, - mas eu posso sonhar como brasileiro - é de que alguns países árabes que vivem um governo teocrático possam **como Brasil, como Israel**, como a maioria dos países do mundo, ver que o melhor modelo para a política é o modelo democrático. (...) Só com a democracia nós viveremos países equilibrados, saudáveis e em paz. Sóstenes Cavalcante³¹ DEM - RJ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, grifo nosso).

O Brasil recebeu, na semana passada, um aiatolá, um líder religioso iraquiano que vive no Irã e que prega a destruição de Israel. Esse homem, incentivador de grupos terroristas, fascinado, exerce fascínio sobre o assassinato e se vale das democracias, como a nossa, para espalhar, num país como o nosso, que é um país laico, as suas igrejas. Nós, aqui, temos liberdade de pregar em qualquer lugar, mas os seus países não abrem as portas, e muito pelo contrário. Por exemplo, hoje o Egito não está dando conta de proteger os cristãos que são mortos, são decapitados nesses países onde esses terroristas, em nome de Alá, pregam a morte e a destruição de cristãos e a destruição de Israel. Por isso, o meu repúdio, a minha insatisfação com a diplomacia brasileira, por ter permitido que esse cidadão que prega a morte, a destruição, incentivador de grupos terroristas, viesse ao País magno. Sen. Magno Malta³² (SENADO FEDERAL, 2017, grifo nosso)

Quando ouço as declarações de Ahmadinejad, com suas palavras, escorrendo a baba envenenada do ódio contra o povo hebreu, lembro-me daquele menino, do seu olhar que só mostrava perplexidade, sem reação, impotente diante daquela agressão. Um emblema da incompreensão dos inocentes diante do ódio e do racismo insano que resultam fúria cega das

³¹ Sacerdote da Assembleia de Deus (TAVARES, 2018).

³² Além de senador, Malta é também cantor gospel e pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. (CERIONI, 2018).

mentes possesas pelo arbítrio, o orgulho e a prepotência. Dep. Marcelo Crivella³³ REPUBLICANOS - RJ (DETAQ, 2009).

Eu quero alcançar os países muçulmanos, eu quero chegar nos países árabes, (..) porque eu sei que eles estão sofrendo, eu sei que eles são aflitos, eu sei que eles são desesperados, como eu fui, eu sei que eles precisam tanto quanto eu precisei. Então Jesus não veio só para o ocidente, ele veio para o oriente, ele veio para todos. Bispo Edir Macedo (UNIVERSAL, 2018).

A questão, senhores, é o que nós queremos para o nosso país. Olha o que é que tá acontecendo com a Europa, daqui a 30, 40 anos a Europa é Islâmica. Eles crescem, o índice de natalidade é 5.6, enquanto a Europa cresce um 1.29, 1.30, irreversível isso. Estão reclamando dos evangélicos aqui no Brasil? Estão reclamando do cristianismo? Onde o cristianismo é maioria é tolerante com as outras religiões, onde os muçulmanos são maioria são intolerantes. Pr. Silas Malafaia (MALAFAIA, 2019c).

Os trechos destacados permitem afirmar a construção desse “outro” nos discursos pentecostais direcionado ao Islamismo e às nações influenciadas culturalmente por essa religião, com destaque, sem dúvida, para o Irã. Os discursos associam este “outro” Islâmico a termos como “terrorista”, “intolerante”, “prepotência”, “governo teocrático”, “destruição de cristãos e a destruição de Israel”.

A mesma lógica anteriormente observada continua presente na constituição desse “Outro”, a religião é o que os define, porém, entre cristianismo e islamismo, não há nenhum tipo de familiaridade, como é o caso do Judaísmo. Seus Deuses e seus códigos morais divergem, eles são diferentes de “Nós”. Assim, o conflito que surge é, tão somente, decorrência destas diferenças.

Israel na verdade é atacado, real e ideologicamente, por aqueles que não aceitaram a legítima votação da ONU. não aceitaram porque não admitiam reconhecer a formação de um país democrático, cujo valor político estava fundado na liberdade individual de cada pessoa. não admitiu que a antiga ambição despótica pudesse se sucumbir à uma decisão tomada segundo os preceitos da democracia plural, o não reconhecimento persistente daqueles países faz o povo judeu pagar constantemente a eterna vigilância, para viver em liberdade. Jony Marcos³⁴ PRB - SE (DETAQ, 2018)

³³ É sobrinho de Edir Macedo e bispo licenciado da Universal, posteriormente ao discurso destacado se tornou senador e Ministro da Pesca (FGV, 2021).

³⁴ “Sou pastor da Igreja Universal desde os 16 anos. Hoje, tenho 13 anos que vivo essa fé, tenho aprendido a trabalhar com o povo, vivo dedicando minha vida ao povo, por isso aceitei ingressar na política porque entendo que ela é um instrumento de transformação social” (Entrevista/Jony Marcos, 2006).

O dualismo pentecostal está presente por detrás desta classificação. O eterno conflito das forças de luz do Deus bondoso contra as trevas impuras do Deus mal é aplicado às nações. Ele as divide em dois blocos antagônicos, as nações que compartilham o nosso Deus e os nossos valores, na civilização judaico-cristã, e esse Deus agressivo e intolerante, na civilização Islâmica.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO PENTECOSTAL NO CONGRESSO

Esta seção discorre sobre a relação entre a participação pentecostal na política externa com a tese do “Choque de Civilizações”, além de sintetizar os resultados do capítulo.

Em primeiro lugar é impossível não associar tais discursos com a tese do “Choque de Civilizações” de Huntington (1993) que prevê a origem dos conflitos mundiais do século XXI, não mais nas ideologias - como a disputa anterior entre Capitalismo e Socialismo -, mas sim nas diferenças culturais entre os povos. A religião, por sua vez, seria elemento central para o choque das diferentes civilizações, “As diferenças de cultura e religião criam diferenças sobre questões políticas, que vão desde direitos humanos a imigração, a negócios e comércio a meio ambiente³⁵.” (HUNTINGTON, 1993, p. 9, tradução nossa). Assim, o autor conjectura o aumento de confrontos entre a “Civilização Ocidental” e “Civilização Islâmica”.

Foge ao escopo deste trabalho declarar apoio ou discordar da tese de Huntington (1993). Entretanto, a análise do sionismo do movimento pentecostal brasileiro nos permite afirmar, pelo menos, que estes grupos reforçam a identificação baseada na cultura e na religião observada pelo autor, ao reificar esta estrutura social em seus discursos (WENDT, 2013). Compreende-se que as implicações do sionismo cristão para a tese do choque de civilizações necessitam de mais estudos, como a pesquisa de opinião de Baumgartner (2008) realizada em contexto norte-americano, sobre o apoio do meio evangélico a Israel, à política externa Americana em relação ao Iraque e à visão de que o Islam é a religião mais violenta.

³⁵ “Differences in culture and religion create differences over policy issues, ranging from human rights to immigration to trade and commerce to the environment”.

O surpreendente, nas representações sociais desse “Outro” que surge no discurso pentecostal, é que o Brasil não conta com grande população Islâmica (DEMANT, 2008). Assim, ao analisar a relação entre o Evangélicos e Islâmicos no Brasil, (SANTOS, 2011, p.28) entende que há uma espécie de “guerra santa eletrônica através dos meios de comunicação”. Não existem aqui tensões sociais abertas que levam a violência entre esses grupos, como observa-se na Europa (DEMANT, 2008). Os estudos sobre o tema indicam, na verdade, a centralidade das religiões de matriz africana como grande adversário das igrejas pentecostais. (MARIANO, 2014)

A partir dos discursos analisados neste capítulo, conclui-se que atuação político-religiosa pentecostal se estrutura de duas maneiras distintas. “Por baixo” (KEPEL, 1991), os pastores se dirigem à base de fiéis, moldando o apoio aos judeus e Israel. E, “por cima” (KEPEL, 1991), na influência dos parlamentares em relação ao Estado brasileiro, objetivando uma alteração do próprio “papel nacional” do Brasil (HOLSTI, 1970) em seu relacionamento com os demais países.

Tal configuração, inclusive, não é muito diferente da influência política no plano doméstico realizada por estes grupos. Ali também os pentecostais deixam sua marca, ao atuar pela mudança no quadro jurídico-legal do país visando a aprovação de legislações de cunho conservador (DANTAS, 2011). A diferença consiste no objeto da influência, não apenas no campo dos costumes, mas, também, nas relações exteriores. O ativismo político pentecostal aqui analisado ultrapassa as fronteiras do Estado Brasileiro. Contudo, seu objetivo é o mesmo. Aqui e acolá, no plano doméstico e no plano internacional, tudo se realiza com intuito da cristianização do mundo e da política, impondo a lógica da “visão de mundo” pentecostal às demais esferas da vida. O plano de Deus é o estabelecimento de Israel, e cabe aos verdadeiros cristãos transformar a profecia em realidade.

Dessa forma se buscou, ao longo do capítulo, demonstrar o fundamento religioso do sionismo cristão, baseado na interpretação pentecostal da validade do relacionamento especial de Deus com os judeus e nas promessas de benção direcionadas aos cristãos e nações que apoiam Israel. A análise também encontrou elementos não propriamente religiosos nos discursos: no uso da figura de Oswaldo Aranha como um símbolo empregado para ligar ambos países e na menção a

argumentos lastreados na história, na economia e nas vitórias militares para validar sua argumentação.

Por fim, os discursos pentecostais elaboram uma resposta diferente à questão da identidade e do papel nacional do Brasil, ao produzir uma nova identificação baseada na religião. Nesta visão Brasil e Israel compartilham uma identidade comum em torno da “civilização judaico-cristã”

Entretanto, para a plena concretização das ideias pentecostais sobre política externa, elas devem ser adotadas pelo poder executivo. Por isso mesmo, os discursos pentecostais repetidamente criticam a condução da política externa brasileira em direção à Israel

90% de nossa população é cristã, e Israel é a segunda pátria de todos os cristãos. O povo brasileiro ama Israel! Como é possível que isso não seja considerado pelo Itamaraty? Como é possível continuarmos virando as costas aos anseios do nosso próprio povo, ao nosso senso de justiça e verdade e às bênçãos advindas das promessas de Deus para os que abençoarem Israel? Dep. Roberto de Lucena PODEMOS - SP (LUCENA, 2017).

A Dilma acaba de rejeitar a nomeação do embaixador de Israel no Brasil Eu quero dizer para a Dilma: assim como você rejeitou o embaixador de Israel, o Senhor Deus está te rejeitando agora e tirando de ti o poder que te foi dado, porque benditos aqueles que abençoarem Israel e malditos aqueles que amaldiçoarem Israel", Pr. Joel Engel³⁶ (GUIAME NOTÍCIAS, 2015).

Existe infelizmente um sentimento de anti-semitismo no Brasil por parte de alguns grupos políticos, (...) é bom lembrar que o presidente Lula quando esteve em missão oficial no Oriente médio se negou a visitar o túmulo do pai do sionismo Theodor Herzl, mas visitou o túmulo de Yasser Arafat. Dep. Alan Rick REPUBLICANOS - AC (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Aqui o conselho de Bourdieu se torna fundamental, “se existe uma verdade, é que a verdade é um lugar de lutas” (BOURDIEU, 1996, p.83). Assim sendo, os pastores e deputados pentecostais se inserem neste jogo com os demais grupos políticos, pela “imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social” (BOURDIEU, 1996, p.83). Na luta política em torno do posicionamento do Estado Brasileiro frente a questão árabe-Israelense. Com efeito, as ideias político-religiosas aqui analisadas buscam moldar uma aproximação com Israel, mas nada garante que o Estado brasileiro de fato adote esta visão. O sucesso

³⁶ É líder do ministério Engel

do sionismo pentecostal depende de sua recepção no executivo, cabe, em seguida, analisar o relacionamento do governo Bolsonaro com a religião.

4. A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO E ISRAEL

O presente capítulo procura compreender a influência do cristianismo na política externa de Jair Bolsonaro. Nosso foco aqui é na identidade internacional lastreada pela religião, bem como o uso dessa identidade no relacionamento com outros Estados. Para atingir esses objetivos, utilizamos as ferramentas conceituais da teoria dos *roles* na Análise da relação Brasil-Israel sob o governo Bolsonaro.

4.1 UM PRESIDENTE CRISTÃO

Esta seção introdutória analisa o relacionamento especial entre o governo Bolsonaro e o meio evangélico, condição essencial para a compreensão da política externa de seu governo.

O mundo observa surpreso, desde a segunda metade do século XX, uma “volta” da religião à esfera pública. O fenômeno é o oposto das previsões dos cientistas sociais da época que anunciavam “o desaparecimento da religião como um elemento significativo na existência humana”³⁷ (HUNTINGTON, 1997, p.95, tradução nossa). De fato, a modernização experienciada no último século parece ter fomentado, em seu interior, a criação de uma ideologia de ruptura com a ordem secular existente (GOLDBERG, 2006).

Em sua prática, esses grupos político-religiosos manifestam seu descontentamento com as anomias sociais de uma sociedade estruturada sem referência a Deus. Além de enfatizar a centralidade da religião para a construção de uma ordem social mais justa e igualitária. A volta da religião à esfera pública torna-se aqui a revanche de Deus (KEPEL, 1991) face à sociedade que quis afastá-lo na modernidade.

Por sua vez, este fenômeno global também pode ser encontrado no Brasil. Aqui, a volta da religião se processa por meio de candidaturas evangélicas nos diferentes níveis políticos. Assim observa-se, desde a redemocratização do país, a eleição de deputados ligados às Igrejas evangélicas no congresso nacional (PIERUCCI, 1996). Seu objetivo, contudo, não se encerra nisto. Estes grupos sonham, pelo menos desde o fim dos anos 90, com a eleição de um candidato

³⁷ “the withering away of religion as a significant element in human existence”

evangélico para a presidência da república (SANTOS, 2011), movimento que representaria o cume de sua empreitada político-religiosa.

Entretanto, é somente com a eleição de 2018 que se estabelece um novo capítulo da relação entre religião e política no Brasil. O então candidato Jair Bolsonaro fez uso sem precedentes do discurso religioso em sua campanha, como explícito em seu lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que já indica a centralidade da religião na sua candidatura (MARIANO, 2019). Mas o seu relacionamento com o meio evangélico/pentecostal é anterior (CAMURÇA, 2020). Embora se identifique como católico, o ex-capitão do exército foi batizado nas águas do Rio Jordão em Israel pelo Pastor Everaldo, além de ter seu casamento celebrado pelo Pastor Silas Malafaia, ambos ligados à Assembleia de Deus (OUALALOU, 2019). Assim, nas eleições de 2018

líderes evangélicos apoiaram Bolsonaro, acima de tudo, por considerá-lo representante legítimo de seus valores e capaz de derrotar o inimigo petista e os perigos que lhe atribuíam: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família. Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, sumariza: Bolsonaro é o “único que empunhou a bandeira da vida, da família, da igreja, da livre economia, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero”. Malafaia repisa: é “o único que defende diretamente a ideologia da direita”, “é a favor dos valores de família, é contra essa bandidagem de erotizar criança em escola, que toda a esquerda quer”. Pastor Rina, da Bola de Neve, exalta: “É a primeira vez em todos esses anos que a gente tem um candidato de direita de verdade”, “pró-família”, “pró-Deus”, “pró-valores”, “pelos nossos princípios”, “favorável à igreja de Jesus” (MARIANO, 2019).

Tamanha afinidade entre o discurso evangélico e de Bolsonaro se refletiu nas urnas: no segundo turno 69% deles votaram em Bolsonaro. Já entre os católicos a diferença é muito menor, 51% votaram em Bolsonaro enquanto 49% em Haddad, o que denota a importância do meio evangélico para sua eleição. Em números absolutos os evangélicos renderam uma diferença de 11 milhões de votos a favor do ex-capitão do exército (ALMEIDA, 2019).

Fato é que a eleição de Bolsonaro expressa uma nova fase da relação entre religião e Estado no Brasil. Crescendo mais e mais a cada eleição, eles não podem ser ignorados no jogo político de Brasília (DANTAS, 2011). Seu relacionamento com os governos anteriores foi caracterizado por desavenças e compromissos

(MARIANO, 2019). Desta vez o que se processa é um alinhamento quase automático, haja vista a identificação do discurso presidencial com a posição das igrejas. De tal modo que a bancada evangélica tornou-se uma das mais fiéis bases de sustentação do governo na Câmara (CASARÕES, 2019). Ávidos desde muito tempo pela chegada ao poder de um presidente religioso, os evangélicos parecem, após mais de três décadas de participação política, ter enfim chegado ao seu objetivo. Resta saber quais as ações adotadas por este governo em prol do projeto de nação cristã.

4.2 POPULISMO

Esta seção examina a literatura sobre o populismo. Para tanto buscamos trazer uma definição básica do fenômeno, bem como suas implicações para a política externa.

O populismo é possivelmente um dos conceitos mais debatidos nas ciências sociais. Defini-lo é complicado tendo em vista as diferentes visões normativas em torno do fenômeno. Por vezes associado à direita, outrora mais próximo à esquerda. Visto por uns como um movimento pela concretização dos fins últimos da democracia e por outros como ameaça a mesma (OSTIGUY, 2017). Denota-se a existência de uma multitude de teorias divergentes em relação ao populismo.

Ao adotar a definição de Mudde (2017) apoia-se aqui numa visão ideacional do fenômeno. Para esta abordagem, o populismo é um conjunto de ideias que opera uma divisão moral da sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: de um lado o “Povo” com sua pureza e do outro as “Elites” corruptas. Além disso, há grande destaque para a visão de que a política deveria seguir a vontade geral do “Povo” em oposição ao interesse particular das “elites”. Por meio deste esquema de representações os políticos populistas buscam se caracterizar como a verdadeira expressão dos anseios do povo, como exemplificado categoricamente na frase de Chávez “yo no soy yo, no soy un individuo, yo soy un pueblo” (OSTIGUY, 2017).

Dada a relativa generalidade dos elementos presentes nesta definição, Mudde (2017) compreende que o populismo é uma “ideologia delgada”³⁸. No sentido

³⁸ thin ideology no original

de não formular, por si mesma, uma ampla gama de soluções para os problemas políticos e socioeconômicos da sociedade, tal qual “ideologias espessas”³⁹ como liberalismo e socialismo. Por esse motivo mesmo, há extrema dificuldade em compreender os objetivos políticos de diferentes governos populistas (OSTIGUY, 2017).

É que, na prática, os atores quase sempre combinam o populismo com outras ideologias para caracterizar o “Povo” e a “Elite”. Aí compreende-se a formação de inúmeros populismos com adjetivos, como populismo de extrema-direita, populismo socialista e populismo étnico - como o de Evo Morales na Bolívia que “regularmente opôs o povo indígena puro contra a elite corrupta mestiça” (MUDDE, 2017, p. 53). Tal dinâmica garante enorme dissonância entre os diferentes populismos através do espaço e do tempo. O movimento expressa o antagonismo povo/elite por meio de símbolos particulares a certo território - “populismo de fato não será o mesmo na França, no sul dos EUA, na Venezuela, no sudeste da Europa ou nas Filipinas”⁴⁰ (OSTIGUY, 2017, p. 107, tradução nossa). Além de alterar-se no decorrer das décadas, até mesmo em uma única região, como na caracterização das três ondas populistas na América Latina como populismo clássico, neoliberal e radical (DE LA TORRE, 2017). O que todos têm em comum, apesar das diferentes fórmulas, é a compreensão desse relacionamento específico na sociedade, de um lado as elites separadas das preocupações do eleitorado, do outro, o povo puro não representado pelas elites.

Mas existem também consequências externas desse conjunto específico de ideias. Os governos populistas reiteradamente utilizam a Política Externa como um instrumento para angariar apoio de companheiros ideológicos pela causa do “povo”, ou, também, na construção de uma nação “impura” externa ligada ao *establishment* doméstico (DESTRADI, 2019). Como no antiamericanismo presente no populismo de Chávez que descrevia os Estados Unidos como uma elite internacional,

isso resultou em uma política externa de um tipo específico que visa unir os países latino-americanos contra os Estados Unidos, às instituições internacionais que os EUA construíram, às políticas econômicas globais

³⁹ thick ideologies no original

⁴⁰ “populism will indeed not be the same in France, the US South, Venezuela, Southeastern Europe, or the Philippines”.

que os EUA defendem e aos países da região que permanecem próximos aos EUA⁴¹ (VERBEEK, 2017, p.500, tradução nossa).

Por isso mesmo não se pode dizer que há apenas uma forma característica de política externa associada a governos populistas. Tudo depende da combinação adotada pelos atores entre populismo e as demais “ideologias espessas” na sua atuação política. Esses conjuntos de ideias, ou como veremos mais abaixo, *national role conceptions*, engendram diferentes tomadas de posições face à esfera internacional (VERBEEK, 2017), aqui podem se elencar alguns exemplos: isolacionismo, maior disposição ao conflito, união com outros governos que compartilham a mesma visão de mundo etc (DESTRADI, 2019). De maneira geral, o fundo é o mesmo, a política externa é utilizada pelos governos populistas como uma estratégia de mobilização doméstica e de captação de aliados - ou inimigos - internacionais para sua causa. A forma, contudo, é diferente, as diversas combinações de ideias que sustentam o populismo possibilitam uma atitude cooperativa com nações identificadas com o “Povo Puro” e uma atitude mais conflitiva com nações e instituições que fazem parte da “Elite” (VERBEEK, 2017).

4.3 TEORIA DOS ROLES

Com o objetivo de explicar a importância da religião na política externa de Jair Bolsonaro buscamos realizar uma sucinta revisão da literatura sobre a teoria dos *roles*. Na base, esta abordagem originada nas áreas de sociologia e antropologia busca compreender o comportamento dos indivíduos na sociedade ao utilizar uma metáfora influenciada pelo contexto do teatro. Assim, cabe destacar a centralidade do conceito de *roles*, ou, papéis.

A ideia é que as unidades participam da interação social a partir de funções construídas intersubjetivamente, tal como o ator que assume determinada posição na peça a partir do relacionamento com a plateia e com o texto que ele performa. Deste modo, os *roles* se referem aos “tipos de pessoa que é possível ser em uma sociedade⁴²” (THIES, 2009 p. 4, tradução nossa). Em seguida, já na área das

⁴¹ “This has resulted in an internationalist foreign policy of a specific type that is aimed at uniting Latin American countries against the United States, the international institutions the US built, the global economic policies the US espouses, and those countries in the region that remain close to the US.”

⁴² kinds of people it is possible to be in a society

Relações Internacionais, e, mais especificamente, na sub-área de Análise de Política Externa, essa teoria visa compreender a relação de um Estado com os demais a partir dos *roles* adotados por cada unidade no desenrolar da interação.

Esses comportamentos gerais da política externa dos governos são analisados à luz dos *roles* assumidos por um Estado face aos demais (THIES, 2017). Cabe mencionar também que os *roles* não são estáticos, eles nascem, morrem e se atualizam no decorrer do tempo a partir da mobilização de diferentes fontes, tanto domésticas quanto internacionais, disponíveis em determinado contexto (BREUNING, 2011).

Tal formulação é interessante pois nos permite conectar ambos os lados do debate agente-estrutura, entende-se, seguindo o estudo de Breuning (2011) que a constituição dos *roles* associados ao Estado não se apoia somente em um dos lados do debate. A atuação estatal torna-se função, tanto da expectativa dos demais em relação ao comportamento do agente, como do seu próprio discernimento sobre a situação. Há aqui uma compreensão dual: tanto na limitação imposta pelas estruturas ao comportamento dos agentes, bem como no potencial dos últimos em moldar as estruturas (WERNHER; THIES, 2014).

Assim, as *national role conceptions*, ou, concepções de papel nacional representam visões em torno da identidade do próprio Estado que moldam um padrão de decisões, compromissos, regras e ações adequadas para este em sua atuação externa (HOLSTI, 1970). Por isso mesmo, geralmente, esta abordagem infere *national role conceptions* a partir da análise da atuação de líderes políticos à frente do Estado. Isto é exemplificado no estudo seminal de Holsti (1970), que elenca 17 diferentes *national role conceptions* a partir dos pronunciamentos de autoridades de 71 Estados entre os anos de 1965 e 1967, elas são: “bastião da revolução-libertador”, “líder regional”, “protetor regional”, “independente ativo”, “apoiador da libertação”, “agente anti-imperialista”, “defensor da fé”, “mediador-integrador”, “colaborador do subsistema regional”, “desenvolvimentista”, “ponte”, “aliado de fé”, “independente”, “exemplo”, “desenvolvimentista interno”, “isolado” e “protegido”⁴³.

⁴³ No original: “bastion of revolution-liberator”, “regional leader”, “regional protector”, “active independent”, “liberation supporter”, “anti-imperialist agent”, “defender of the faith”, “mediator-integrator”, “regional-subsystem collaborator”, “developer”, “bridge”, “faithful ally”, “independent”, “example”, “internal development”, “isolate” e “protectee”.

Trabalhos como o de Wernher e Thies (2014) ultrapassam a concepção atomista do Estado ao focar nas fontes domésticas de emergência dos diferentes *roles* no processo de formulação de política externa. Com efeito, as contingências históricas e dilemas postos pelos acontecimentos políticos, externos ou internos, geram uma alteração nas crenças e tradições que guiavam a política externa anteriormente (BEVIR, 2013). Além disso, há destaque para a importância dos demais Estados na definição da própria identidade. É que os atores sempre moldam seu comportamento a partir da expectativa dos outros, seja como um modelo a ser seguido ou do qual se queira fugir. Daí o uso do conceito de “Significant Other”⁴⁴

O outro significativo descreve um agente socializador primário, como pais ou irmãos, ou um ator específico que exerce influência sobre outro ator por meio de seus recursos materiais ou imateriais. Outros significantes podem ser facilmente identificados no discurso político. Um outro significativo é outro Estado (ou outro ator) representado com mais frequência no discurso político doméstico. Um outro significativo é o principal agente socializador na aprendizagem de *roles*, atraindo a atenção de políticos de diferentes matizes. O eu da nação emerge à medida que seus políticos constantemente comparam e relacionam sua nação vis-à-vis o outro significativo. Tal comparação e relacionamento podem variar desde a diferenciação negativa em relação ao outro até a identificação positiva com o outro. O surgimento do outro significativo, isto é, do antigo poder colonial ou de ocupação, está frequentemente ligado a situações de crise ou choque (externo) em que determinadas concepções de papel são desafiadas⁴⁵ (BENES, 2015, p. 150, tradução nossa).

A pesquisa aqui realizada busca analisar o conjunto de ideias do tipo específico de populismo presente no governo Jair Bolsonaro: o populismo de extrema-direita. Isso é feito na esteira do estudo de Guimarães e Silva (2021) que analisa as principais características presentes nesse populismo. Em seu estudo sobre o tema os autores elencam três *national role conceptions* presentes no populismo de extrema-direita que tendem a se enfatizar no contato com outros

⁴⁴ Outro Significante

⁴⁵ The significant other describes a primary socializing agent, such as parents or siblings, or a specific actor who holds sway over another actor through their material or immaterial resources. Significant others can easily be identified in the political discourse. A significant other is another state (or another actor) most frequently represented in the domestic political discourse. A significant other is the main socializing agent in role learning, attracting the attention of politicians of different stripes. The nation's self emerges as its politicians constantly compare and relate their nation vis-a-vis the significant other. Such comparing and relating can range from negative differentiation against the other to positive identification with the other. The emergence of significant other, i.e. former colonial or occupation power, is often tied to crisis or (external) shock situations in which given role conceptions are challenged

governos de extrema-direita: (1) um papel anti-globalista; (2) um papel nacionalista; e (3) um papel anti-inimigo, denominada como *'thick conservative identity'*. Por outro lado, ao lidar com governos que representam adversários ideológicos, este conjunto de identidades torna-se mais sutil e contraditório, denominada *"thin conservative identity"*. Em seguida, para demonstrar estes pontos, os autores focaram no relacionamento do governo Bolsonaro com os Estados Unidos de Trump e a China de Xi Jinping.

Em linhas gerais, a literatura sobre o populismo de extrema-direita delinea a centralidade da globalização para este movimento político. O fenômeno da globalização - ou, também, para seus detratores, o globalismo - experimentado na contemporaneidade é compreendido à luz de seus efeitos nefastos na sociedade. O esquema de representações da extrema-direita opõe o povo puro nativo e local contra a corrupção cosmopolita (OSTIGUY, 2017). Assim, a globalização, entendida aqui como um fenômeno a serviço do interesse mesquinho das elites transnacionais, funciona como um mecanismo que enfraquece os governos locais, produzindo crises econômicas, desemprego, perda de identidade e anomia social à população (VERBEEK, 2017).

Daí compreendem-se os papéis anti-globalista e nacionalista expostos no estudo de Guimarães e Silva (2021), essas características são complementares na lógica da extrema-direita. "Eles compartilham a suposição de que a libertação do internacionalismo liberal irá anunciar uma ordem "natural" na qual a força da identidade nacional será desencadeada"⁴⁶ (GUIMARÃES; SILVA, 2021, p. 5, tradução nossa). Deste modo, a crítica da globalização leva os governos que carregam esta identidade à uma atuação política que visa a retomada da soberania nacional pela defesa do status social perdido com o globalismo

Na Europa, especialmente as instituições europeias são acusadas de minar a identidade e os interesses nacionais por meio de políticas de migração tolerantes, bem como ao promover a integração europeia e a globalização. As questões econômicas desempenham um papel importante aqui, mas enquanto na esquerda isso é uma questão de oposição ao neoliberalismo, na direita a luta não é fundamentalmente entre modelos econômicos opostos. É principalmente a globalização, a livre circulação de trabalhadores

⁴⁶ They share the assumption that liberation from liberal internationalism will herald a 'natural' order in which the strength of national identity will be unleashed

e a perda do poder de decisão nacional (econômico e outros) *per se* que se resiste⁴⁷. (DE CLEEN, 2017, p. 450, tradução nossa)

Entretanto, esses grupos externos não agem sozinhos. As elites externas contam com apoio de grupos domésticos que atuam em prol do globalismo, com especial destaque para o papel da diplomacia e dos partidos de esquerda. Para esta visão, a diplomacia, e, também, os diplomatas, são o domínio elitista por excelência: uma comunidade fechada, não-eleita pelos ritos democráticos, de pouco diálogo com as massas que comanda os rumos da política externa do Estado (DESTRADE, 2019). Assim, a crítica populista acusa a associação entre burocratas e globalistas contra os verdadeiros interesses da nação (GUIMARÃES; SILVA, 2021).

Por sua vez, os governos de esquerda anteriormente no poder também são encarados sob a mesma perspectiva. A extrema-direita associa-os a uma elite interessada apenas consigo mesma que dominou a política nacional por muito tempo. Daí o papel anti-inimigo presente nesses governos (GUIMARÃES; SILVA, 2021), eles são hostis aos rivais, externos e internos, do povo puro.

Por fim, há também destaque para a função exercida pela religião no discurso da extrema-direita. O relativismo moral, a crise ética, a miséria econômica associadas à modernidade são aqui combatidas com a volta à tradição moral anteriormente vigente. Para tal visão, a religião se torna o alicerce que protege uma sociedade em perigo (TURAEV, 2020). “Quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir”. (HARVEY, 1992, p. 252). Os valores religiosos são associados à uma ordem social natural e estável caracterizada pela justiça e bem-estar geral (OSTIGUY, 2017). Desse modo, o populismo de extrema-direita emprega o simbolismo religioso em sua batalha contra os inimigos representados na elite, o cristianismo se torna aqui um marcador identitário associado ao povo puro

⁴⁷ In Europe, especially European institutions are accused of undermining national identity and interests through lenient migration policies as well as through furthering European integration and globalization. Economic issues do play an important role here, but whereas on the left this is a matter of opposing neoliberalism, on the right the struggle is not at root one between opposing economic models. It is mainly globalization, the free movement of workers, and the loss of national (economic and other) decision-making power *per se* that is resisted.

Muitos movimentos populistas de direita europeus invocaram seu apego a uma "Identidade Cristã da Europa" como uma forma de distinguir o bom povo nativo e sua cultura milenar de um Outro perigoso e ameaçador (o espectro da "islamização" do continente)⁴⁸ (ZÚQUETE, 2017, p.570, tradução nossa).

Tendo por objetivo complementar o argumento de Guimarães e Silva (2021) a seção seguinte aborda a construção de uma quarta *national role conception* desempenhada pelo governo Bolsonaro. Buscamos inferir a existência de um papel civilizacional a partir da análise do relacionamento de seu governo com o Estado de Israel.

4.4 BOLSONARO, ISRAEL E A RELIGIÃO

Sem dúvida, já durante sua candidatura, o governo Jair Bolsonaro fez questão de salientar a importância de Israel na sua política externa. Sua proposta de governo cita o país do Oriente Médio cinco vezes ao longo do texto, sempre como um parceiro estratégico ou como um exemplo a ser seguido (PSL, 2018), desse modo a presente seção busca analisar mais a fundo a relação entre Bolsonaro, Israel e a religião a partir dos estudos sobre populismo e da teoria dos *roles* previamente citados.

Por um lado, a aproximação com Israel deve ser entendida à luz do antipetismo presente na candidatura de Bolsonaro, na crítica das relações prioritárias com países como Venezuela e Cuba. Para esta visão, ao continuar no mesmo caminho, o Brasil se tornaria uma "Nova Venezuela" (CASARÕES, 2019). Assim, a política externa dos governos petistas é encarada por seus detratores como "ideológica".

Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais. (PSL, 2018, p. 79).

⁴⁸ Many European right-wing populist movements invoked their attachment to a "Christian Identity of Europe" as a way of distinguishing the good, native people and its age-old culture from a dangerous and threatening Other (the specter of the "Islamization" of the continent)

A prioridade dada às parcerias sul-sul é também criticada dada a ausência de ganhos econômicos advindos de relações com o terceiro mundo. Nesta visão, para atingir o desenvolvimento no mundo moderno, o Brasil precisa se aliar a países desenvolvidos, “se nós quisermos esse desenvolvimento tecnológico que ficou subaproveitado e parado muito tempo precisamos desses parceiros. Parceiros que têm tecnologia e que estão dispostos a compartilhar” (TV SENADO, 2019)⁴⁹. O relacionamento com países desenvolvidos, como Israel, atende aqui ao verdadeiro interesse do povo brasileiro

É um capítulo muito importante nessa história, talvez o mais amigável e produtivo capítulo na história do Brasil e das relações até agora. Esse tem sido um dos principais compromissos do presidente Bolsonaro: construir uma aliança verdadeira com Israel, não porque é algo feito da cabeça dele, mas porque é o que o povo brasileiro quer e o que o Brasil precisa. (...) Israel vem ao nosso socorro para cooperar conosco em áreas decisivas para o Brasil, esse é o caso de tudo que tem a ver com tecnologia (BAND JORNALISMO, 2021)⁵⁰.

Nesse sentido, já empossado no cargo, o agora presidente Jair Bolsonaro buscou cumprir com sua promessa de campanha pela inversão dos rumos da política externa nacional. O relacionamento com Israel foi inserido na denúncia de uma suposta “ideologização” da política externa brasileira “pró-árabe” e “esquerdista” dos governos petistas (NASSER, 2020). Com este objetivo, o presidente foi a Israel no mês de março de 2019 visando uma aproximação entre os dois países. Na viagem, os governos assinaram cinco acordos de cooperação, nas áreas de defesa, serviços aéreos, prevenção e combate ao crime organizado, ciência e tecnologia, além de um memorando de entendimento em segurança cibernética (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Por sua vez, representantes do governo afirmam que essa aproximação permitirá ao Brasil “se aproximar ainda mais do seleto grupo dos que melhor aplicam a ciência, a tecnologia e a inovação na produção de potencial econômico e na melhoria da qualidade de vida para a população” (METRÓPOLES, 2019).

⁴⁹Discurso de ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, este discurso é citado inúmeras vezes no decorrer do capítulo

⁵⁰ Discurso de Ernesto Araújo em viagem à Israel

A crítica ao elitismo da diplomacia perpassa os discursos aqui analisados. Nesta visão, a tradição “terceiro-mundista” anteriormente vigente na PEB (CASARÕES, 2019) é encarada como um projeto que atende tão somente a interesses particulares de uma elite contrária à vontade do povo puro. No lugar disto, o governo Bolsonaro busca desfazer os erros presentes na política externa Brasileira e seu desleixo com parceiros estratégicos

O que nós aqui entendemos é que Israel vinha sendo injustamente singularizado no tratamento em termos de direitos humanos no contexto das Nações Unidas. Sofrendo um tipo de tratamento que praticamente transformava Israel num pária da comunidade internacional, não só na comissão de direitos humanos das Nações Unidas, mas em vários fóruns (TV SENADO, 2019).

Por isso mesmo, Bolsonaro buscou mudar tradições de décadas da diplomacia Brasileira ao votar junto de Israel em fóruns internacionais. Em novembro de 2019 o governo Brasileiro votou contrariamente a uma resolução sobre as Colinas de Golan que condenava a ocupação Israelense naquele território (CHADE, 2019). Já em junho de 2020, o Brasil votou contra uma resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC) que exigia a condenação dos responsáveis por graves violações do direito internacional nos territórios palestinos ocupados. Além disso, o texto também reconhecia a jurisdição do Tribunal Penal Internacional nos territórios para julgar os casos (MIDDLE EAST MONITOR, 2020).

Com efeito, o problema da política externa anterior não reside, simplesmente, na má escolha de parceiros estratégicos ou no conluio com os interesses globalistas. No fundo, o Brasil estava se esquecendo de quem ele é, “vinhamos nos comportando como se o brasil fosse um país genérico, como se não fizesse diferença essa nossa identidade como se nós tivéssemos que atuar a partir de paradigmas externos” (TV SENADO, 2019). A política externa brasileira deixou de levar em conta a perspectiva da identidade nacional, é isto que faltava ao desenvolvimentismo que não nos desenvolveu e ao pragmatismo que não nos alçou ao primeiro mundo “a minha tese é de que o pragmatismo só faz sentido se ele tiver um sentido, se ele se basear em uma direção, um plano, em um sentimento de identidade” (TV SENADO, 2019). Esta visão afirma que o desenvolvimento nacional só será alcançado via aproximação com países que partilham a mesma identidade

“Nossa conexão com esses diferentes parceiros deveria ir mais a fundo e se pensar por exemplo na questão civilizacional, que é algo que nós estamos tentando recuperar” (TV SENADO, 2019).

O componente identitário aqui não é acessório ou estético, ele está na base da crítica proferida pelo populismo de extrema-direita. A decadência da Nação, a perda dos valores, a crise econômica e, nesse caso específico, o fracasso da política externa anterior são função da perda de identidade nacional. O Brasil estava se afastando de si mesmo (TV SENADO, 2019). Por isso mesmo, um “retorno” à identidade, aos valores fundamentais torna-se essencial para a própria sobrevivência da Nação (DE CLEEN, 2017). Por sua vez, a política-externa entra neste jogo como um instrumento pela reaproximação do Brasil com a sua própria identidade.

Mas qual é a resposta oferecida por este governo à permanente questão da identidade nacional? Qual é a essência brasileira constantemente elencada nesses pronunciamentos? Qual é exatamente esta civilização a que o Brasil pertence? O discurso do Presidente Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas é categórico: "O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base." (GOVERNO DO BRASIL, 2020). O ministro das Relações exteriores Ernesto Araújo expande esta definição

Eu acho que, obviamente, é a civilização ocidental, greco-romana, judaico-cristã, chamemos como quiser. (...) Eu acho que esse é o nosso projeto, a nossa aventura, na qual nós temos um papel fundamental, não um papel secundário. Porque, dentro dessa civilização, hoje, o Brasil, ao menos numericamente, é o segundo maior país desse conjunto, o que nos dá uma responsabilidade. Acho que temos que assumir esse protagonismo, porque tudo que nós somos, tudo que nós sentimos está baseado nisso. (FUNAG, 2020).

A reversão da tendência anteriormente observada na política externa brasileira é consequência da nova concepção de identidade nacional fomentada por este grupo político. Aqui o Brasil não é um país latino-americano, do terceiro-mundo ou uma civilização sui generis, é uma nação que integra o Ocidente (FUNAG, 2020). Assim sendo, este governo busca aproximar o Brasil de países que compartilham a mesma identidade, e, também, afastá-lo dos demais. A ênfase à Israel se insere

nesta lógica, os discursos de Bolsonaro enfatizam o alicerce comum que envolve ambos países em torno do conceito da civilização judaico-cristã

Estivemos separados por algum tempo, tendo em vista o governo ideologicamente de esquerda, mas as nossas origens falaram mais alto, o povo entendeu que deveríamos mudar o destino do Brasil e contra muita coisa, mas tendo Deus ao nosso lado conseguimos a vitória (PODER 360, 2019).

Meu governo está firmemente decidido em fortalecer a parceria entre Brasil e Israel, a amizade entre nossos povos é histórica. Tivemos um pequeno momento de afastamento, mas Deus sabe o que faz, brasileiros e israelenses compartilham valores, tradições culturais e o apreço à liberdade e a democracia (TV BRASIL, 2019).

Estes aspectos evidenciam o componente religioso na atuação de Bolsonaro. O fundo comum entre judaísmo e cristianismo torna-se aqui marcador identitário para Israel e Brasil, fundindo-os em uma só identidade. À primeira vista, é claro que, para uma sociedade completamente entregue à tecnocracia, pouco importa com quem nos relacionamos, contanto que existam ganhos materiais advindos de tal relação (FUNAG, 2020). O governo Bolsonaro, de outra forma, busca inscrever a aproximação entre Brasil e Israel em bases mais profundas (TV SENADO, 2019). Sem dissociar a religião do interesse material. A defesa da identidade judaico-cristã do desenvolvimento econômico

Eu também gostaria de dizer que Jerusalém é um símbolo perfeito do que desejamos alcançar. É um símbolo de desenvolvimento, crescimento, tecnologia, criatividade. E, ao mesmo tempo, é um símbolo de que devemos cultivar a dimensão espiritual. Estivemos em eventos de negócios, nos últimos dias, em que, ao mesmo tempo, conversamos sobre as últimas tecnologias e recitamos a Bíblia.

Esta é uma visita que, ao mesmo tempo, tem o objetivo de prospectar novos negócios, e também é, de certa forma, uma peregrinação para nós. Por exemplo, o Presidente e o Primeiro-Ministro emitiram uma declaração conjunta que, simultaneamente, fala de inovação, fala de história, de tecnologia e liberdade religiosa, de segurança e democracia, e do Santo Sepulcro.

Alguns acham isso estranho, como se essas coisas fossem mutuamente excludentes; e elas não são. Estou certo de que não são. E essa visão holística do ser humano, onde se pode ver o ser humano, e a vida humana, e as nações, não somente de uma perspectiva econômica, mas de uma perspectiva de valores, é essa visão que está criando um novo Brasil e que está permitindo a criação dessa nova relação com Israel⁵¹. (FUNAG, 2019).

⁵¹ Discurso de Ernesto Araújo em viagem à Israel

O simbolismo atrelado a Israel torna este país um “Outro Significante” no discurso de Bolsonaro. O país do Oriente Médio representa tudo o que Bolsonaro deseja para o Brasil: um país desenvolvido, nacionalista - face aos desígnios do globalismo contra sua existência -, governado por um primeiro-ministro de extrema-direita e firmemente atrelado a sua identidade religiosa. A aproximação com a nação de Israel sintetiza a vontade de Bolsonaro emular este outro, num simbolismo que não separa o interesse material pelo desenvolvimento do Brasil do interesse ideacional na defesa dos valores civilizacionais

Nós sabemos que Israel não é tão rico quanto o Brasil em recursos naturais, entre outras coisas, então eu dizia: olha o que eles não têm e veja o que eles são. Daí eu falava para os meus irmãos brasileiros, olha o que nós temos e veja o que não somos. Como poderíamos ser iguais a eles? Tendo a mesma fé que eles têm. E com esse sentimento e usando também uma passagem bíblica João 8.32 que diz “conheceis a verdade e a verdade vos libertará” conseguimos vencer desafios no Brasil. (...) Brasileiros e israelenses compartilham valores, tradições culturais e um apreço à liberdade e à democracia. Juntas, nossas nações podem alcançar grandes feitos. Temos que explorar esse potencial⁵² (GOVERNO DO BRASIL, 2019).

A lógica aqui é similar à aproximação entre nações governadas por populismos socialistas na América Latina anteriormente. Os governos de Rafael Correa no Equador e de Chávez na Venezuela buscaram associar-se a partir de uma identidade comum que visava enfrentar o “Inimigo” Norte-americano na ordem Internacional (OSTIGUY, 2017). A aproximação entre Venezuela e Equador deve ser compreendida à luz de uma divisão dos Estados nacionais que homogeneíza os dois pólos da representação. De um lado as puras nações proletárias, do outro, o imperialismo do primeiro-mundo.

Por sua vez, o populismo de extrema-direita de Bolsonaro liga Brasil e Israel em sua defesa da civilização judaico-cristã. O confronto deste populismo opõe a pureza da tradição cultural naturalmente ordenada à modernidade relativista decadente representada nas elites globalistas (CASARÕES, 2019). De fato, a identidade nacional fomentada por Bolsonaro se aproxima do *role* de “defensor da fé”⁵³ exposto por Holsti (1970) em seu artigo seminal sobre a teoria dos *roles* nas Relações Internacionais

⁵² Discurso de Bolsonaro em visita oficial a Israel

⁵³ defender of the faith no original

Alguns governos veem seus objetivos e compromissos de política externa em termos de defesa de sistemas de valores (em vez de territórios específicos) de ataques. Aqueles que defendem a concepção de papel nacional do defensor da fé presumivelmente assumem responsabilidades especiais para garantir a pureza ideológica para um grupo de outros estados⁵⁴. (HOLSTI, 1970, p. 264, tradução nossa).

O autor associa o *role* de defensor da fé aos Estados Unidos e sua ênfase na defesa do “Mundo livre” pela paz, justiça e liberdade (HOLSTI, 1970). O governo Bolsonaro indica, em sua atuação um papel semelhante, ao defender a civilização judaico-cristã, e, por consequência, as tradições, valores morais e a religião aí contidas. Assim, se compreende todo o simbolismo presente nos discursos que menciona o Santo Sepulcro, passagens bíblicas e referências diretas a Deus na sua argumentação. Não é o “mundo livre” face ao inimigo soviético que se está defendendo aqui, mas a própria civilização e seus valores.

A religião é parte integrante desta argumentação, ela sustenta a identificação comum entre os dois países, numa operação semelhante à analisada por Durkheim (1989) sobre a religião dos povos Australianos: “o clã, na forma que apresenta num grande número de sociedades australianas, parece não poder ter existido sem o totem.” (DURKHEIM, 1989, p. 165). Aqui também a religião cria este grupo, tal qual o totem cria o clã, ao originar a civilização judaico-cristã de que Israel e Brasil fazem parte. Essa representação coletiva tornada possível pelo sistema de crenças agrupa as partes anteriormente individualizadas em uma só estrutura (DE OLIVEIRA, 2012).

Mas a relação não é simplesmente constitutiva, não é apenas uma memória a que se presta respeito ocasionalmente. A religião é condição essencial para uma sociedade mais justa e igualitária, ao oferecer os valores universais face a corrupção e a mesquinhez dessa ordem elitista/globalista combatida. A lógica aqui presente é explicitamente conservadora. Seu governo “valoriza o espaço de experiência em detrimento do horizonte de expectativa” (GAHYVA, 2017), ao buscar uma volta dos valores perdidos. “O Brasil mudou, palavras antes proibidas começaram a se tornar

⁵⁴ “Some governments view their foreign policy objectives and commitments in terms of defending value systems (rather than specified territories) from attack. Those who espouse the defender of the faith national role conception presumably undertake special responsibilities to guarantee ideological purity for a group of other states”

comuns: Deus família e pátria, (...) temos um governo que deve lealdade a seu povo e que acima de tudo é temente a Deus” (PODER 360, 2020)

O pressuposto de que a uma ordem natural e justa só pode ser alcançada a partir da religião leva o governo Bolsonaro à defesa deste sistema de crenças face ao inimigo externo que procura aniquilá-lo, daí compreende-se toda retórica contrária à discriminação sofrida por cristãos ao redor do mundo (GOVERNO DO BRASIL, 2020). Do mesmo modo, a aproximação com Israel também se insere nesta lógica. Bolsonaro busca proteger os demais países também incluídos nesta civilização, na sua cruzada contra as forças externas do vício e da impureza (CASARÕES, 2019). Assim, o *role* de defensor da fé é articulado principalmente nas relações com os demais Estados que compartilham o mesmo sistema de valores - como é o caso de Israel - pela manutenção da pureza do grupo (HOLSTI, 1970, 264). A religião cumpre aqui “funções de inclusão e exclusão, de associação e dissociação, de integração e distinção” (BOURDIEU, p. 30) entre as diferentes nações do mundo, ao criar civilizações homogêneas e antagonistas. A religião é, nesta visão, um símbolo que identifica o grupo, tal qual uma bandeira que se louva na coletividade e também se defende nos confrontos.

Por outro lado, é claro também que este papel civilizacional não pode ser concebido a partir do vácuo. Com efeito, ele está mais ou menos presente, em estado de latência, nas mentes dos milhões de evangélicos brasileiros que compreendem o cristianismo como base moral justa e ordenada face à decadente cultura mundana repleta de mesquinhez e de hedonismo (GOLDBERG, 2006). Por sua vez, Bolsonaro busca responder a esta demanda doméstica pela “volta” à religião no mundo moderno (KEPEL, 1991), alimentando-a em sua atuação. Bolsonaro não inventa uma civilização imaginária e inexistente por ser irracional, ele não a impõe ao Brasil por meio de uma atitude arbitrária tornada possível pelo cargo que ocupa. Como visto anteriormente, os evangélicos foram essenciais na eleição de 2018 e são base de sustentação do governo no legislativo (CASARÕES, 2020). A defesa da civilização judaico-cristã sinaliza, por parte de Bolsonaro, o comprometimento com os desejos desse grupo que tem no cristianismo a base de sua identidade. Seu governo utiliza a política externa estrategicamente com o intuito

de mobilização doméstica, representando os grupos evangélicos a partir da atuação do Estado Brasileiro no plano internacional.

De fato, o presidente demonstra sua intenção de defender o cristianismo a partir do papel civilizacional articulado em seus discursos, o que lhe rende votos e apoio dos grupos evangélicos. A política externa brasileira torna-se aqui um instrumento de mobilização de uma base social de apoio à Bolsonaro, impulsionando, nos grupos evangélicos, a visão de seu governo como verdadeiro representante dos anseios do povo. Como contido na fala do chanceler Ernesto Araújo, “Israel, para muitos brasileiros, por causa da sua fé, é a Terra Santa, tem uma associação, é onde está o Santo Sepulcro” (FUNAG, 2020). Assim, cabe ao governo dar vazão a este sentimento.

O Estado de Israel, por sua vez, indica estar ciente da importância de grupos domésticos na influência da política externa brasileira, e busca fomentar o apoio evangélico/pentecostal à sua causa. Nesse sentido, o primeiro ministro de Israel Benjamin Netanyahu se encontrou no dia 30 de outubro de 2018 com diversas lideranças evangélicas no Rio de Janeiro (AGÊNCIA BRASIL, 2018) seu pronunciamento sustenta “Não temos melhores amigos do que a comunidade evangélica, e a comunidade evangélica não tem melhor amigo do que o estado de Israel, (...) vocês são nossos irmãos e irmãs. (...) O Cristianismo nasceu do Judaísmo⁵⁵” (BOAS NOVAS BRASIL, 2018, tradução nossa). Do mesmo modo, o então embaixador de Israel no Brasil Yossi Shelley participou, em fevereiro de 2018, de um culto da Igreja Universal do Reino de Deus ao lado do Bispo Edir Macedo e afirmou

É uma honra imensa estar no templo de Salomão, local único muito especial não só para a comunidade cristã brasileira, mas para todas as religiões. Nós podemos destacar as raízes judaicas do cristianismo, o templo que aqui estamos é uma benção, este é um pedaço de Israel no Brasil, onde podemos aceitar nossa fé. Agradeço a igreja universal, uma comunidade que se aproxima do Deus de Israel, que o empenho e a fé refletidos na trajetória de sucesso possam estimular a todos a nos unir em uma sociedade mais fraterna (TEMPLO DE SALOMÃO, 2018)

⁵⁵ We have no better friends than the evangelical community, and the evangelical community has no better friend than the state of Israel, (...) you're our brothers and our sisters. (...) Christianity grew out of judaism

4.5 A QUESTÃO DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM ISRAEL

De fato, um dos mais patentes símbolos da aproximação recente entre Brasil e Israel foi o anúncio de transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Esta seção analisa os determinantes dessa decisão.

Tal anúncio é importante porque tanto israelenses quanto palestinos reivindicam Jerusalém como sua capital. Além disso, diversas resoluções da ONU afirmam que a parte oriental da cidade é ocupada ilegalmente por israelenses. O ponto relevante para o Brasil é que transferir a embaixada para Jerusalém significa aqui reconhecer a soberania judaica sobre a cidade. Por isso mesmo, as representações diplomáticas dos demais países sempre se localizaram em Tel Aviv, num esforço por não tomar lados no longo conflito na região. Dessa forma, ao mudar o local da embaixada, o Brasil se juntaria a Estados Unidos e Guatemala como únicas nações do mundo a contar com suas representações diplomáticas nessa cidade (O GLOBO, 2018).

Efetivamente, o anúncio de transferência da embaixada expressa a importância da religião e o caráter civilizatório na PEB de Bolsonaro, tanto no plano doméstico quanto internacional. Externamente, Bolsonaro se associa por meio do anúncio a dois parceiros fundamentais na cruzada civilizatória de seu governo (CASARÕES, 2019): Israel - evidentemente interessado no reconhecimento internacional de Jerusalém como sua capital, haja vista a questão palestina - e aos Estados Unidos sob a presidência de Trump, primeiro país a oficializar sua intenção de mudança de embaixada (NASSER, 2020). O gesto buscava aproximar o Brasil de ambos os países governados, na época, por outros governos de extrema-direita e, também pertencentes, neste sistema de representações, à civilização ocidental/judaico-cristã.

Por outro lado, no plano doméstico, o presidente atende às demandas de grupos evangélicos/pentecostais no congresso. Como visto no capítulo anterior, pastores e congressistas pentecostais defendem o estabelecimento de Israel como profecia bíblica em sua atuação. Na lógica pentecostal, mudar o local da embaixada significa respeitar o mandamento divino ao assegurar que Jerusalém seja a “eterna e indivisível capital do Estado de Israel” (MALAFAIA, 2017). A consequência de tal

visão é a pressão exercida por estes grupos para que o governo Bolsonaro cumpra logo com a promessa de mudança, como expresso na fala de Marco Feliciano “Espero que o nosso Presidente da República cumpra o mais rápido possível a sua promessa de campanha de transferir a Embaixada para onde Israel quer”. Marco Feliciano PODEMOS - SP (DETAQ, 2019).

Além disso, é claro que a aproximação com Israel não é unicamente função dessa virada civilizacional na política externa brasileira. Há, também, um interesse material pela transferência de tecnologias Israelenses para o Brasil que não pode ser deixado de lado. O gesto de mudança do local da embaixada aí insere, como um símbolo de apoio em direção a um importante parceiro, do qual, evidentemente, se esperam retribuições. Daí o destaque para setores nos quais Israel é reconhecido internacionalmente pela sua excelência, como a área de tecnologias agrícolas ligadas à irrigação e dessalinização de água em territórios áridos (PASSARINHO, 2019). Como também a importância de importações Israelenses para o setor de segurança e defesa no Brasil, naquilo que Nasser (2020) nomeia como uma “diplomacia das armas”

Posteriormente, o adiamento indefinido da data de mudança da embaixada significou uma vitória do setor do agronegócio que também é base do governo no congresso (CASARÕES, 2019). Este grupo expressou sua preocupação com os efeitos negativos da aproximação com Israel para as exportações Halal do Brasil para países árabes (SARAIVA, 2019) e parece ter obtido sucesso, pelo menos até este momento, em barrar as pretensões pela mudança da embaixada Brasileira.

Em síntese, tentou-se, ao longo do capítulo, delinear a influência da religião no governo de Jair Bolsonaro. Ela se faz presente de duas formas diferentes. De um lado ela é um marcador identitário atrelado a civilização ocidental/judaico cristã, ao fazer parte desse conjunto de valores particulares a esta civilização. Distinguindo-a assim das demais, tal qual o apelo do populismo de extrema-direita europeu que evoca uma identidade cristã da Europa face à “Islamização” do continente.

Por outro lado, a religião também é aquilo que se defende, já que ela representa uma ordem moral justa e ordenada que protege uma sociedade em perigo. Aqui o populismo de extrema-direita de Bolsonaro se encontra com o

discurso conservador, ao associar a religião com o povo puro ameaçado pelas elites, a religião erige a civilização que Bolsonaro defende.

O relacionamento do governo de Bolsonaro com Israel foi analisado para demonstrar este ponto. A emergência do país do Oriente Médio como um parceiro estratégico em seu governo se explica por esta identidade comum a ambos na civilização judaico-cristã. Para esta visão o Brasil tem de se aproximar de países que compartilham dos mesmos valores no plano internacional. Defender Israel torna-se, neste jogo de representações, defender a civilização de que o Brasil também faz parte. Assinalo, portanto, a existência de um *role* civilizacional no governo de Bolsonaro. Sua política externa busca aproximar o Brasil de Estados que fazem parte da civilização judaico-Cristã, Israel surge então como um “Outro Significante” na construção da identidade Brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos delinear a relação da religião com a política externa brasileira. Na esteira de muitos estudos que analisam as consequências da participação política pentecostal do quadro jurídico-legal do país, buscamos aqui demonstrar uma área de influência religiosa que ultrapassa as fronteiras do Estado brasileiro: o sionismo cristão vigente nestes grupos. O ponto de partida da pesquisa buscava compreender a participação político-religiosa no tema.

Para tanto, no primeiro capítulo buscou-se definir algumas características principais da religião pentecostal da qual a pesquisa trata, com foco nas bases sociológicas que levam este grupo específico a uma participação tão ativa e direta na política e no Estado, como sintetizado no lema “Irmão vota em irmão”. Inicialmente examinamos o dualismo espiritualista como solução adotada, no meio pentecostal, ao problema da imperfeição do mundo, ao separar o mundo natural e social entre as forças do bem ou do mal. Em seguida, lidou-se com a Teologia da Prosperidade e sua ênfase na salvação não no pós-vida, mas aqui e agora, neste mundo que cessa a “fuga do mundo” (WEBER, 2015) anteriormente presente nesta religião. Por fim, analisaram-se as bases da Teologia do Domínio, que impele a tomada de posse em nome de Deus das diferentes esferas sociais por estes cristãos, aí incluída a esfera política. Entende-se que o fim da apatia frente ao “mal” do Estado e da política só é possível a partir do intenso dualismo e do foco na salvação neste mundo processado recentemente pelo pentecostalismo.

Por sua vez, a prédica religiosa em relação à participação na política se embasa em quatro eixos: 1) Deus tem um projeto de nação justa e igualitária; 2) a não-participação pentecostal não contribui para a conclusão desse projeto; 3) o pertencimento religioso significa para o agente uma “reserva moral” frente a toda corrupção e mesquinhez do processo político; e 4) tal participação promoverá paz, justiça, prosperidade e bem-estar geral para toda a nação (MACEDO, 2008). Assim compreende-se a eleição de políticos ligados às igrejas pentecostais no congresso nacional, a Frente Parlamentar Evangélica corresponde a mais um dos campos de batalha promovidos pela teologia do domínio. Ele é a materialização dos seus objetivos de “religiogizar a política” (ORO, 2003a)

Em sequência, no segundo capítulo buscou-se compreender mais a fundo um *locus* específico de influência pentecostal na política nacional, a relação com o judaísmo e o Estado de Israel. Deste modo, foi realizada uma análise dos discursos de deputados e pastores pentecostais no tema, o intuito aqui foi de compreender a lógica por trás dos mesmos, as representações aí contidas e sua estrutura interna. Delineamos cinco estratégias discursivas (FOUCAULT, 2008) repetidamente mencionadas nos discursos: 1) O uso da figura de Oswaldo Aranha pelos deputados pentecostais como símbolo das boas relações históricas entre Brasil e Israel; 2) As passagens bíblicas Gênesis 12 e no Salmo 122 que são interpretadas como promessas de bênção do próprio Deus para o cristão que contribuir com as causas judaicas; 3) A compreensão de que os Judeus também são o povo escolhido de Deus, tal qual os cristãos e da validade da promessa pelo retorno à terra prometida como contida no Antigo Testamento; 4) O suporte a Israel e a defesa do sionismo como interesse nacional do Brasil, já que, para esta visão, o Brasil tem muito a ganhar materialmente com a aproximação a Israel, e por fim; 5) A ideia de que Brasil e Israel compartilham a mesma identidade na civilização judaico-cristã, assim defender Israel torna-se, também, defender o Brasil.

Deste modo o sionismo presente na religião pentecostal busca influir nas relações internacionais brasileiras. É que os significados e representações contidos nos discursos se inserem no debate sobre o posicionamento brasileiro em relação ao Estado de Israel e à questão árabe-israelense. Contudo, nada garante que este esquema de representações seja prontamente adotado pelo Estado brasileiro. Para a plena concretização das ideias pentecostais sobre política externa, elas devem ser adotadas pelo poder executivo.

Por isso mesmo, no terceiro capítulo buscou-se analisar a influência da religião no relacionamento do governo Bolsonaro com o Estado de Israel, isto foi feito à luz da teoria dos *roles*. Seguindo a pesquisa de Guimarães e Silva (2021) que indica três papéis associados ao populismo de extrema-direita no seu relacionamento com governos semelhantes, 1) um papel anti-globalista; 2) um papel nacionalista; e 3) um papel anti-inimigo. Buscou-se assinalar uma quarta concepção fundamentada num papel civilizacional de "defensor da fé" (HOLSTI, 1970) no governo Bolsonaro.

A religião se faz presente neste governo de duas maneiras, de um lado ela opera uma representação coletiva que unifica as partes em torno de uma só identidade, ao originar a civilização judaico-cristã de que Brasil e Israel fazem parte. Desse modo, as crenças religiosas tornam-se, neste esquema de representações, um marcador identitário particular a este grupo.

Por outro lado, a religião também é compreendida como um sinônimo de ordem face a corrupção e mesquinhez contemporânea, ela representa um sistema de valores naturais e corretos que estabiliza as sociedades. Deste modo, o populismo de Bolsonaro demonstra sua faceta conservadora, ao associar a religião como um valor a ser defendido por uma sociedade que está em perigo. Em seguida procuramos unificar estes dois diferentes usos por meio de uma analogia influenciada pelos estudos de Bourdieu (1989). A religião funciona aqui como uma bandeira, ela primeiramente representa determinado grupo, uma característica compartilhada que serve para distinguir aquilo que é local do que é estrangeiro. Contudo essa função não é apenas constitutiva, a religião não é apenas uma memória. Tal qual a relação com as bandeiras nacionais, o sistema de crenças merece certo respeito, é a ela que louvamos na coletividade, e, também, defendemos nos confrontos.

Entende-se pois que este papel civilizacional influencia largamente a política externa de Bolsonaro em direção ao Oriente Médio. Aqui podem-se elencar dois fatores ligados à religião na constituição deste *role*, um internacional e um doméstico. Em primeiro lugar, seu governo se associa a dois parceiros fundamentais na cruzada civilizatória pela defesa do Ocidente: o próprio Estado de Israel e os Estados Unidos, na época sob a presidência de Trump. Em segundo lugar, Bolsonaro atende às demandas dos grupos pentecostais que, como visto no segundo capítulo, pressionam o Estado brasileiro por uma maior aproximação com Israel. Desse modo, seu governo busca representar os interesses pentecostais na política externa, o que acaba por lhe render apoio e votos.

O anúncio de transferência da embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, sem dúvida, representa um dos mais patentes símbolos da curiosa interligação entre Bolsonaro, os pentecostais e a política externa brasileira. De fato, a partir dali a atenção da mídia e da academia para o fenômeno aumentou

largamente, provavelmente a pesquisa aqui realizada não teria existido sem o gesto. A princípio esta decisão pode ser vista por muitos como uma volta a um passado longínquo em que a religião influenciava largamente a política, no decorrer deste estudo, contudo percebemos que eles representam o futuro (STEWART, 2020).

Crescendo mais e mais a cada eleição os pentecostais não vão a lugar nenhum na política nacional (MARIANO, 2014), seu sionismo pode ter atraído atenção a partir do governo Bolsonaro, mas ele é anterior. A pesquisa encontrou dados pelo menos desde o ano de 2005 que comprovam esta afinidade tão incompreendida e subestimada entre pentecostais e o sionismo. É claro que só a partir de Bolsonaro eles encontraram alguém que dá vazão aos seus discursos no poder executivo, mas nada garante que eles vão abdicar de seus interesses nos governos futuros, seja participando - ou não - da base governista. Com o anúncio de transferência da embaixada, a crescente participação religiosa na política brasileira parece ter extrapolado as fronteiras do Estado. Sua participação pode ser criticada por uns, e elogiada por outros, mas eles não vão desaparecer tão cedo (STEWART, 2020). Não compreendemos ainda perfeitamente qual o real tamanho e o sentido da onda de extrema-direita que elegeu inúmeros presidentes nos últimos anos, mas entende-se que com ou sem Bolsonaro, os pentecostais dão indícios de que continuarão a ser uma força importante no congresso nacional. Deste modo o relacionamento especial entre pentecostais e Israel aqui analisado em profundidade torna-se apenas mais um capítulo dessa crescente interpenetração entre religião e política, Igrejas e o Estado no Brasil. Um fenômeno que não se encerra apenas na figura de Bolsonaro, mas que, sem dúvida, atingiu seu ápice, pelos menos até o presente, com ela.

Assim, para trabalhos futuros sugere-se algumas questões ainda não respondidas: quais outros temas internacionais estão incluídos na agenda pentecostal? Como se dará o relacionamento da Frente Parlamentar Evangélica com os próximos presidentes? Qual a preponderância do sionismo no movimento evangélico brasileiro como um todo? Quais as implicações desta identidade judaico-cristã para a tese do choque de civilizações? Qual sua semelhança com o *lobby* evangélico pela aproximação com Israel verificada nos Estados Unidos?

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 47, p. 201-246, 1999.

AGÊNCIA BRASIL. **Netanyahu diz que evangélicos são os melhores amigos de Israel**. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/netanyahu-diz-que-evangelicos-sao-os-melhores-amigos-de-israel>>. Acesso em 7 fev. 2021.

_____. **Brasil e Israel firmam cinco acordos e um memorando de entendimento**. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-e-israel-firmam-cinco-acordos-e-um-memorando-de-entendimento>>. Acesso em 17 jan. 2021.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

AMSTUTZ, Mark R. **Evangelicals and American foreign policy**. Oxford University Press, 2013.

ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 57-82, 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.

ARAGÃO, Jarbas. **Homenagem a Israel na Marcha para Jesus**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2xeUK0pRHuA&t=5s&ab_channel=JarbasArag%C3%A3o>. Acesso em 16 jan. 2021.

ARIEL, Yaakov Shalom. **Philosemites Or Antisemites?: Evangelical Christian Attitudes Toward Jews, Judaism and the State of Israel**. Hebrew University of Jerusalem, Vidal Sassoon International Center for the Study of Antisemitism, 2002.

ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. **O Reencantamento do mundo: interpelando os intérpretes do desencantamento do mundo**. 2012.

BAGGE LAUSTSEN, Carsten; WÆVER, Ole. In defence of religion: Sacred referent objects for securitization. **Millennium**, v. 29, n. 3, p. 705-739, 2000.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. 'Conexão com Israel' explica estranha ligação entre judeus e evangélicos. **Folha de São Paulo**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1948632-conexao-com-israel-explica-estranha-ligacao-entre-religioes.shtml>>. Acesso 19 jan. de 2021.

_____. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. **Folha de São Paulo**. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml>>. Acesso em: 01 de jan. de 2021.

BAND JORNALISMO. **Ernesto Araújo fala diretamente de Israel**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BYPWSMIVpKY&ab_channel=BandJornalismo>. Acesso em 15 de mar. 2021.

BAUMGARTNER, Jody C.; FRANCA, Peter L.; MORRIS, Jonathan S. A clash of civilizations? The influence of religion on public opinion of US foreign policy in the Middle East. **Political Research Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 171-179, 2008.

BERCITO, Diogo. Por que evangélicos brasileiros se alinham com Israel? **Folha de São Paulo**. 2019. Disponível em <<https://orientalissimo.blogfolha.uol.com.br/2019/04/01/por-que-evangelicos-brasileiros-se-alinham-com-israel/>>

BERGER, Peter L. **The sacred canopy**: Elements of a sociological theory of religion. Open Road Media, 2011.

BEVIR, Mark; DADDOW, Oliver; HALL, Ian. Introduction: interpreting British foreign policy. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 15, n. 2, p. 163-174, 2013.

BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. Português. **Bíblia Online**. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em 28 fev. 2021.

BOAS NOVAS BRASIL, **Discurso do Primeiro-Ministro de Israel Benjamin Netanyahu no Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nNDvgA3cUbQ&t=242s&ab_channel=JornalismoBoasNovasBrasil>. Acesso em 14 fev. 2021.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papyrus Editora, 1996.

_____, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. **O poder simbólico**, v. 2, 1989.

BREUNING, Marijke. Role theory research in international relations. **Role Theory Research in International Relations: Conceptual Challenges and Political Promise**, p. 16-35, 2011.

BRUEGGEMANN, Walter. **Reverberations of faith: A theological handbook of Old Testament themes**. Westminster John Knox Press, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Homenagem ao Dia Mundial de Jerusalém**. 2018.

Disponível em: <

https://www.youtube.com/watch?v=67-uQ_rmPu0&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=29&ab_channel=CamaradosDeputados>. Acesso em 17 jan. 2021.

_____. **Relações Exteriores - Discussão e votação de propostas**. 2019. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=lg-QEkRhjLA&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=3&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados>, Acesso em 15 jan. 2021.

_____. 2021a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em 01 de janeiro de 2021.

_____, **TAKAYAMA Biografia**. 2021b. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/deputados/74385/biografia>>. Acesso em 19 jan. 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista NUPEM**, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamento proprio**, v. 24, p. 231-274, 2019.

_____. Religião e poder: a ascensão de um projeto de nação evangélica no Brasil. **Revista Interesse Nacional**, v. 13, n. 49, p. 9-16, 2020.

CATALDI, Claudio. **Marcelo Aguiar é ator, cantor, compositor e deputado federal**. 2017. Disponível em

<<https://namidia.com.br/marcelo-aguiar-e-ator-cantor-compositor-e-deputado-federal/>>. Acesso em 18 jan. 2021.

CERIONI, Clara. **Cantor gospel a possível ministro de Bolsonaro**: quem é Magno Malta. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/de-cantor-gospel-a-vice-dos-sonhos-de-bolsonaro-quem-e-magno-malta/>>. Acesso em 24 jan. 2021.

CERVO, A. L.; BUENO, C. (Orgs.) **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992

CHADE, Jamil. **Brasil rompe tradição e vota em defesa de Israel na ONU**. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/15/brasil-rompe-tradicao-e-vota-a-favor-de-israel-na-onu.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 6 fev. 2021.

Com Dilma e sem alvará, Universal inaugura megatemplo. **Veja**. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/com-dilma-e-sem-alvara-universal-inaugura-megatemplo/>>. Acesso em 14 jan. 2021.

COSTA, Rafael Vilaça Epifani. **O novo templo de Salomão**: o projeto de expansão da Igreja Universal do Reino de Deus para o Brasil e o mundo. 2017. Tese de mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

COTY, Marcos Borges. **Cultura Judaica-Cristã X Marxismo Cultural**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aq2LIYJCcqc&ab_channel=PrCoty>. Acesso em 17 jan. 2021.

COX, Harvey. **Fire from heaven**: The rise of Pentecostal spirituality and the reshaping of religion in the 21st century. Da Capo Press, 2009.

CRUZ, Daniel. **Conheça a exposição “Jerusalém – A Cidade da Fé”**. 2019. Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/post/conheca-a-exposicao-jerusalem-a-cidade-da-fe/>>. Acesso em 13 Jan. 2021

CUNHA, Magali do Nascimento. A interseção mídia religiosa e mercado e a ressignificação de signos bíblicos pelos evangélicos. **Revista Relegens Thréskeia**, v. 3, n. 1, p. 01-23, 2014.

DA SILVA LIMA, José. Teologia e Antropologia em diálogo. **Ephata**, v. 1, p. 89-112, 2019.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e política**: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal. 2011.

DE CLEEN, Benjamin. Populism and nationalism. In: Rovira Kaltwasser, C., PA Taggart, PA, Espejo, PO & Ostiguy, P.(Eds.), **The Oxford handbook of populism**. 2017.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. Em nome de Deus? religião e relações internacionais. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 20, n. 29, p. 215-231, 2018.

DE LA TORRE, Carlos. Populism in Latin America. In: Rovira Kaltwasser, C., PA Taggart, PA, Espejo, PO & Ostiguy, P.(Eds.), **The Oxford handbook of populism**. 2017.

DE OLIVEIRA, Márcio. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, v. 2, n. 22, p. 67-94, 2012.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. Editora Contexto, 2008.

DESTRADE, Sandra; PLAGEMANN, Johannes. Populism and International Relations:(Un) predictability, personalisation, and the reinforcement of existing trends in world politics. **Review of International Studies**, v. 45, n. 5, p. 711-730, 2019.

DETAQ. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 2005

_____. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 2009

_____. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 2017

_____. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 2018

_____. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 2019

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura (2019-2023). 2018.

DIAP. **Eleições 2018**: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado 2018. Disponível em:

<<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-e-angelica-cresce-na-camara-e-no-senado>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

DOS SANTOS, Norma Breda. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) sionismo. In: DOS SANTOS, Norma Breda (organizadora). **Brasil e Israel**: diplomacia e sociedades. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2000.

DUCHIADE, André. Frente Evangélica apoia Israel por crença no Apocalipse e na volta de Cristo. **O Globo**, Rio de Janeiro, v. 6, 2019. Disponível em <

<https://oglobo.globo.com/mundo/frente-evangelica-apoia-israel-por-crenca-no-apocalipse-na-volta-de-cristo-23348539>>. Acesso em 12 jan. 2021.

DURKHEIM, Émile; NEVES, Paulo. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Paulinas, 1989.

Entrevista/Jony Marcos. **Infonet**. 2006. Disponível: <<https://infonet.com.br/blogs/entrevista-jony-marcos/>>. Acesso em 25 jan. 2021.

FÁVERO, G.; PINHEIRO, L. F. V. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 65–91, 2016.

FERREIRA, Ismael. **NEOPENTECOSTALIZAÇÃO DO PENTECOSTALISMO CLÁSSICO: MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO ESCATOLÓGICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS**. 2014.

FERREIRA, Marcos Alan SV; CARLETTI, Anna C. Religião no ensino e na pesquisa em Relações Internacionais do Brasil. **Meridiano 47-Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 19, 2018.

FGV. **CPDOC**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2021. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 16 jan. 2021.

FILHO, Elio Roberto Pinto Santiago. O gradiente seita-igreja como paradigma da cultura. **Estudos de religião**, v. 29, n. 2, p. 86-111, 2015.

FONSECA, Alexandre Brasil. Pluralismo religioso e relação religião-estado: uma análise da presença evangélica no legislativo federal. **REUNIÃO DA ANPOCS**, v. 28, 2004.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. **Campinas: Tese (doutorado em Sociologia)**. IFCH, UNICAMP, Campinas, 1993.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREDRIKSEN, Paula. *excaecati occulta justitia dei: Augustine on Jews and Judaism*. **Journal of Early Christian Studies**, v. 3, n. 3, p. 299-324, 1995.

FRENPAZBRIL. **ISRAEL GOVERNO - HOMENAGEIA PARLAMENTARES BRASILEIROS**. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bm13pb3V7To&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0x>>

WsuolFyGLkr8&index=22&t=598s&ab_channel=frenpazbril1> Acesso em 13 jan. 2021.

FREUD, Sigmund; ENDO, Paulo Cesar; DE SOUSA, Edson Luiz André. **O futuro de uma ilusão**. L&PM Editores, 2010.

FUNAG. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Israel, em Jerusalém**. 2019. Disponível em :<funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3240>. Acesso em 5 jan. 2021.

_____. **Aula magna do Ministro Ernesto Araújo no Instituto Rio Branco**. 2020 Disponível em: <funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3154>. Acesso em 5 jan. 2021.

GAHYVA, Helga. Notas Sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 35, p. 299–320-299–320, 2017.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A Vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina. **História: Questões & Debates**, v. 55, n. 2, 2011.

GLOBO. Marcos Pereira (PRB), ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/marcos-pereira-prb-ministro-do-desenvolvimento-industria-e-comercio.html> >. Acesso em 02 de jan. 2021.

GONÇALVES, Rafael. DISCURSOS SOBRE A “TERRA PROMETIDA”: AS RELAÇÕES ENTRE A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E O ESTADO DE ISRAEL¹. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30, n. 2, p. 99-129, 2015.

_____. O envolvimento de parlamentares evangélicos em casos de corrupção na Câmara dos Deputados. **Revista Sapiência**. 2017.

GOVERNO DO BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cerimônia oficial de chegada a Israel**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-israel>>. Acesso em 15 jan. 2021.

_____. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>>. Acesso em 27 jan. 2021.

GUIAME NOTÍCIAS. **Joel Engel denuncia veto da Presidente Dilma ao embaixador**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7mtECo8ORV0&ab_channel=GuiameNoticias>. Acesso em 17 jan. 2021.

GUIMARÃES, Robson Franco. Os últimos dias: os pentecostais e o imaginário do fim dos tempos. **Revista de Estudos da Religião**, n. 1, p. 31-53, 2005.

HAIJA, Rammy M. The Armageddon lobby: Dispensationalist Christian Zionism and the shaping of US policy towards Israel-Palestine. **Holy Land Studies**, v. 5, n. 1, p. 75-95, 2006.

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar**. Tradução Fernando de Castro Ferro, v. 93, 1962.

HUNTINGTON, Samuel. **The clash of civilizations**. Foreign affairs, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.

_____. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York :Touchstone, 1997.

HOLSTI, Kalevi J. National role conceptions in the study of foreign policy. **International studies quarterly**, v. 14, n. 3, p. 233-309, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, edição de 29/10/2001.

JÚNIOR, Paulo Gracino. Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião: um olhar perspectivo sobre as interpretações do pentecostalismo no Brasil. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 6, n. 12, p. 69-92, 2008.

KEPEL, Gilles. La revanche de Dios. **Cristianos, judíos y musulmanes a la reconquista del mundo**, v. 394, 1991.

LAFFEY, Alice L (2007). «Deuteronomistic theo. ESPÍN, Orlando O. **An introductory dictionary of theology and religious studies**. Liturgical Press, 2007.

LUCENA, Roberto de. **Repúdio ao voto brasileiro contra Israel na Unesco**. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1437364056333838>>. Acesso em 14 jan. 2021.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política**. Thomas Nelson Brasil, 2011.

MALAFAIA, Silas. **Evangélicos e judeus são aliados na defesa de Israel**. 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wYgqp3sVYto&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=12&ab_channel=FIERJComunicacao>. Acesso em 11 Jan. 2021

_____. **Palestina x Israel**. 2015b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b4lgPua6DMg&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=10&ab_channel=AnoB%C3%ADblico>. Acesso em 16 jan. 2021.

_____. **Por que Jerusalém é a eterna e indivisível capital do estado de Israel!**. 2017. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=ysBlm5W2ZdE&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=14&ab_channel=SilasMalafaiaOficial>. Acesso em 12 jan. 2021

_____. **O cristão e a cidadania terrena**. ADVEC, Assembleia de Deus vitoria em Cristo. 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3pPxiH_CcE&ab_channel=ADVit%C3%B3riaemCristo>. Acesso em 24 dez. 2020.

_____. **Pastor Silas Malafaia comenta: Bolsonaro está certo ou errado em relação a Israel?** 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QydYnN-9lwc&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=13&ab_channel=SilasMalafaiaOficial>. Acesso em 10 jan. 2021.

_____. **O que acontece quando o Cristianismo é rejeitado**. 2019c. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=DokSh4-heUQ&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=30&ab_channel=SilasMalafaiaOficial> Acesso em 15 jan. 2021.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, v. 2, n. 24, p. 119-137, 2013.

_____. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista usp**, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARIZ, Cecília Loreto. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 13, p. 37-52, 1995.

MATOSO, Camila. Por apoio, Dilma telefona a Edir Macedo e planalto busca ponte com católicos. **Folha de São Paulo**, 2016. Disponível em <<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/04/01/por-apoio-dilma-tefona-a-edir-macedo-e-escala-gilberto-carvalho-para-fazer-ponte-com-catolicos/>>. Acesso em 01 de janeiro de 2021.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010.

_____, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, 2015.

MESQUITA, Rafael. A identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 5-31, 2016.

METRÓPOLES. **Brasil assina acordos de cooperação em ciência e segurança com Israel**. 2019. Disponível em: <www.metrosoles.com/mundo/politica-int/brasil-assina-acordos-de-cooperacao-em-ciencia-e-seguranca-com-israel>. Acesso em 23 jan. 2021.

MIDDLE EAST MONITOR. **Brazil supports Israel against UNHRC resolution**. 2020. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20200621-brazil-supports-israel-against-unhrc-resolution/>> Acesso em 8 fev. 2021.

MORI, Leticia. **Como a crise do coronavírus expõe racha entre evangélicos no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52313890>>. Acesso em 17 jan. 2021.

MUDDE, Cas. An ideational approach. In: Rovira Kaltwasser, C., PA Taggart, PA, Espejo, PO & Ostiguy, P.(Eds.), **The Oxford handbook of populism**. 2017.

NASSER, R. M.; HUBERMAN, B. **A Diplomacia das Armas?: Relações Brasil-Israel de Lula a Bolsonaro**. 2020.

NICODEMUS, Augustus. **Salmo 122 - Jerusalém e o tabernáculo**: sombra de Cristo e sua igreja. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8y7E3GLhui4&t=1247s&ab_channel=PrimeiraIgrejaPresbiterianaDeGoi%C3%A2nia> Acesso em 15 jan. 2021.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; DE OLIVEIRA, Aurenéa Maria. Modernidade,(Des) Secularização e Pós-Secularismo nos debates atuais da sociologia da religião. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP (Descontinuada)**, v. 2, n. 1, p. 24-45, 2012.

ORO, Ari Pedro; SEMÁN, Pablo. Pentecostalism in the Southern Cone Countries: Overview and Perspectives. **International Sociology** Vol. 15, No. 4, 2000

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003a.

_____. Organização eclesial e eficácia política O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 97-109, 2003b.

_____. Intolerância religiosa iurdiana e reações afro no Rio Grande do Sul. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: EDUSP, p. 29-69, 2007.

O GLOBO. **Entenda por que é controverso transferir a embaixada em Israel para Jerusalém**. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-por-que-controverso-transferir-embaixada-em-israel-para-jerusalem-23214511>>. Acesso em 15 mar 2021

OSTIGUY, Pierre. A socio-cultural approach. In: Rovira Kaltwasser, C., PA Taggart, PA, Espejo, PO & Ostiguy, P.(Eds.), **The Oxford handbook of populism**. 2017.

OUALALOU, Lamia. Los evangélicos y el hermano Bolsonaro. **Nueva Sociedad**, n. 280, p. 68-77, 2019.

PASSARINHO, Nathalia. **Embaixada em Jerusalém: o que o Brasil pode ganhar e perder se aproximando de Israel**. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46815018>>. Acesso em 13 abr 2021.

PHILPOTT, Daniel. The religious roots of modern international relations. **World Politics**, p. 206-245, 2000.

PIERUCCI, A F O. Representantes de deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: **Realidade Social das Religiões No Brasil: Religião, Sociedade e Política**[S.l.: s.n.], 1996.

_____. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

_____. Religião como solvente: uma aula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 75, p. 111-127, 2006.

PODER 360. **Jair Bolsonaro e Benjamin Netanyahu fazem pronunciamento em Israel**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qutl2nPE1F8&ab_channel=Poder360>. Acesso em 30 jan 2021.

_____. **Bolsonaro comparece a evento evangélico no Mané Garrincha, em Brasília.** 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q5zslZ7kj9Y&ab_channel=Poder360>. Acesso em 16 mar 2021.

PSL. **O caminho da prosperidade:** proposta de plano de governo, 2018, Presidência da República Secretaria de Imprensa. **Discurso do Presidente da República.** 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-especial-do-parlamento-israelens-e-knesset>> Acesso em 16 jan. 2021.

RESENDE, Erica Simone Almeida. A Direita Cristã e a política externa norte-americana: a construção discursiva da aliança entre Estados Unidos e Israel com base na ideologia evangélico-protestante. **Carta Internacional**, v. 5, n. 1, p. 3-20, 2010.

RICHE, Flávio Elias. **A guinada quântica no pensamento de Alexander Wendt e suas implicações para a teoria das Relações Internacionais.** 2012.

ROBBINS, Joel. The globalization of Pentecostal and charismatic Christianity. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 33, p. 117-143, 2004.

SANTOS, Alberto Pereira dos. **Geopolítica das igrejas e anarquia religiosa no Brasil. Por uma geóetica de apoio mútuo.** 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Raimundo. **Sessão Solene em homenagem aos 109 Anos da Assembleia de Deus.** 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=uvHhNHW-0pM&ab_channel=RaimundoSantos>. Acesso em 18 jan. 2021.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 64, p. 117-137, 2019.

SCHREIBER, Mariana. **Bolsonaro em Israel:** Por que os evangélicos pressionam pela mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. BBC. 2019.

_____. **Coronavírus:** STF retoma na quinta julgamento sobre cultos na pandemia. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657855>>. Acesso em 7 abr de 2021.

SENADO FEDERAL. **Pronunciamento de Magno Malta.** 2017. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/433643>>. Acesso em 14 jan. 2021.

SMIDERLE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira. Entre Babel e Pentecostes: cosmologia evangélica no Brasil contemporâneo. **Religião & Sociedade**, v. 31, n. 2, p. 78-104, 2011.

STEWART, Katherine. **The Power Worshippers: Inside the Dangerous Rise of Religious Nationalism**. Bloomsbury Publishing USA, 2020.

TAVARES, Altair. **Bancada evangélica: Assembléia de Deus e Universal detém metade dos deputados federais**. 2018. Disponível em <<https://altairtavares.com.br/bancada-evangelica-assembleia-de-deus-e-universal-de-tem-metade-dos-deputados-federais/>> . Acesso em 14 jan. de 2021.

TEIXEIRA, Anibal Gomes. Teologia do Domínio. **Revista Teológica**, n. 6, 2016.

TEMPLO DE SALOMÃO. **Bispo Macedo e o Embaixador de Israel - Oração por Jerusalém**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lj-m78oKSTY&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=9&t=69s&ab_channel=TemplodeSalom%C3%A3o> . Acesso em 15 Jan. 2021.

THIES, Cameron. Role theory and foreign policy. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2010.

_____, Cameron. Role theory and foreign policy analysis in Latin America. **Foreign Policy Analysis**, v. 13, n. 3, p. 662-681, 2017.

TOPEL, Marta Francisca. A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 4, n. 10, 2015.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 5, n. 15, p. 1-15, 2013.

TURAEV, Abrar. THE IDEOLOGY OF NEO-CONSERVATISM: THE ROLE OF SOCIO-CULTURAL AND RELIGIOUS FACTORS. **Архив Научных Публикаций JSPI**, 2020.

TV BRASIL. **Presidente Bolsonaro cumpre agenda em Israel**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qVhwJZEe8vl&t=2s&ab_channel=TVBrasilGov>. Acesso em 20 mar 2021.

TV SENADO. **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) Ministro das Relações Exteriores**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwxaQU1SM2k&ab_channel=TVSenado>. Acesso em 16 mar. 2021.

UNIVERSAL. **O nascimento de Israel**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VUckjkTNRKE&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=7&ab_channel=IgrejaUniversal>. Acesso em 14 jan. 2021

_____. **Bispo Edir Macedo fala sobre o sonho de alcançar os países árabes**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HQND0EvHbog&ab_channel=PortalUniversal>. Acesso em 20 jan. 2021.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

VERBEEK, Bertjan; ZASLOVE, Andrej. Populism and foreign policy. In: Rovira Kaltwasser, C., PA Taggart, PA, Espejo, PO & Ostiguy, P.(Eds.), **The Oxford handbook of populism**. 2017.

VIGEVANI, Túlio; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: DOS SANTOS, Norma Breda (organizadora). **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2000.

VIGEVANI, Tullo; CINTRA, Rodrigo; KLEINAS, Alberto. O Conflito Israel-Palestina: Anacronismo, Contemporaneidade e o Papel do Brasil. **Israel-Palestina: A construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora Unesp, p. 19-46, 2002.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright. **Ensaio de sociologia**. 1982.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira. 1983.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. Editora Cultrix, 2011.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / ed. 4ª reimpressão** Brasília. UNB, 2015.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander; ESTRADA, Rodrigo Duque. A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 3, p. 420-473, 2013.

WEHNER, Leslie E.; THIES, Cameron G. Role theory, narratives, and interpretation: The domestic contestation of roles. **International Studies Review**, v. 16, n. 3, p. 411-436, 2014.

ZÚQUETE, José Pedro. Populism and Religion. In: Rovira Kaltwasser, C., PA Taggart, PA, Espejo, PO & Ostiguy, P.(Eds.), **The Oxford handbook of populism**. 2017.